

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM HISTÓRIA, PODER E
PRÁTICAS SOCIAIS
NÍVEL: MESTRADO

ANDRÉ GUSTAVO UBINSKI

**A CHARGE NA IMPRENSA: O JORNAL *FOLHA DE SÃO PAULO* E O HUMOR
POLÍTICO (1964-1965)**

Marechal Cândido Rondon
2014

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM HISTÓRIA, PODER E
PRÁTICAS SOCIAIS
NÍVEL: MESTRADO

ANDRÉ GUSTAVO UBINSKI

**A CHARGE NA IMPRENSA: O JORNAL *FOLHA DE SÃO PAULO* E O HUMOR
POLÍTICO NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964-1965)**

Dissertação de mestrado apresentada como exigência à obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação da professora Dr^a. Ivonete Pereira, na Linha de Pesquisa Práticas Culturais e Identidades, do Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE Campus de Marechal Cândido Rondon.

Marechal Cândido Rondon
2014

AGRADECIMENTOS

O mestrado proporciona uma formação sem igual. Não estou falando da formação acadêmica, mas sim de formação como pessoa, percebendo que, apesar das limitações que todos temos, é possível concretizarmos nossos projetos. Para isso, é fundamental a presença de pessoas que realmente fazem a diferença em nossa vida. Eu gostaria de agradecer a algumas, sem as quais essa experiência dos dois árduos anos não estaria completa.

Primeiramente gostaria de agradecer a minha mãe, Genovefa Cecília Ubinski que sempre batalhou para que eu tivesse condições de me desenvolver por completo, possibilitando que eu ingressasse em um curso superior. Gostaria também de agradecê-la pela paciência que teve neste período, quantos finais de semana ausente, que tive que trocar a companhia dela pelos livros e pelo computador.

Também quero agradecer a grande mulher que trago junto neste trabalho, sem a qual eu teria desistido há cinco anos, Nicheli Rodrigues Santos, e dizer que foi a minha vingança, retribuindo na mesma moeda os finais de semana de cansaço, as viagens não feitas e o mau humor acumulado.

Agradeço também ao seu Lourival Rodrigues Santos e dona Sueli Rodrigues de Sousa Santos, que me acolheram e também me apoiaram incondicionalmente nessa jornada. Aos meus amigos Jael e Keroline, embora pouco afastados durante o último ano, ainda mantemos vínculos preciosos de amizade e companheirismo. Posso estender os agradecimentos a João, Adriana, Abigail e Luiz Paulo, pelas conversas e festas, pela descontração.

Não poderia deixar de agradecer a todos os professores do programa de mestrado da Unioeste, em especial a minha orientadora Prof^a. Dr^a. Ivonete Pereira, que com muita paciência não me abandonou.

Também agradecer aos Prof. Dr. Davi Felix Shreiner e Prof. Dr. Rodrigo Ribeiro Paziani, pela disponibilidade de leitura do texto para a banca de qualificação, que mesmo em tempo tão apertado fizeram enormes contribuições para a melhoria da pesquisa.

A todos os meus colegas do Programa, com quem assisti aulas, debati ideias e dei boas rizadas

A CAPES- Demanda Social pela bolsa de estudos durante os dois anos de realização do mestrado.

Enfim, a todos com quem tive o prazer de conviver nesses anos, colegas e professores que dividiram experiências comigo, que não estão aqui citados, mas que influenciaram de alguma maneira todas as escolhas que fiz, que geraram tantas certezas e tantas dúvidas.

RESUMO

A charge na imprensa: o jornal Folha de São Paulo e o humor político (1964-1965).

A presente dissertação é resultado de pesquisa realizada a partir do jornal Folha de São Paulo durante os dois primeiros anos da ditadura militar brasileira. O recorte temporal busca dar visibilidade aos primeiros anos do governo militar e os discursos que o jornal construiu através da charge. A partir da criação da empresa, em 1921, várias modificações ocorreram, mas as charges como texto de opinião para tratar de política sempre foram utilizadas de maneira abundante. Até a década de 1960 a empresa Folha, era constituída por três periódicos, a Folha da Manhã, Folha da Tarde e Folha da Noite, que nesse mesmo ano foram unificados e deram origem ao jornal Folha de São Paulo. Diante disso, a publicação passou a ganhar um corpo único e a Folha tornou-se um dos grandes representantes da imprensa nacional. Portanto, tendo como base a análise de charges, a partir dos desenhos dos chargistas Nelson Coletti e Orlando Mattos, a intenção consistiu em problematizar os discursos presentes no periódico sobre a vida política nacional. O Golpe Militar que depôs o presidente João Goulart acarretou significativas mudanças na vida política do país, além de estar marcado por uma trajetória de violência contra os direitos humanos e restrições à liberdade. Diante disso, a participação da Folha de São Paulo enquanto formadora de opinião pública tem grande peso nas impressões que a imprensa procurou passar para seu público leitor. O ano de 1964 foi marcado pelo Golpe e pelos ajustes a Constituição e ao governo militar, a busca pela organização do país foi tema das charges encontradas no jornal Folha de São Paulo. A construção de discursos que visavam descobrir inimigos ideais como os comunistas e os corruptos foram temáticas muito presentes nas charges, bem como a ação do governo militar, apresentado na figura do general presidente Castelo Branco, como reformador e salvador do país. Já no ano de 1965 a compreensão de conflitos dentro do poder e as fissuras que envolviam o governo golpista fizeram aparecer a personagem da Falsa Democracia, construindo um discurso ambíguo sobre as práticas governamentais e os conflitos de interesses dentro do governo militar.

PALAVRAS-CHAVE: Golpe Militar, Folha de São Paulo, Charge, Imprensa.

ABSTRACT

The caricature in the press: the newspaper Folha de São Paulo and political humor (1964-1965).

This article is a research result conducted from the newspaper Folha de São Paulo during the two first years of the Brazilian military dictatorship. The time frame aims to give visibility to the first years of the military government and the speech built by the newspaper caricature .. The newspaper Folha de São Paulo arose from the junction of three smaller titles. Therefore, the publication got a single way and the Folha became one of the greatest representatives of the national press. From the foundation of the company in 1921, several changes took place, and the caricatures as text opinion to address policy have always been used abundantly. Therefore, the importance of this type of graphic had in this journal was perceived, and it is also noticeable the construction of a discourse from these prints. Thus, based on the analysis of this art, from the Nelson Mattos Coletti and Orlando's drawings, the intention was to analyze the discourse of the newspaper on the national political life. The military coup that overthrew President João Goulart has brought significant changes in the political life of the country, besides being marked by a history of violence against human rights and freedom restrictions. Therefore, the participation of the Folha de São Paulo while forming public opinion has a great importance in the impressions that the press tried to pass to its readership. Thus understanding the importance of the caricature during the period of dictatorship as politically engaged discursive practice, brings this research out. The year 1964 was marked by coups and adjustments by the Constitution and the military government, the search for the organization of the country was the subject of the caricatures found in the newspaper Folha de São Paulo. The construction of the speeches that aimed at discovering ideals enemies as communists and corrupt issues were very present in the caricatures, as well as the action of the military government, shown in the Figure of Castelo Branco, as a reformer and savior of the country attended the caricatures analyzed. In 1965 the understanding of conflicts within the power and the cracks involving the coup government's has already made the Fake Democracy character appear, building an ambiguous discourse on government practices and conflicts of interest within the military government.

KEYWORDS: Military Coup, Folha de São Paulo, Caricatures, Press.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 – A CHARGE NA IMPRENSA, MOVIMENTO POLÍTICO, HUMOR E PRÁTICA DISCURSIVA.....	20
1.1 HISTÓRIA, IMPRENSA E IMAGEM: UMA PROBLEMÁTICA HISTÓRICA.	20
1.2 A FOLHA DE SÃO PAULO, “UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL”	25
1.3 A TRAJETÓRIA DE NELSON COLETTI E ORLANDO MATTOS.....	34
1.4 A CHARGE COMO OBJETO PARA A HISTÓRIA – ANÁLISE E DEFINIÇÕES CONCEITUAIS	39
CAPÍTULO II – O POSICIONAMENTO POLÍTICO DA <i>FOLHA DE SÃO PAULO</i> E O DISCURSO DAS CHARGES.	49
2.1 POSIÇÕES POLÍTICAS E SUA EFETIVAÇÃO ATRAVÉS DO DISCURSO DA <i>FOLHA DE SÃO PAULO</i>	49
2.2 O COMUNISMO NA PONTA DO LÁPIS	58
2.3 O GOVERNO MILITAR COMO “HIGIENIZADOR” DA MÁQUINA PÚBLICA: A CORRUPÇÃO.	69
2.4 O NOVO GOVERNO: OS MILITARES E AS AÇÕES PARA “SALVAR A PÁTRIA”.	81
CAPÍTULO III – O SURGIMENTO DA PERSONAGEM <i>FALSA DEMOCRACIA</i> NAS PÁGINAS NA <i>FOLHA DE SÃO PAULO</i>	90
3.1 A <i>FALSA DEMOCRACIA</i> E AS ELEIÇÕES DA CIDADE DE SÃO PAULO.	91
3.2 A DISPUTA ELEITORAL PARA GOVERNADOR E OS DISPOSITIVOS LEGAIS PARA AS ELEIÇÕES.....	97
3.3 O ATO INSTITUCIONAL Nº 2 E A EXTINÇÃO DOS PARTIDOS.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
FONTES.....	116
BIBLIOGRAFIA.....	118

INTRODUÇÃO

O presente trabalho nasceu da intenção de pesquisar o papel do desenho de humor durante os anos de 1964-1965 e a presença desse tipo de arte na grande imprensa do período. Desse modo, buscamos perceber como o jornal *Folha de São Paulo*, através das charges que Nelson Coletti e Orlando Matos publicavam, construiu o acontecimento do Golpe Militar e seus desdobramentos, qual era o discurso ideológico que estava presente nesses desenhos, e o que pretendiam com essas publicações. Buscamos portanto, analisar os discursos proferidos nas charges em relação ao Golpe Militar de 1964 e os primeiros meses do governo militar.

Ao levar em conta tais fatores, procuro perceber o que esses artistas pretendiam com seus desenhos, quais os discursos que procuravam transmitir para o público, as perspectivas e expectativa dos mesmos com relação ao governo militar. Para isso procuro observar o resultado final dessa dinâmica relação entre o desenhista, sua obra, o jornal e a ideologia construída através das charges, que era um “texto” que chegava para o público leitor. Sendo assim, o entendimento do texto charge que era publicado todos os dias na *Folha de São Paulo* tinha estrita relação com o contexto político que o país estava vivenciando no período. E isso era importante tanto para a confecção das charges, dando a elas um sentido imediato, quanto para os leitores, que através do escopo da charge, entravam em contato com discursos acerca do contexto vivido em 1964 e 65.

Pretendemos entender como o discurso, através da charge, estava sendo desenvolvido por Nelson Coletti e Orlando Matos, os dois chargistas do jornal *Folha de São Paulo* durante o período. Assim, portanto, analisar os discursos nas charges em relação ao Golpe Militar de 1964, e seus meses subsequentes, até a promulgação do Ato Institucional Nº 2, no ano de 1965 é o objetivo do trabalho.

Entendo que a charge, que também indico como desenho de humor, é uma ferramenta discursiva tão eficiente quanto o texto, por isso a escolha dessa natureza de fonte para a análise histórica. É imperioso perceber a importância da charge enquanto um texto que produz um discurso, e também ter a percepção da charge enquanto arte engajada, que tem em seus usos uma ação política, percebendo a prática discursiva que está sendo produzida.

Os usos que foram feitos de charges durante a ditadura brasileira, principalmente com publicações da imprensa alternativa, tais como: A criação de personagens como o ratinho Sigmund do jornal *O Pasquim*, a crítica ao governo através de desenhos agressivos, que

tematizavam o governo militar e seus desmandos como as obras de Ziraldo, Jaguar e Millôr Fernandes, é que permitem pensa-la como arte engajada. A presença massiva desse tipo de arte em publicações de sindicatos, organizações de cunho anarquista e também comunista também levam a entendê-la enquanto meio de contestação e/ou arte engajada.

Com a ideia de que a charge é uma arte engajada, entendemos que usos que foram feitos dela durante a ditadura militar brasileira, principalmente com as publicações da imprensa alternativa, é perceptível a relação deste tipo de arte com o universo político como um engajamento voltado para a contestação, a quebra da ordem vigente. Nesse sentido tivemos periódicos de destaque que contestavam o regime militar. Também a presença massiva desse tipo de arte em publicações de sindicatos, organizações de cunho anarquista e também comunista dão a toada dessa noção de contestação para a natureza do desenho charge.

Nesse sentido, é importante percebermos como, através da natureza contestatória da charge, existe outra, de cunho pedagógico, que pode ser entendido através dos usos que se querem para essa arte.

Portanto, os desenhos de humor estavam dispostos nos dois lados da “trincheira”, a batalha de visões e versões sobre os acontecimentos do golpe militar e durante o regime que se sucedeu também foi contemporâneo a esses acontecimentos, principalmente em órgãos que tem como proposta noticiar e veicular os acontecimentos considerados importantes dentro de um país, a imprensa.

Além disso, a charge, ao ser elaborada a partir do ambiente político, está vinculada a crítica, e quando se está criticando algo, necessariamente está apoiando outro ponto de vista, realiza-se uma oposição ideológica.

Muitos dos veículos de imprensa brasileiros tinham na charge uma maneira de expressão, de proliferação de discursos, de acordo com seu envolvimento político, partidário, e seus objetivos diante do governo ditatorial. Tanto em jornais que representam a grande imprensa, como *O Estado de São Paulo* e *Folha de S. Paulo*, quanto em periódicos menores, independentes e até clandestinos, a charge teve papel importante na formação da imprensa brasileira. Esses desenhos tanto eram publicados e construídos por agentes que apoiavam o regime militar, quanto pelos que o contestavam.

Aqui apresento a charge como um instrumento que, pela característica satírica que carrega, tem muito além de um caráter cômico, um caráter político, estando envolvida em aspectos críticos sobre a sociedade na qual o artista está inserido. Segundo Wladimir Propp,

“a sátira levanta e mobiliza a vontade de lutar, cria ou reforça a reação de condenação, de não compactuação com os fenômenos representados e, por isso mesmo contribui para intensificar a luta para removê-los e erradicá-los”¹. Assim, levando em conta tais características, aproprio-me da fala do cartunista Sérgio Jaguaribe, o Jaguar, que, ao escrever o prefácio da obra de Siné profere as seguintes palavras: “a posição – e responsabilidade – que o humorista deve assumir na sociedade, é a de crítico da sociedade, e não de fabricante de amenidades para o público leitor”², Jaguar, faz a defesa de um lugar social que o cartunista deve ocupar. Tal responsabilidade estaria qualificando o artista como um agente histórico que deve, munindo-se de suas “armas” (o desenho de humor) lutar por seus ideais, suas escolhas e através da crítica alertar o leitor para as mazelas da sociedade. Dessa maneira o cartunista está, nas palavras de Jaguar, ocupando o lugar de “crítico da sociedade” e não apenas distraindo o leitor.

Com a caracterização desse papel social que o cartunista busca, entendo o desenho de humor na sociedade como um texto com grande força e influência, com uma carga ideológica tão grande como a do texto escrito, e portanto tão eficaz quanto. Sendo que o humorista pode, em poucos traços e palavras, ou nenhuma palavra, dependendo do desenho, traduzir uma sentença, um texto na qual investe no conteúdo ideológico para transmitir ao leitor um determinado posicionamento político. Entendo também que pela presença desse tipo de arte na imprensa, remontando ao século XIX, com as publicações de gravuras que uniam o humor e a crítica, a imagem e a caricatura, a charge tornou-se um campo importante de análise na área da história.

Arte importada da França, que teve grande crescimento e difusão, principalmente com as revistas ilustradas do século XX³. Assim, o artista passa a ser também um formador de opinião, que através da charge repassa aspectos da vida política ao seu leitor, como um artigo de opinião. O chargista Gilberto Maringoni, parafraseando o chargista Fortuna, define a charge como editorial gráfico⁴, por estar em posição privilegiada nos jornais, na página nobre, juntamente com os artigos de opinião, voltados para a questão política.

¹ PROPP, *apud* GAWRYSZEWSKI, Alberto (org.) **O amigo da onça**. Uma expressão da alma brasileira. Coleção História na Comunidade. Vol.1, Londrina-PR: Universidade Estadual de Londrina, 2009. P 67

² SINET, Maurice. **Siné e cia**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 1968.

³ GAWRYSZEWSKI, Alberto (org.) **O cruzeiro**. Uma revista (muito) ilustrada. Coleção História na Comunidade. Vol.3, Londrina-PR: Universidade Estadual de Londrina, 2009.

⁴ MARINGONI, Gilberto. Humor da charge política no jornal. *in* **Revista de Comunicação e Educação** nº 7. SãoPaulo, Moderna, 1996, p 86.

Portanto o artista, ao elaborar uma arte, uma charge, a carrega com influências políticas que estão imbuídas em seu próprio pensamento, vinculadas aos órgãos de imprensa nos quais circulam e consequentemente aos grupos que estão ligados. Em busca de uma maior liberdade de criação, alguns desses artistas, durante a ditadura militar brasileira buscou criar seus próprios jornais, que eram movidos pelo desejo de manter-se fiel a suas convicções sociais, políticas e culturais, um exemplo é o jornal *O Pasquim*, que surgiu pelas mãos de um grupo de humoristas e jornalistas e teve papel importante na imprensa brasileira. Levando em conta que muitos dos órgãos de imprensa mais notáveis e tradicionais, constituíram uma linha editorial muito rígida, sem possibilitar que o artista/chargista pudesse ter uma “liberdade” temática e crítica na criação dos desenhos.

Mas como apontado anteriormente, os grandes jornais também tinham a charge em suas páginas, e a liberdade de criação dos artistas muitas vezes era limitada por conta da linha editorial desses jornais maiores, comprometidos com uma ideologia regulada pelo mercado e pelo seu público leitor. Diante disso, os artistas tinham um compromisso com a fidelidade a linha editorial, não podendo fugir a orientação dos editores.

Entretanto, ao criar uma charge, o artista tem a possibilidade de dizer nas entrelinhas, o que permite uma liberdade vigiada perante a linha editorial do jornal. De qualquer modo, os discursos que se apresentam nas charges da *Folha de São Paulo* estão transitando entre a liberdade de criação do artista, a fidelidade à linha editorial do jornal, os vínculos que este órgão de imprensa mantinha e a relação entre a imprensa e a censura durante o regime militar.

O desenho de humor possibilita deixar algum assunto ou tema subentendido, a gosto muitas vezes da interpretação e do poder de imaginação do leitor. Possibilitou muitas vezes que a ideia de uma matéria ou uma arte chegasse ao público alvo, a consumidores de jornais e revistas que tinham em suas mãos um material que unia a escrita da matéria a uma arte, que com humor procurava transmitir uma mensagem, um discurso a esse leitor.

Todas essas relações estão representadas na charge, apresentada através das páginas do jornal. Assim, o trabalho com charges possibilita compreender um processo histórico específico, que no caso dessa pesquisa é a ditadura militar instaurada no Brasil em 1964. E esse tipo de análise, levando em conta as charges é uma forma de fazê-lo, de perceber como os sujeitos pensaram, vivenciaram e interpretaram esse processo.

Desse modo, com esse projeto pretendo perceber através das charges de Orlando Matos e Nelson Coletti⁵, como foi construído o discurso desses dois artistas que estão vivenciando o ambiente nacional dos primeiros meses do regime ditatorial. É sabido que a partir de 1968 entra em vigência o Ato Institucional Nº 5 que reforça e arrocha ainda mais a censura à liberdade de expressão e aos meios de comunicação. Tal ato acabou por cercear contundentemente a difusão de ideias e opiniões de sujeitos que lutavam pela democratização, por outros projetos políticos, ou de modo mais amplo, pelo respeito aos direitos humanos no país. Mas por outro lado, esse acirramento na censura fez com que meios “alternativos” de crítica, muitas vezes pensados para driblar a censura e a repressão surgissem. Assim, o desenho de humor foi uma das diversas ferramentas utilizadas para driblar o controle da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP). Departamento responsável pelo controle de todos os meios de mídia, jornais, revistas e diversas outras publicações, bem como a música, cinema e o teatro que também não escapavam da censura.

Existem notórios trabalhos sobre o período compreendido após o AI 5. Podemos citar os trabalhos mais conhecidos no meio historiográfico, como o de Bernardo Kucinski *Jornalistas e Revolucionários*⁶, que faz um grande estudo sobre os órgãos da imprensa alternativa durante a ditadura militar brasileira. Os posicionamentos ideológicos, a crítica aos costumes são temas abordados pelos jornais analisados por Kucinski, que em mais de sessenta entrevistas, busca compreender e historicizar a imprensa alternativa durante a ditadura militar brasileira. *O Pasquim*, *Bondinho*, *Ex*, *Versus*, *Coojornal*, *Repórter*, *Opinião*, *Movimento* e *Em Tempo* foram órgãos da imprensa alternativa analisados por Kucinski.

Outros trabalhos na área têm os órgãos da imprensa alternativa como fonte, como, por exemplo, a dissertação de mestrado de Adriana Aparecida de Almeida, *O Pasquim e o Pasquim21* que faz uma análise da construção do discurso do jornal *O Pasquim* durante o período ditatorial⁷. Neste trabalho, podemos perceber a importância dada a esses veículos da imprensa alternativa no período pós AI-5. O destaque a característica de arte combatente, contra o regime ditatorial é o foco dos trabalhos de Almeida e Kucinski. Para tanto, optei por trabalhar com o período anterior ao AI-5 e, ao encontrar a charge também nos grandes jornais, o problema histórico foi formando-se. As pesquisas relacionadas ao desenho de humor

⁵ A análise restringe-se aos dois artistas, pois são eles os responsáveis pela produção das charges publicadas no jornal durante o período analisado.

⁶ KUCINSKI, BERNARDO, **Jornalistas e Revolucionários**: Nos tempos da Imprensa Alternativa, São Paulo, Editora: EDUSP, 2ª Edição, 2003.

⁷ ALMEIDA, Adriana Aparecida de. **O Pasquim e O Pasquim21**: práticas discursivas jornalísticas de resistência. Dissertação (mestrado em linguística) UNICAMP. 2006

durante a ditadura militar buscam geralmente trabalhar com o período pós-AI5, a partir de 1968, por isso optei por trabalhar no período anterior, quando o regime militar ainda estava instaurando-se. Além disso, são abundantes as pesquisas sobre o jornal *Folha de São Paulo*, entretanto, o recorte temático e a temporalidade trabalhada de fato não estavam no hall das pesquisas acadêmicas.

Também trabalhos que envolvem os jornalistas que atuavam nesses órgãos da imprensa alternativa, como a tese de doutorado de Andréa Cristina de Barros Queiroz: *Enfim, um escritor com estilo*, que trata da carreira do jornalista Millor Fernandes, criador da revista alternativa *Pif-Paf* (1964). E o livro de cunho biográfico de Dênis de Moraes *O Rebelde e o Traço* que trata da vida de Henfil, um dos idealizadores do jornal *O pasquim*. Mais uma vez o foco do trabalho foi o artista que atuou conjuntamente na imprensa de contestação, alternativa.

Em contato com o livro de Rodrigo Pato Sá Motta, *Jango e o Golpe de 1964 na Caricatura*, tive a oportunidade de conhecer uma pesquisa histórica sobre o desenho de humor nos órgãos da grande imprensa. O livro de Motta tem como foco o recorte temporal do governo de João Goulart, não se aprofundando na discussão sobre as publicações de charges durante o período ditatorial, o que deixa uma lacuna nos estudos sobre o tema. Diante da pesquisa de Rodrigo Mota que se concentra nos periódicos *O Estado de São Paulo*, *Tribuna da Imprensa*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã* percebi a ausência do jornal *Folha de São Paulo* nas fontes pesquisadas por ele. Portanto, minha escolha em trabalhar com essa fonte foi oriunda dessas constatações. Primeiro, a presença do desenho de humor na grande imprensa ser menos pesquisada e segundo, a atenção, tanto dentro da academia quanto de um modo geral a presença da charge e a atuação da imprensa alternativa e seus atores durante o período ditatorial brasileiro.

A essa pesquisa, fez-se necessário buscar informações sobre a atuação do Jornal *Folha de São Paulo* na época, fazendo assim com que, na análise, levemos em conta a constituição do Jornal como um órgão de imprensa, formado e vinculado a grupos políticos, econômicos e com interesses regulados pelo mercado, bem como traçar a trajetória desse periódico. Assim, buscando perceber como as charges também estavam inseridas nesse ambiente da *Folha de São Paulo*, atravessadas pelas práticas dos chargistas, diretores e editores.

Jornais como a *Folha de São Paulo*, publicavam em suas páginas charges que conotavam concordância com o regime ditatorial, bem como estavam ladeadas de reportagens

e textos sobre os “militares revolucionários”. O termo “revolução” foi utilizado indiscriminadamente pela *Folha de São Paulo*, quando o jornal referia-se ao Golpe Militar. O editorial do dia 08 de abril de 1964, intitulado *Comunismo e corrupção* referiu-se ao Golpe Militar como “vitoriosa revolução”⁸, e que os militares revolucionários deveriam combater os elementos comunistas e corruptos presentes na máquina administrativa nacional. O editorial do dia seguinte pedia a imediata eleição de um novo presidente, para que assim os “ideais da nobre revolução” não fossem perdidos⁹. Podemos verificar assim a concepção positiva que foi construída pela *Folha de São Paulo* com relação ao Golpe Militar. Pois ao utilizar o termo Revolução, toda a herança linguística que essa palavra denota foi também ideologicamente ativada.

Mas para delimitar algumas nuances de minha fonte, é necessário afirmar que a *Folha de São Paulo* não manteve-se sempre com a mesma linha editorial, como o jornal concorrente *O Estado de São Paulo*. De acordo com Elaine Muniz Pires, *A Folha de São Paulo* teve variações em sua orientação política, que aconteceram de acordo com as mudanças que ocorriam no próprio interior do jornal. Portanto, a abordagem da trajetória do jornal se faz necessária, para percebermos essas modificações¹⁰.

Mas o que procuro aqui são as charges que esse veículo publicou nos anos de 1964-65. Pois a orientação que o jornal possuía durante o governo de João Goulart era de oposição, deliberadamente anti-janguista¹¹. Busquei compreender como o discurso do jornal passa a ser veiculado após o sucesso do golpe e o início do governo militar, também levando em conta charges publicadas com a figura de João Goulart.

Portanto, penso que o lugar social do chargista na imprensa brasileira torna essa arte uma arte engajada politicamente, produtora de um discurso pertinente a uma ideologia que é demarcada pelas posições sociais ocupadas pelo seu produtor (o chargista) e reproduzidor (o jornal).

Dessa maneira, observo que não necessariamente uma arte engajada é de esquerda, pois aqui engajada entende-se por difusora de ideais e imbuída de significados políticos, e que

⁸ **Comunismo e corrupção.** Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 12.715, 08 de abril de 1964.

⁹ **Volta a normalidade.** Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 12.716, 09 de abril de 1964.

¹⁰ PIRES, Elaine Muniz. **Imprensa, Ditadura e Democracia.** Dissertação (Mestrado em História) PUC-SP. São Paulo, 2008. P 15.

¹¹ KUSHNIR, Beatriz. Pelo viés da colaboração: a imprensa no pós-64 sob outro prisma. **Revista Projeto História**, São Paulo, EDUC, nº. 35, 2007, p. 27-38.

pode estar tanto lutando contra algo que acontece na sociedade quanto reafirmando e apoiando tal acontecimento. Assim, a charge pode servir tanto para criticar algo, quanto para legitimar, utilizando-se do humor para isso¹².

Para trabalhar com tal natureza de objeto, partilho da concepção de imagem trazida por Martine Joly que percebe a imagem enquanto metáfora, ou seja, a imagem nada mais é do que o emprego de tal para passar uma mensagem, em suas palavras “falar por imagens”. Sendo assim, a imagem está concebida enquanto um elemento da retórica, que tem por objetivo passar algo para o leitor, uma mensagem que está empregada não necessariamente em letras e frases, mas está “desenhada”, no caso da charge “O que se sabe da metáfora verbal, ou do falar por ‘imagens’, é que consiste em empregar uma palavra por outra, em virtude de sua relação analógica ou de comparação”¹³.

Nesse sentido, a imagem é entendida como uma forma de representação, “Dar a alguma coisa o sentido de outra”¹⁴, assim, uma representação de um fato não é o fato em si, mas sua caracterização através da fotografia, da descrição textual e também da charge. Sendo assim, essa representação também está permeada de ideologias, marcada propositalmente, fazendo da subjetividade fator importante para essa análise.

Também, partindo desse ponto de análise, o historiador alemão Ernst Hans Gombrich, trata a caricatura como uma obra que tem a propriedade de “traduzir os conceitos e símbolos abreviados de nosso discurso político para situações metafóricas”¹⁵. Assim trato a charge enquanto ferramenta que está embebida em concepções políticas e consequentemente está vinculada ao nosso social.

Portanto, por conceber a imagem enquanto linguagem específica, considero que, tal instrumento de comunicação tem suas particularidades e abre a possibilidade de análise enquanto um objeto formador de opinião e disseminador de discursos. Tal concepção perpassa pela interpretação que a imagem tem de algo, pois, ainda com Joly, “se ela parece é porque ela não é a própria coisa: sua função é portanto, evocar, querer dizer outra coisa que não ela própria, utilizando o processo da semelhança”¹⁶. O signo que ela gera de seu objeto representado permite que exprima outros significados para aquele objeto/situação. Assim

¹² GAWRYSZEWSKI, Alberto (Org.) **O amigo da onça**. Uma expressão da alma brasileira. Coleção História na Comunidade. Vol.1, Londrina-PR: Universidade Estadual de Londrina, 2009. P 69

¹³ JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. São Paulo: Papirus, 1996. P. 22.

¹⁴ GAWRYSZEWSKI, Alberto (Org.) **Imagem em debate**. Londrina: EDUEL, 2011. P 207.

¹⁵ GOMBRICH, E. H. O arsenal do cartunista. In: **Meditações sobre um cavaleiro de pau e outros ensaios sobre a teoria da arte**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza, São Paulo: Edusp, 1999.

¹⁶ JOLY, op, cit. P. 39.

fazendo com que a charge possa passar ao leitor situações simbólicas do cotidiano que vão gerar a cadeia interpretativa daquela imagem que está representando algo concreto, que liga a gravura a situação real.

Ao captar a significação dada para a charge, percebe-se que esta arte está estritamente vinculada ao contexto em que é produzida, assim, não impossibilitará que um leitor compreenda alguns signos nessa imagem. Entretanto isso não significa que compreenda em sua totalidade a mensagem que essa imagem passa, ligando-a fortemente ao seu contexto de criação¹⁷.

Além de recursos oriundos da semiótica, a partir de Martine Joly, contribuições da Análise do Discurso foram utilizadas, partindo principalmente de dois autores, Eni Orlandi e Rosinaldo Miani. Eni Orlandi é a principal teórica que nos auxilia a compreender como funciona a interpretação das práticas discursivas diante do trabalho do historiador. Eni Orlandi aborda, através de seu texto *Efeitos do verbal sobre o não-verbal*¹⁸ a possibilidade de uma análise discursiva que tome enquanto objeto materiais não verbais. Portanto, quando nos propomos a construir o corpus da pesquisa, devemos levar em conta a relevância das propriedades discursivas que queremos para nosso trabalho, e dessa maneira já selecionamos o discurso que vamos analisar.¹⁹ Portanto, ao estabelecermos a charge enquanto um objeto que encampa adequadamente nossos inquietamentos com relação a história recente brasileira, localizamos nessa natureza de objeto o discurso que pretendemos analisar.

Ainda com Orlandi, quando buscamos compreender os discursos dos objetos, esses estão historicamente inscritos, e portanto a significação das palavras que são empregadas (ou os signos desenhados) tem uma história, uma relação de sentido que perpassa o simples ato de dizer “revolução” determina o sentido que se quer empregar para o fato. Ao apropriar-se dessa palavra o locutor transmite toda a história do termo revolução para o discurso proferido. Assim, a ideologia está implícita nas palavras e no modo como a aplicamos. Desse modo, Eni Orlandi trouxe contribuições valiosas para nossa análise, ao pensarmos esses elementos oriundos de uma teoria da Análise de Discurso.

Com relação a ideologia, localizamos o significado que esse termo tem para a Análise de Discurso, do qual compartilhamos para pensar nosso objeto. Segundo Eni Orlandi, o dito

¹⁷ Idem., p.42

¹⁸ ORLANDI, Eni P. *Efeitos do verbal sobre o não verbal*. **Rua**. N°. 01. Campinas, SP: Labeurb/Unicamp, 1995. p. 35-47.

¹⁹ ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**. Princípios e procedimentos. 4. ed. Campinas: Pontes. 2002. P. 63.

sempre está atravessado pelo não dito, pelo subjetivo, que vem através do dito, agregar significados que não foram ditos²⁰. Dessa maneira, ao escrever o termo revolução²¹, os jornalistas da *Folha de São Paulo* estão, muito além de dizer apenas “revolução” dizendo que não foi um Golpe, e também trazendo a herança histórica dessa palavra. Sendo assim, através do dito, o não dito está sendo proferido, e essa cadeia de significações determina a ideologia presente no discurso.

Assim, a noção de ideologia que utilizo aqui é a formação de um discurso que pretende convencer o leitor através da charge, de que a ideia por trás dos desenhos de humor é efetivamente aquela, propositalmente construída com objetividade, através do que o leitor vê e lê, e com subjetividade, dependendo aí da interpretação do discurso da charge por parte desse leitor.

Outro autor que nos auxilia com relação a Análise do Discurso, e esse especificamente trabalha com a charge é Rosinaldo Miani. Em seu artigo *Charge, uma prática política e ideológica* Miani desenvolve alguns raciocínios com relação a prática discursiva presente na charge²². Tomando a charge enquanto um signo social, aquele que pretende significar, entendemos que o signo é a relação entre significado e significante, portanto, para se pensar a charge enquanto um signo que pretende passar um discurso, essa se utiliza de artifícios particulares a sua caracterização, como símbolos, representações caricaturadas e o humor. Para a ativação desses artifícios, faz-se necessário que o sujeito significante decodifique os sentidos implícitos na charge, conseguindo assim decompor seus elementos (subjetivamente) e assimilando a ideologia implícita nessa charge. Ora, mas se o sujeito simplesmente assimila a ideologia, isso significa que o leitor (da charge) é passivo e não pode escapar dela. A questão do sujeito que lê o texto chargístico não pode ser abordada, pois não há um método que possa “medir” a intensidade do convencimento de um discurso chargístico. Podemos apenas afirmar que, de fato, a charge é um mecanismo ideológico de significação, que tem como função passar um discurso ao seu interlocutor.

²⁰ Idem., P. 82.

²¹ Para Florestan Fernandes, o uso da palavra *revolução* como sinônimo de golpe de Estado (principalmente no que dizia respeito ao governo militar brasileiro e à tomada de poder em 1964) tem um profundo caráter ideológico. Fernandes concorda que a definição de revolução oferece pouca controvérsia: revolução é um fenômeno social e político de mudanças rápidas e drásticas nas estruturas sociais, em que a ordem social vigente é subvertida. Mas o uso das palavras sempre se remete às relações de dominação, assim, empregar revolução em vez de golpe de estado para nomear um acontecimento que não transformou as estruturas sociais é uma forma de escamotear a realidade histórica. SILVA, K. V. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2006. p.364.

²² MIANI, Rosinaldo. “Charge: uma prática discursiva e ideológica”. **XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação. Anais**. Campo Grande, 2001.

Diante disso, auxiliando na interpretação da ideologia presente nas charges. A Análise do Discurso possibilitou perceber o desenho de humor enquanto linguagem, e nesse sentido transmitindo práticas discursivas que, permeadas pelas ideologias como são, estão muito mais que descrevendo um tema político, mas também prescrevendo através de sutilezas que estão muito além do texto escrito e do desenho, atravessando essas formas.

Outra importante obra utilizada como suporte teórico foi o livro *Jornalistas e revolucionários* de Bernardo Kusinski.²³ Através desta obra, foi possível definir o conceito de imprensa “alternativa ou nanica”, que por não estar relacionada à política dominante e por suas publicações serem de pequeno porte, bem como pelo caráter diminuto que tinha comparados a “grande imprensa”, que eram assim definidos.²⁴

A charge é tomada como um grande instrumento de contestação do regime. Mas as charges não foram somente publicadas em veículos da imprensa alternativa²⁵, Muitos chargistas publicaram em grandes jornais durante o período ditatorial brasileiro.

Para realizar as discussões aqui propostas o trabalho foi dividido em três capítulos, a partir dos quais se buscou analisar e problematizar as charges durante os primeiros dois anos da Ditadura Militar brasileira.

Assim, no primeiro capítulo intitulado *A charge na imprensa, movimento político, humor e prática discursiva* buscou-se apresentar o jornal *Folha de São Paulo*, visando acompanhar sua trajetória de criação e as modificações que o jornal sofreu ao longo do tempo, desde o ano de 1921, data de sua criação até a década de 1960, período que delimita nosso estudo. Em uma segunda parte desse capítulo, é feita uma incursão sobre a história da charge, como esse gênero gráfico tornou-se um importante componente da imprensa nacional. Para isso, também tento esclarecer diferenças entre os gêneros gráficos charge, caricatura e cartum, para delimitar melhor meu objeto de estudo.

No segundo capítulo, intitulado *O posicionamento político do jornal Folha de São Paulo e o discurso das charges* busco contemplar primeiramente as posições políticas assumidas pelos sujeitos que atuam na *Folha de São Paulo*. Posteriormente, dedico-me a

²³ KUSINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 2ª Ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Edusp, 2003.

²⁴ Idem., P. 29.

²⁵ Entende-se aqui o conceito de Imprensa Alternativa baseado em Bernardo Kusinski, que define como periódicos da imprensa alternativa aqueles que se mostravam enquanto a alternativa ao governo ditatorial; tinham tiragem e venda em número reduzido e eram caracterizados pelo regime militar como publicações de resistência.

análise das charges propriamente ditas. Separadas por temáticas, cada núcleo apresentado nesse capítulo pretende abordar as questões políticas nacionais tratadas pelos chargistas Orlando Mattos e Nelson Coletti. Não deixando de lado a observância de que as charges fazem parte do jornal, e portanto estão atravessando e sendo atravessadas pelos discursos presentes no periódico.

No terceiro capítulo, intitulado *O surgimento da personagem “falsa democracia” nas páginas da Folha de São Paulo*, busquei trabalhar com o surgimento da personagem Falsa Democracia a partir de 1965 e mais análises das mudanças que surgem com o passar de um ano do golpe militar de 1964. Esse capítulo foi dedicado a perceber como, através de um discurso vinculado as movimentações políticas nacionais, a personagem *Falsa Democracia* foi criada para representar determinados setores da política brasileira, e qual a relação que esse personagem estabelece com o governo do General Castelo Branco.

CAPÍTULO 1 – A CHARGE NA IMPRENSA, MOVIMENTO POLÍTICO, HUMOR E PRÁTICA DISCURSIVA.

1.1 HISTÓRIA, IMPRENSA E IMAGEM: UMA PROBLEMÁTICA HISTÓRICA.

A presente dissertação tem como preocupação o período inicial da ditadura militar brasileira, os dois primeiros anos do regime, que se inicia em 1964 com o golpe. Para essa pesquisa, procuro problematizar a atuação de chargistas brasileiros no Jornal *Folha de São Paulo* durante esse primeiro período.

Procuro aqui abordar um objeto que se tornou difundido na imprensa mundial, principalmente a partir do século XX que foi o desenho de humor. Essa ferramenta é ainda pouco explorada pelos historiadores, apesar de termos alguns trabalhos valorosos na área, ainda existem questões inexploradas. Também levando em conta que a charge torna-se ferramenta de manifestação de opinião de artistas que procuram condensar grandes ideias em um instrumento mais sintético que o texto. O desenho de humor é formado por algumas características particulares de forma e linguagem. A ironia, é um instrumento textual através do qual a verdadeira mensagem que se quer passar, muitas vezes é levada a cabo através de um jogo de se dizer o contrário do que se pensa²⁶. Ou se dizer o contrário do senso comum contemporâneo a charge, com relação a política, isso faz com que a ironia seja utilizada na charge para expressar a opinião através de textos que pretendem denotar um sentido, através do dizer (desenhar) da maneira contrária a ideia proposta.

Nesse sentido, para a charge, carregar a ironia significa transmitir um discurso que ao significar simbolicamente uma ação, uma cena, está a inserindo no contexto de criação e na representação da realidade, invertida, carregando ali o sentido de crítica ou de apoio a uma situação dada.

E como classificamos a charge como um desenho de humor, temos também a presença do provocar o riso, da veia humorística que está presente na charge. Isso faz com que o observador/leitor, de uma maneira rápida e bem humorada perceba do que se trata a abordagem, criando assim a dimensão de ferramenta ideológica por parte da charge.

²⁶ LEÃO, Jacqueline Oliveira. Breves considerações sobre o conceito de ironia, de Søren Kierkegaard. **Revista espaço acadêmico**. Nº 144, Maio 2013. Maringá, 2013.

Considero a charge uma ferramenta que pode ser muito bem explorada pelo historiador. Pois esse material, por ser um desenho satírico está embebido em humor, humor esse muitas vezes ácido, o que faz com que o leitor tenha reações fortes perante o desenho. Para Gawryszewski, o riso pode ser “um elemento aglutinador, reforçador identitário. Se ele reforça a identidade, igualmente reforça a diferença”²⁷. O que temos é que o humor causa muitas vezes uma subversão, uma quebra repentina na ordem das coisas, mais propriamente tratando-se do humor gráfico. Os artistas através desse mecanismo, praticam o rompimento com alguns aspectos da vida social, ridicularizando, exagerando, fazendo com que o espectador sintam-se ambientado perante a identificação gráfica dos aspectos de sua sociedade, de suas experiências vividas, e através disso arranca-se o riso. Essa sátira também se deu, nas fontes trabalhadas nessa dissertação, através de uma ridicularização, muitas vezes do considerado inimigo que estava representado nas charges da *Folha de S. Paulo*.

Para se entender como esse objeto tem importância como problemática histórica, torna-se necessário debruçar-se sobre a imprensa. Aqui utilizada como fonte para explorar os caminhos da prática discursiva e da efetiva atuação de parte dos meios de comunicação durante o Golpe Militar de 1964 e os primeiros momentos do governo ditatorial.

O entendimento de que os órgãos de imprensa foram importantes atores na fragilização do governo João Goulart, e alguns foram apoiadores do regime militar subsequente não implica necessariamente em dizer que esses órgãos de imprensa efetivaram o Golpe Militar²⁸. Mas é importante que se reconheça a atuação da imprensa como grande responsável na formação ideológica de seu público leitor, que encontra nas páginas dos jornais muito mais que informações sobre política. Encontra também a ideologia que há por trás dessas reportagens e desses artigos, que são disseminados através de práticas discursivas que pretendem convencer o leitor. Através de charges, artigos de opinião, manchetes e imagens, o jornal *Folha de São Paulo* difundiu um discurso que apoiou o golpe militar e em seguida o regime. Abaixo segue trecho do editorial publicado no dia 02 de abril de 1964, intitulado “Em defesa da lei” que contribui para perceber tal apoio.

São claros os termos do manifesto do comandante do IIº exército. Não houve rebelião contra a lei, mas uma tomada de posição em favor da lei. Na verdade as forças armadas destinam-se a defender a pátria e garantir os poderes constitucionais a lei e a ordem. Ora, a pátria estava ameaçada pelo

²⁷ GAWRYSZEWSKI, op, cit. P 66.

²⁸ Tal afirmação vai ao encontro do posicionamento de Rodrigo Patto Sá Motta, que no livro *Jango e o golpe na ditadura militar brasileira*, analisa caricaturas sobre o presidente João Goulart durante seu governo, de 1961 a 1964.

comunismo, que o povo brasileiro repele. Os poderes constitucionais haviam sido feridos de morte, tantos os desrespeitos a Constituição, a lei, ao regime federativo. E a ordem periclitava com a quebra de disciplina e de hierarquia nas forças armadas... Assim deve-se enxergar o movimento que empolgou o país. Representa, fora de dúvida, um momento dramático de nossa vida, que felizmente termina sem derramamento de sangue. E termina com a vitória do espírito de legalidade, reestabelecido o primado da Constituição e do Direito²⁹.

O então editor chefe da *Folha de São Paulo* no ano de 1964 era José Reis³⁰, e era o responsável por escrever os editoriais da *Folha de S. Paulo*, bem como organizar e crivar as informações que o periódico publicava. É notável o caráter de importância que foi dado para esse editorial em específico, pois, ao contrário do usual, que tomava apenas uma parte da página, o editorial tomou toda quarta página do periódico. Mais extenso, era um manifesto da opinião da *Folha de São Paulo* diante da efetivação do Golpe de 1964.

Percebemos algumas palavras de ordem contra o governo de João Goulart, bem como palavras de apoio aos militares que tomaram o poder. No início do trecho transcrito acima, José Reis citou o manifesto do general Amaury Kruel, que seria uma “tomada de posição a favor da lei” dos militares, ao levarem a cabo o Golpe. Ainda no editorial, ditou a tomada de posição do que ele chamou de “povo brasileiro” ao determinar a “empolgação” que o povo haveria recebido o Golpe. Percebemos que a opinião do editor chefe da *Folha de São Paulo* foi realmente de empolgação diante do sucesso do Golpe Militar e uma calorosa recepção desse desdobramento, diante da citação do manifesto de Kruel.

Desse modo, percebemos como, a partir daí, nas páginas da *Folha de São Paulo* são sucessivas e expressivas as manifestações a favor do Regime Militar. Assim, busco perceber como o Jornal *Folha de São Paulo* transmitiu, através das charges que publicava, o acontecimento do Golpe Militar e seus desdobramentos. A essa pesquisa, fez-se necessário buscar informações sobre a atuação do Jornal *Folha de São Paulo* na época, fazendo com que a análise leve em conta a constituição do jornal como um órgão importante de imprensa, formado e vinculado a grupos políticos, bem como traçar a trajetória desse periódico. Assim, buscando perceber como as charges também estavam inseridas nesse ambiente do jornal, atravessadas pelas práticas de seus membros e na defesa de seu posicionamento político.

Juntamente com o editorial do dia 2 de abril de 1964, foi apresentada uma charge, ilustrando o texto editorial.

²⁹ **Em defesa da lei.** Jornal *Folha de São Paulo*, São Paulo, quarta página da edição nº 12.709, 02 de Abril de 1964.

³⁰ MOTA, Carlos G.; CAPELATO, Maria H. **História da Folha de São Paulo.** São Paulo: Impress, 1981. P 189.



FIGURA 1.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 12.709, 2 de abril de 1964.

A representação da constituição vai ao encontro do que diz o editorial, na tentativa de convencer o leitor da posição do jornal em defesa de uma Constituição nacional e em apoio ao golpe militar, que mais tarde será tratado pela *Folha de São Paulo* como Revolução. Nesse sentido, podemos perceber como o apoio ao golpe militar estava presente no jornal, tanto em forma de editoriais quanto em manchetes e charges.

Ao utilizar um periódico como fonte histórica, para discutir um elemento específico dentro desse objeto, a charge, que é o objetivo principal desse trabalho, faz-se necessário lançar o olhar sobre a constituição do periódico de um modo mais completo. Como afirmam Heloisa Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto a imprensa é transformada em fonte de análise pelo historiador, e isso é fruto de uma escolha:

Trata-se de entender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações

imprensa /sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe.³¹

Portanto, ao partirmos do pressuposto de que a imprensa é uma “linguagem constitutiva do social”, estamos encarando-a como um resultado das relações de força que existem na sociedade, mas ao mesmo tempo como um espaço que também as produzem.

Ao entendermos a participação da imprensa na sociedade como um órgão formador de opinião, compreendemos que os discursos apresentados por esses órgãos, que constituem o ambiente social, são discursos que influenciam a opinião de seus leitores. Essa não é uma relação mecanicamente constituída, mas o emprego da imprensa para a formação de opinião é sentida no ato de sua própria constituição, sendo que os editores, repórteres e demais colaboradores, por mais que clamam ao “compromisso com a neutralidade e a verdade” expressam seu ponto de vista e sua versão dos fatos.

A Grande Imprensa³² teve papel fundamental nessa formação de opinião. Principalmente pela abrangência da circulação e o acesso a informações por parte da população se dar através de jornais escritos, haja visto que o rádio e a televisão brasileiros ainda estavam em crescimento. Segundo dados utilizados por Juarez Bahia, no ano de 1957, foram computados 264 jornais diários, o que totalizava uma tiragem de 4 milhões de exemplares por dia. Isso totalizava 60 exemplares para cada grupo de 1000 habitantes³³.

Dados reunidos por Gisela Taschner indicam que a vendagem do jornal *Folha de São Paulo* nas bancas da capital paulista no ano de 1962 são de aproximadamente 80 exemplares diários por banca, reunindo as duas edições diárias³⁴. Com essas informações, podemos concluir que o jornal *Folha de São Paulo* teve importante participação nas vendas de jornais durante o período pesquisado³⁵.

³¹ CRUZ, Heloísa de Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História**. São Paulo: n° 35, dez. 2007. p 265.

³² Por Grande Imprensa aplico o termo utilizado por André Singer em que o define “para designar jornais e revistas de circulação nacional, cujos assuntos principais são política e economia e que são voltados para influenciar a opinião pública. Ao falarmos de grande imprensa deixamos de lado a imprensa regional, a imprensa popular, assim como o jornalismo televisivo e radiofônico”.

³³ BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. História da imprensa brasileira. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990. p 372.

³⁴ Devemos ressaltar que não foi possível localizar outros dados de tiragem e vendagem da *Folha de São Paulo* na bibliografia consultada. Tanto dados mais gerais quanto dos anos pretendidos nessa pesquisa. Taschner ressalta que as informações levantadas por ela não levam em conta a venda dos jornais fora da capital, o que puxa para baixo as vendas registradas.

³⁵ TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento**: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992. p 79.

É interessante ressaltar a importância que a imprensa teve como veículo formador de opinião no período, e a partir disso podemos compreender a atuação de pelo menos um desses grandes representantes, a *Folha de São Paulo*, que foi um dos grandes atores no decorrer do governo de João Goulart e depois do Golpe Militar de 1964, do governo de Castelo Branco, como poderemos ver no decorrer dessa dissertação³⁶.

Ao tratar da imprensa e seus atores como sendo órgãos constituintes do social, compreendemos que a atuação da imprensa está muito para além da “observação” da realidade e o papel de noticiar os acontecimentos. Como no trecho transcrito acima, podemos perceber a interpretação do golpe militar como um movimento que “termina com a vitória do espírito de legalidade”. A essa leitura da realidade efetuada pelo jornal é que procuramos nos atentar, tentando perceber como sua participação na sociedade brasileira se deu de acordo com convicções e vínculos que vamos desvendar mais adiante, na tentativa de perceber os discursos e os significados que a *Folha de São Paulo* pretendia anunciar aos seus leitores.

Com a atenção voltada para a *Folha de São Paulo* e seu conteúdo, temos que tomar cuidado com a análise de um periódico da imprensa nacional. Pois como agente ativo nas relações sociais, não podemos deslocá-lo para fora dessa sociedade. Portanto, no tocante a análise do periódico:

Uma abordagem corrente entre nós historiadores, cientistas sociais e estudiosos da comunicação é aquela que faz da história da imprensa um campo isolado, que se referencia a si mesmo, sem buscar as conexões e vínculos não só com a história de outras formas de comunicação, mas também com a história social mais ampla como, por exemplo, os movimentos políticos e sociais, as conjunturas e processos econômicos, e os movimentos e formações culturais às quais as formas históricas da imprensa se articulam de modo mais específico³⁷.

Articulando essas relações entre a imprensa e o ambiente social em que está inserido o jornal, busco contemplar a leitura das charges como práticas discursivas que permeiam as páginas do jornal e também estão atreladas a este ambiente social.

1.2 A FOLHA DE SÃO PAULO, “UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL”.

Para se analisar as publicações do Jornal *Folha de São Paulo*, se faz necessário uma incursão na trajetória desse periódico, havendo assim a possibilidade de percebermos as

³⁶ MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

³⁷ CRUZ. PEIXOTO, op. cit., p.258

nuances da fonte de pesquisa. Para tanto, é imperioso que a pesquisa extrapole as páginas do jornal em questão, e que conheçamos os demais domínios desse grupo empresarial.

Fonte de muitas pesquisas já realizadas e por realizar, esse periódico é emblemático por estar no hall dos maiores jornais do Brasil, em circulação e vendas. O jornal foi fundado com o nome de *Folha da Noite* no início da década de 1920. Ou seja, já se passaram mais de 90 anos de sua fundação, e nesse período muitas mudanças ocorreram: unificações, separações, vendas e modificações de projetos editoriais. Segundo Elaine Muniz Pires, que escreveu sua dissertação de mestrado sobre a construção da autoimagem do Grupo Folha, é difícil perceber uma orientação única para as publicações do grupo, pois os principais jornais do Grupo Folha sofreram modificações editoriais, alterações de comando da empresa, e por isso não mantiveram uma imagem única para suas publicações.

Os principais jornais do conglomerado, as ‘Folhas’ como são conhecidas as publicações Folha de S. Paulo, Folha da Tarde, Folha da Manhã e Folha da Noite, em seus respectivos contextos, nunca gozaram de uma imagem pública bem delineada.³⁸

Portanto, procuramos investigar essas modificações sofridas pelos jornais do grupo *Folha de S. Paulo*, e para isso, contamos com o auxílio do livro “*História da Folha de S. Paulo*”, escrito por Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capelato, no qual os autores traçam uma trajetória histórica dos jornais. Levamos em conta que para além desta forma do grupo, que não é facilmente fixada, podemos classificar o jornal *Folha de São Paulo* como um periódico da grande imprensa e portanto nos interessa analisar a postura mantida pelo jornal diante da Ditadura Militar.

A análise também gira em torno do Grupo Folha, acompanhando suas publicações e seus atores. Isso possibilita percebermos como um dos mais influentes diários do Brasil³⁹ desenvolveu seu discurso nos primeiros momentos da Ditadura Militar Brasileira.

Podemos perceber que a “imagem pública” que Elaine Pires cita, é sobre a percepção em uma longa duração, (podemos colocar desde o período em que as folhas surgem, na década de 1920 até hoje) de uma imagem única sobre a orientação político-ideológica do jornal. Por isso, busco demonstrar o desenvolvimento da trajetória dessa publicação, que se confunde com a de seus proprietários e redatores, e vai se modificando até tornar-se um dos mais lidos jornais brasileiros. Segundo Gisela Taschner, a configuração de conglomerado

³⁸ PIRES, op, cit. P 15.

³⁹ MOTTA, Rodrigo Pato Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. *Topoi*, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 62-85.

jornalístico atribuído ao grupo *Folha* pode ser percebida principalmente a partir de meados dos anos 1960. Antes disso, a configuração das publicações dessa empresa não se enquadra nessa indústria cultural, mesmo porque a própria formação desta é tardia em nosso país.⁴⁰

As “Folhas” foram criadas em 1924, por Olívio Olavo de Olival Costa. Sendo um redator do jornal *O Estado de São Paulo*, reuniu-se com outros colegas para a criação da *Folha da Noite*, a primeira publicação do grupo, que circulou até o ano de 1959. Segundo Carlos Guilherme Motta e Maria Helena Capelato, Olívio Costa, ao fundar a *Folha da Noite* buscou uma publicação que “Foi fundada com um objetivo que, de certa forma, a diferenciava dos demais periódicos criados na mesma época. Pretendiam seus fundadores torna-la um jornal popular”⁴¹.

Na tentativa de aproximação da *Folha da noite* com “o povo”, Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capelato afirmam que a caricatura foi um dos mecanismos utilizados. Esse instrumento foi, logo de início inserido no periódico, que buscava “uma linguagem simples, menos sóbria, pendendo mais para o noticiário do que para o artigo de fundo, fazendo da caricatura seu ponto alto”⁴².

A trajetória do grupo *Folha* foi dividida em quatro partes no livro *História da Folha de São Paulo*. A primeira e segunda fases são mostradas como um período do jornal de afirmação política, e que muitas vezes a aproximação com a classe média e baixa foi defendida pelos autores do livro. Nos anos de 1921 até 1945, ou seja, as chamadas primeira e segunda fases essa afirmação é constante, inclusive para diferenciar a publicação da *Folha* com os demais jornais da capital paulista.

Em diversos momentos, essa tentativa de aproximação foi relacionada com a presença de charges nas páginas do jornal. No surgimento da *Folha da Manhã* e *Folha da Noite*, Mota e Capelato determinam que:

Como O ESP endereçava suas mensagens aos setores politicamente dissidentes da classe dominante e aos setores mais altos da classe média, a *Folha da Noite* procuraria atingir o que genericamente denominava “povo”, ou seja, as classes populares.⁴³

Podemos assim delimitar, no período que a *Folha* surge, a ligação que Mota e Capelato defendem é originária de um campo livre, um público para o qual não eram dirigidos as outras publicações existentes como o jornal *O Estado de São Paulo*, pertencente a família

⁴⁰ TASCHNER, op, cit. 1992. p 18.

⁴¹ MOTA, CAPELATO, op, cit. 1981.

⁴² Idem, p. 26.

⁴³ Idem, p. 26.

Mesquita e *Diário da Noite*, pertencente a rede dos Diários Associados de Assis Chateaubriand.

Ao término da chamada primeira fase, no final dos anos 30, o empastelamento da empresa, por conta do apoio do Jornal de Olival Costa a candidatura de Júlio Prestes, foi o estopim para a venda da empresa, sendo Octaviano Alves de Lima seu comprador e novo proprietário.

As “*Folhas*” passaram para o controle de Octaviano Lima, que era cafeicultor e passou para uma pauta mais voltada para os interesses da classe. Essa mudança é sentida pela nota publicada na *Folha da Manhã* dia 31 de janeiro de 1931, em que aceitava-se café como pagamento para a assinatura do periódico, afim de facilitar o acesso dos cafeicultores ao jornal, no final da chamada, seguia a frase “Fazendeiros, assignem os jornaes que defendem a lavoura!”⁴⁴. Como proprietário e dirigente do jornal, Lima buscou transformar o jornal em uma instituição que seria o porta-voz de defesa das “causas cafeicultoras” no período de 15 anos, de 1931 até 1945.⁴⁵

Entretanto, seus objetivos não causam grandes impactos nos cafeicultores, ou lavradores, não possibilitando que o jornal se tornasse porta-voz da classe. Assim, tentativa de Octaviano Lima frustrou-se, o que, segundo consta no livro *História da Folha de S. Paulo*, é a grande motivação para a venda da empresa.

Em entrevista, quando da venda do jornal em 1945, Octaviano Alves de Lima ressen-te o fracasso: “A necessidade de organizar-se, entrando por ai na consciência de si mesma, não era bem compreendida pelos lavradores de São Paulo”⁴⁶.

Isso mostra que, a postura dos jornais da grande imprensa brasileira é moldada por interesses e escolhas políticas, mesmo que como no caso da segunda fase da empresa *Folha*, esse empreendimento não efetivou-se, a postura editorial mostrava uma escolha, e que os leitores dessa publicação, não estão acessando um periódico que é um narrador dos acontecimentos, mas tem acesso as defesas políticas e ideológicas que estão presentes nas páginas da publicação.

Mas, para além dessa não realização dos objetivos quando da compra do jornal, outras características são importantes que delineiam essa chamada “segunda fase da folha”. Uma delas é a transformação do jornal, que possibilitou uma incorporação empresarial própria,

⁴⁴ **Aos fazendeiros e sitiantes do interior.** Jornal Folha da Manhã, São Paulo, décima terceira página da edição nº 1.969, 23 de janeiro de 1931.

⁴⁵ Idem, p. 62.

⁴⁶ Idem, p. 58.

apresentando uma autonomia financeira. Segundo Mota e Capelato, isso ajudou na venda do Jornal, que se efetivou em 1945. Esse caráter empresarial e a autonomia financeira foram fatores determinantes para a possibilidade do comprador obter lucro com a *Folha*, o que atraiu interessados.

A postura que foi tomando o corpo editorial com o passar dos anos, no decorrer desses quinze anos da chamada segunda fase, que se apresentava em defesa de uma política liberal⁴⁷ foi estimulada principalmente pelo próprio Alves de Lima⁴⁸ combatendo o governo de Getúlio Vargas. Alves de Lima defendia uma política liberal aos moldes norte-americanos, tendo os termos “Democracia, Liberdade e Civilização” como grandes expoentes de sua ideologia e admiração pela América do Norte⁴⁹.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, e o fim do Estado Novo no Brasil, Alves de Lima vende o Jornal para um grupo de empresários ligados ao setor agrário brasileiro e a indústria paulista.

Um dos três novos diretores foi Alcides Ribeiro Meireles, que foi um conhecido médico da cidade paulista de Santa Rita do Passa Quatro, e era representante do interventor Fernando Costa, que fora nomeado por Getúlio Vargas para o cargo máximo do poder executivo no estado de São Paulo. Alcides Meireles era também lavrador, e foi presidente da Associação Agro-Pecuária do Vale do Mogi-Guaçu, que era uma organização dos pecuaristas e agricultores do estado de São Paulo. Podemos entender a ligação de Meireles com o ambiente agrário a partir dessas informações.

Outro integrante da sociedade foi Nabantino Ramos, que era ligado a Benedito Costa Neto, ministro da justiça do presidente Eurico Gaspar Dutra. Ramos era advogado, oriundo de Bauru, cidade do interior de São Paulo.

Esses dois primeiros eram representantes dos “interesses do capitalismo agrário, de setores das oligarquias rurais”⁵⁰. Vinculados a esse ambiente por conta dos interesses pessoais. Não podemos deixar de destacar a vinculação com as figuras políticas da época, o que configura as ações e a formatação que a empresa *Folha* toma a partir dessa sociedade. O

⁴⁷ Por liberal, entendo que seja: “uma ideologia que concede espaços à iniciativa e à autonomia individuais. Nessa filosofia, as ações dos indivíduos, desde que respaldadas por normas legais, podem manter uma autonomia relativa ante o Estado. Este, por sua vez, deve exercer algumas funções específicas, limitadas, mas essenciais à ação livre dos cidadãos proprietários.” SILVA, K. V. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2006. Ou seja, contrario a uma ação mais rígida do governo, como se caracterizou o governo de Getúlio Vargas.

⁴⁸ Idem, p. 65.

⁴⁹ Idem, p. 61.

⁵⁰ Idem, p. 100.

terceiro membro da sociedade anônima, Clóvis Queiroga, estava ligado aos interesses da indústria têxtil, e foi a partir de Francisco Matarazzo, que Queiroga entrou na sociedade.

A mudança do grupo diretor não causou um grande impacto no projeto editorial, mantendo como público alvo do jornal o setor agrário, com uma ampliação para a pecuária brasileira. A partir disso, em 1950, surgiu a *Folha Agropecuária*, sendo publicada aos sábados o qual é classificado por Capelato e Mota como “o melhor caderno de Economia do País àquela época”.⁵¹

Com a ampliação da abrangência do *Grupo Folha*, as publicações do grupo tornaram-se mais destacadas no cenário nacional, ganhando força e representatividade. Nesse sentido, podemos perceber como, a partir dessa “fase”, a empresa *Folha* tomou tamanho passou a ser Sociedade Anônima a partir de 1951.

No país, após fim do Estado Novo, a ideologia de liberdade trouxe o discurso de redemocratização, que tomava como base a necessidade de uma democracia representativa, em detrimento a ditadura do Estado Novo⁵². Assim, a partir de 1945 os novos diretores também levaram ao jornal um ideal de democrático juntamente com a defesa da democracia.

Capelato e Mota chamam a atenção para essa busca por “neutralidade política”, percebendo que não é possível, destacam a simpatia da linha editorial das *Folhas*, encabeçada principalmente por Nabantino Ramos, com a União Democrática Nacional - UDN.

Podemos perceber em alguns editoriais e reportagens a simpatia que a UDN levanta diante do jornal. Ao falar da convenção udenista, Nabantino Ramos declara que a UDN vem a ser “realmente um partido sem dono” e que os “pleitos internos desenvolvem-se em clima democrático”⁵³.

Diante disso, o jornal mostrou-se simpático ao Brigadeiro Eduardo Gomes, que foi candidato a presidência da república pela legenda em duas eleições, nos anos de 1945 e 1950, os diretores expõe a ideologia de liberdade e democracia, principalmente ligados ao partido de oposição ao Estado Novo. Mota e Capelato atribuem essa ideologia ao pós-guerra, que acirra os ânimos em relação aos horrores de conflitos armados da Segunda Guerra Mundial e é dominante a discussão sobre os ideais “libertários” que a democracia evocaria. Esses ideais representados principalmente pelos Estados Unidos, tanto na contraposição ao regime nazista na Alemanha quanto ao regime comunista da URSS.

⁵¹ Idem. p. 102.

⁵² FERREIRA, Jorge. Apresentação. **Tempo**, Rio de Janeiro. Nº 28, Junho 2010. P 11-18.

⁵³ **A convenção da UDN**. Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, terceira página da edição nº 11.643, 28 de abril de 1961.

Juntamente com essa defesa democrática, a ideologia liberal de um estado organizador da sociedade civil, mas sem grandes interferências na economia e principalmente na comunicação foi defendida principalmente por Nabantino Ramos. Para Mota e Capelato, essa característica foi contínua na *Folha de São Paulo*, uma vez que as primeira e segunda fases também são marcadas por uma ideologia liberal⁵⁴.

Nabantino Ramos assumiu a liderança da empresa, enfraquecendo com o passar do tempo as “raízes agrárias” do grupo, que tomou uma postura mais urbana e fiscalista. Assim, já na década de 1950, os jornais do Grupo Folha foram tomados por um caráter popular. A partir do livro *História da Folha de S. Paulo* entendemos esse caráter popular como uma tentativa de aproximação dos jornais com a população de classe média, e isso através de campanhas que eram encampadas pela *Folha*, em sua maioria campanhas que procuravam “fiscalizar” o poder público. Essas campanhas acabaram tornando as Folhas mais atrativas para esses setores. Defensor de uma “democracia liberal” e crítico das políticas governamentais nacionais e locais Nabantino Ramos foi contrário ao populismo⁵⁵, apesar da *Folha da Manhã* e *Folha da Noite* caracterizados um caráter popular, o populismo era rejeitado por Ramos, que tinha um perfil “moralizador”, segundo Mota e Capelato. Essa ideia sobre Nabantino Ramos seria o que determinava o apoio de Ramos ao partido de oposição a Getúlio Vargas (UDN). Essas características populistas estavam presente nas políticas do recém-findo Estado Novo, e que também foram características do governo de Jânio Quadros.

Podemos demarcar aqui um início de desacordos ideológicos entre os ideais políticos do jornal *Folha*, através de Nabantino Ramos e a política populista de Jânio Quadros, que assume o poder em 1961 e ficou poucos meses. Apesar de leves críticas, a pressão aumentou quando da renúncia de Quadros. Com seu sucessor, João Goulart não seria diferente, a política empreendida por ele seria muito diferente da ideal, para os redatores da *Folha*. Segundo Mota e Capelato as *Folhas* assumem diversas campanhas, entre elas, o combate ao governo do então prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, eleito em 1952⁵⁶.

Percebo aqui a defesa de campanhas por parte das *Folhas*, deixando patente a importância que teria a influência da imprensa na formação da opinião pública, trazendo a

⁵⁴ Essa ideia liberal pode ser verificada no artigo *Democracias* escrito e publicado por Nabantino Ramos na *Folha da Manhã* dia 28.08.1945. Além desse artigo, outros artigos no decorrer de 1946 e 1947 foram publicados com esse cunho liberal e democrático.

⁵⁵ O populismo empregado por Mota e Capelato no livro *História da Folha de S. Paulo* pode ser entendido como a política governamental mantida durante o Estado Novo, que caracterizou-se por censura à imprensa, controle sindical e um aumento na burocracia estatal.

⁵⁶ MOTA, CAPELATO, op. cit. P. 104

tona seus interesses, seja em defesa de uma “democracia” ou na desconstrução de uma determinada figura política. Podemos determinar que a desconstrução política que foi efetivada pela *Folha de São Paulo* contra a figura de João Goulart é determinada pela própria postura ideológica assumida pelos seus editores, uma postura liberal, em defesa dos valores democráticos. Ao que, João Goulart era considerado antidemocrático, e muitas vezes defensor dos ideais comunistas, contrariando as ideologias inerentes ao jornal. Para além disso, podemos perceber que a defesa dessa postura, renderia ao jornal frutos importantes, pois diante dessa posição defendida pelo jornal, sabemos que o público leitor da *Folha de São Paulo* e uma maioria de classe média baixa, que ocupam um lugar social de formadores de opinião, correligionários justamente dessa “democracia” aos moldes norte-americanos. Diante disso, como apoiar uma figura política que auxilia (segundo a própria *Folha de São Paulo*) os “perigosos comunistas” em greves e na organização sindical.

Segundo Mota e Capelato, a concepção *Fiscalista* de Nabantino Ramos, e consequentemente das *Folhas* é uma característica que foi levada a cabo pelas campanhas encabeçadas pelas *Folhas* como a fiscalização de candidatos. As promessas de campanha desses candidatos eram cobradas pelo jornal quando eleitos. “Essa posição fiscalista definirá a expressão do ‘bem comum’, novamente na voz das classes médias urbanas”⁵⁷ Assim, conseguimos compreender a postura política das *Folhas*, não necessariamente oposição ao governo, mas de crítica a ele.

Na ocasião do suicídio de Getúlio Vargas, a posição da equipe editora do jornal foi de instabilidade social, segundo Mota e Capelato, as premissas do governo federal deveriam estar em torno da: “ordem, o controle social, a autoridade e o progresso econômico como fator de estabilidade social”⁵⁸.

Portanto, o discurso de combate ao populismo é caracterizado pela crítica as práticas governamentais. O que nos faz compreender a oposição dos jornais durante o período em que Jânio Quadros foi governador do estado de São Paulo (1955-1959). Ao final do mandato de Quadros, o jornal *Folha da Manhã* publicou um artigo intitulado *Condenação de um governo*. No artigo, Nabantino Ramos fez várias acusações sobre o governo estadual: “Vivemos nestes quatro anos um período da mais desenfreada demagogia política e administrativa, característica de ação de um dos mais insaciáveis caudilhos já produzidos pela vida

⁵⁷ *Idem*, p. 105.

⁵⁸ MOTA, CAPELATO, op. cit. p. 161.

republicana no Brasil”⁵⁹, ainda nesse mesmo artigo, Quadros foi desacreditado por Ramos, tachado de antidemocrata e considerado a “maior ameaça política ao nosso regime e às perspectivas de seu aperfeiçoamento”⁶⁰.

Quando Jânio Quadros assume a presidência da república, em 1960, essa concepção negativa do governo do estado de São Paulo já era defendida pelas páginas da *Folha da Manhã*. Destacamos que a equipe de jornalistas que configurava as *Folhas*, quando da venda da empresa para Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho mantivera-se a mesma, podemos compreender uma continuidade crítica as políticas de Jânio Quadros e sua equipe.

Nesse período, devemos salientar a importância do jornal das *Folhas* na imprensa paulista, uma vez que a *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite* consistem em um dos mais importantes periódicos da época, tendo uma tiragem média, por banca, de 80 exemplares diários⁶¹.

Até o momento relatado, o *Grupo Folha* era constituído por diferentes jornais, com periodicidades distintas. A *Folha da Noite* foi o primeiro periódico, que circulou no período que vai de 1921 até 1960. Ainda com a circulação da *Folha da Noite*, em 1925 foi criada a *Folha da Manhã*, que ia para as bancas no período matutino. E o último dos títulos da empresa, a *Folha da Tarde* foi criada em 1945, e circulou por 15 anos. Em 1º de janeiro de 1960 os três periódicos vão dar lugar a *Folha de S. Paulo*, que continua até hoje sob o mesmo título⁶².

Uma nota na página 3 da *Folha de São Paulo*, publicada dia 01.01.1960 explicou aos leitores da *Folha* a modificação na publicação, com a junção dos três periódicos⁶³:

Como anunciáramos a partir de hoje, a “Folha da Manhã”, a “Folha da Tarde” e a “Folha da Noite” adotam o nome comum de FOLHA DE S. PAULO. A unificação foi favoravelmente acolhida pelo público, segundo podemos observar em contato com leitores, anunciantes e publicitários, que compreenderam rapidamente as razões dessa modificação. Os três nomes tiveram justificativa enquanto designavam órgãos de estrutura diferente. Mas o tempo encarregou-se de mostrar que jornais editados todo dia por uma mesma empresa teriam de aproximar-se, naturalmente, de um padrão comum, que em nosso caso se veio concretizando em um mesmo noticiário geral básico. Não havia, como não há, fatos novos, em quantidades suficiente para alimentar três jornais autônomos na feitura. As diferenças entre eles se reduziram, na prática a dois pontos únicos: o acréscimo, nos

⁵⁹ **Condenação de um governo.** Jornal Folha da manhã, São Paulo, sexta página da edição nº 10.666, 31 de janeiro de 1959.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ TASCHNER, op, cit. p 79.

⁶² Folha Uol.Folha online [internet]. São Paulo: Folha online. Disponível em: http://www.folha.uol.com.br/institucional/história_da_folha. Acessado em 21 de outubro de 2013.

⁶³ Essa informação também foi utilizada por Gizela Tachner: TASCHNER, op, cit. 1992. p 77.

posteriores, de uns tantos acontecimentos que não alcançaram os anteriores e a maior atenção que cada um dava a certos aspectos da atividade humana. A “Folha da Manhã” mantinha interesse mais acentuado pelos assuntos políticos e econômicos. A “Folha da Tarde”, pelos casos humanos. E a “Folha da Noite”, saindo por último, podia apresentar as derradeiras informações do dia. E assim continuarão sendo, respectivamente, a 1ª, a 2ª e a 3ª edição da FOLHA DE S. PAULO. Mas são características infinitamente menores do que as que deve haver entre periódicos que circulam com nomes distintos. Equivalem às diversas edições de muitos grandes jornais do mundo, que apresentam invariavelmente um só nome⁶⁴.

Podemos perceber através dessa leitura que, a junção dos três títulos sob um foi uma decisão de estrutura do próprio jornal, já que as edições com nomes diferentes tinham poucas diferenças, foi verificada a importância de se unificar o projeto editorial. Na interpretação de Taschner, a *Folha da Tarde* concentrava a maior venda, o que após a unificação, a venda da segunda edição da *Folha de S. Paulo* continuou na liderança, comparada com as outras edições diárias.

No ano de 1960, a edição matutina tinha 8,6 edições vendidas por banca, enquanto a edição vespertina tinha 87,1. Já a edição noturna aparecia com 19,7. Portanto, a junção dos periódicos estava ligada, para Taschner a uma modificação na ideia de segmento de mercado, para tanto, a diferenciação dos produtos se daria pelo “estilo, enfoque e ênfase temática”⁶⁵ como apresentado por Ramos no trecho transcrito acima.

A *Folha de S. Paulo* ainda manteve-se com três edições diárias até 1962, quando passou para duas, com a junção da edição matutina e vespertina e sua circulação no período matutino.

A partir desse período, a imagem da *Folha de S. Paulo* tornou-se mais consistente, pois sob um mesmo título, circulava de maneira única, o que permite a análise de um jornal, e não a necessidade de observar três periódicos distintos.

O período que compreende o desenvolvimento e os discursos políticos da *Folha de São Paulo* durante a década de 1960 serão desenvolvidos no capítulo dois, pois entendo que a discussão pertinente as posturas ideológicas do jornal serão melhor observadas se colocadas após as discussões que se seguem no capítulo um.

1.3 A TRAJETÓRIA DE NELSON COLETTI E ORLANDO MATTOS

⁶⁴ **Um só nome para os nossos três jornais.** Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, terceira página da edição nº 10.950, 01 de janeiro de 1960.

⁶⁵ TASCHNER, op, cit. p, 77.

No período analisado nessa pesquisa (1964-65) dois chargistas publicavam seus desenhos na *Folha de São Paulo*. São eles Nelson Coletti e Orlando Matos. Os dois eram responsáveis pela publicação das charges editoriais, que saíam todos os dias nas páginas da *Folha de São Paulo*. Diante disto, é importante que conheçamos um pouco da trajetória desses dois artistas.

Nelson Coletti, nascido no interior de São Paulo, atuou na *Folha de São Paulo* na década de 1960 e também fez ilustrações de livros internacionais como a capa de “20 Poemas de Amor e Uma Canção Desesperada” de Pablo Neruda. É um importante representante das artes plásticas no Brasil, de acordo com análises de suas obras por críticos. Mantém até hoje diversas exposições de seus quadros, principalmente no estado de São Paulo.

A bibliografia acerca de Nelson Coletti enquanto chargista é quase inexistente, não constando nenhuma informação sobre a carreira dele enquanto chargista seja no período em que trabalhou na *Folha de São Paulo* ou em outros periódicos. Para além de referências indicadas no próprio site do artista, não foram encontradas outras obras que citam Nelson Coletti, tanto na historiografia acadêmica quanto na literatura fora das academias.

Ao que parece, Coletti investiu em uma carreira voltada para as artes plásticas, deixando um pouco de lado as publicações que envolviam o humor gráfico propriamente dito. Foi possível coletar algumas informações acerca da trajetória do artista na página que o autor mantém na internet⁶⁶. Mas, como dito acima, o principal foco dele não está na carreira de chargista.

No tópico relacionado à biografia, as informações dão conta de um início de carreira voltado para a charge, cartum e ilustração. Coletti trabalhou em importantes jornais paulistas como *Folha de S. Paulo*, *Última Hora* e *Diários Associados*, e ainda participou como colaborador de publicações das editoras Abril e Globo.

A trajetória de Coletti apresentada no site leva o leitor a interpretar um início de carreira como ilustrador e chargista, passando pelos citados periódicos, mas ao avançar temporalmente, a carreira nessa área passa a dar maior espaço às artes plásticas. Entretanto, a importância das charges de Nelson Coletti nas páginas do *Jornal Folha de São Paulo* não deve ser relegada ao esquecimento, e os discursos presentes nessas charges são de cunho político e tiveram influência ideológica num público amplo atingido pelo *Jornal Folha de S. Paulo*. Coniventes ou não com o regime militar que estava em vigência a partir de 1964, as

⁶⁶ A página na internet mantida por Nelson Coletti tem algumas informações biográficas sobre a carreira do artista, bem como alguns cartuns ilustrativos: <http://nelsoncoletti.com.br/> Acessado em 09/09/2013.

charges de Coletti foram publicadas. Dessa forma, podemos compreender que o discurso presente nas charges de Coletti tinham ressonância no jornal, o que faz da charge uma ferramenta muito importante para a construção do jornal enquanto instrumento formador de opinião.

Na página na internet, 12 desenhos estão disponíveis para o visitante, desses, apenas um é uma charge, sendo os outros 11 cartuns. Devido à limitação dessa exposição, não é possível ter uma análise mais aprofundada da carreira do artista enquanto chargista, entretanto das charges publicadas por ele na *Folha de São Paulo*, nenhuma está disponível para o leitor.

A falta de informações como data, periódico ou revista em que foram publicados, ou mesmo comentários sobre os cartuns deixam os desenhos simplesmente “flutuando” na página, sem possibilitar uma aproximação maior dessas informações que são necessárias para se compreender as práticas discursivas que o artista teve a partir de seus cartuns.

Portanto, os cartuns apresentados na referida página da internet são colocados com um exemplo, que simplesmente demonstra que Nelson Coletti também trabalhou com a arte gráfica. Não há uma omissão de que o artista trabalhou na *Folha de São Paulo*, mas não existem informações detalhadas sobre o tipo de abordagem que esse artista desenvolveu no periódico, o que oculta o conteúdo político das charges publicadas na *Folha de S. Paulo*.

Em entrevista, Nelson Coletti fala do período que trabalhou no jornal *Folha de São Paulo*. Coletti afirma que a orientação dos editores era de não fazer charges que criticassem ou apoiassem o governo militar, para evitar problemas com a censura. Entretanto, ao analisar as charges apresentadas na *Folha*, podemos constatar que, apesar das orientações dos redatores, os desenhos publicados tinham uma forte conotação política, e muitas vezes coadunavam com a ideologia do governo ditatorial.

O outro artista que nas publicava as charges na *Folha de São Paulo* era Orlando Mattos, e tem um livro publicado em sua homenagem, financiado pela prefeitura municipal de Diadema, interior de São Paulo, lugar onde o artista morou a partir do final dos anos 1960 até sua morte, em 1992.

O livro, intitulado *Orlando Mattos, Vida e Obra*⁶⁷, traz uma breve abordagem biográfica do artista, seguido de 123 páginas com quadros e ilustrações do artista plástico. Ao final dessa coletânea dos quadros de Mattos, 7 páginas são dedicadas a mostrar os “cartuns” que o artista fez durante sua carreira.

⁶⁷ ORLANDO MATTOS vida e obra. Diadema: Intergraf Indústria Gráfica Ltda, 2007.

Em uma análise detida da importância atribuída as ilustrações atreladas ao humor gráfico do artista, percebemos que os autores do livro deram importância maior na trajetória de Mattos como artista plástico, sendo que a carreira de cartunista é relegada a uma pequena parte do livro.

A maioria dos cartuns apresentados em *Orlando Mattos, Vida e Obra*, estão elencados sem informações básicas, como data de publicação⁶⁸, local, periódico ou revista que foram publicados. Portanto é difícil saber até se essas gravuras foram publicadas, ou se são componentes de um acervo pessoal do artista, que foi utilizado para a confecção do livro. Em minha pesquisa nas páginas da *Folha de São Paulo*, não localizei nenhum dos desenhos apresentados no livro.

Segundo a obra biográfica sobre Orlando Mattos, o artista tem sua trajetória artística bastante ligada às artes plásticas, apesar que estava ligado a imprensa boa parte de sua carreira profissional.

O foco estabelecido pelos autores do livro deixa a desejar nos pontos referentes a trajetória do artista enquanto cartunista, também carecendo de informações mais detalhadas sobre o trabalho na *Folha de São Paulo*.

Na apresentação de *Orlando Mattos, Vida e Obra*, Maria de Fátima Menezes, que era secretária da cultura da prefeitura de Diadema no ano de publicação do livro, escreve o seguinte:

Nas décadas de 50 e 60, as charges de Orlando Mattos eram objeto de ávida procura dos leitores, nas páginas dos maiores órgãos de imprensa. Seu humor refinado, porém mordaz, sintetizava de maneira criativa a indignação popular diante das contradições de nossa sociedade. Os poderosos viam-se descobertos e ridicularizados e os fatos políticos antologicamente criticados. Tudo isso formou um painel da nossa história naqueles tumultuados anos⁶⁹.

Superficialmente, Maria de Fátima Menezes apresenta uma pequena síntese sobre as obras de Mattos que circularam na imprensa, caracterizando-as como representantes da “indignação popular diante das contradições da sociedade”. E continua, dizendo que “os poderosos viam-se descobertos e ridicularizados e os fatos políticos antologicamente criticados”. Tais afirmativas pretendem fornecer ao leitor a percepção de que Mattos era um artista de militância, criticando e transformando-se em “porta-voz” da indignação popular,

⁶⁸ Dos 26 cartuns publicados na obra, apenas 7 estão datados.

⁶⁹ Idem, P. 4.

tendo sua arte como um mecanismo de defesa dos interesses populares e denunciando as figuras políticas.

Entretanto, ao analisar as charges do Jornal *Folha de São Paulo*, é perceptível que as gravuras de Mattos não tinham completamente esse discurso de combate aos mandos e desmandos dos poderosos, em favor de uma “indignação popular”⁷⁰, e que suas charges estavam muito ligadas a postura que o Jornal tinha em relação ao cenário político na época, como por exemplo o apoio ao Golpe Militar de 1964.

A definição de Maria de Fátima Menezes das charges de Mattos deixa margem para uma aproximação muito grande do artista com os chargistas que estiveram à frente da Imprensa Alternativa⁷¹ depois do Golpe Militar de 1964, entretanto, na historiografia sobre a imprensa alternativa, não se tem conhecimento da participação desse artista nessas publicações durante o período ditatorial brasileiro.

Sendo assim, as informações do livro *Orlando Mattos* não estão de acordo com as investigações correntes na área da história, sendo uma obra biográfica em caráter de homenagem, podemos perceber certa ênfase na característica crítica e militante da charge em si, mas não necessariamente nas charges de Orlando Mattos.

Com isso, é interessante perceber como, através do livro, a imagem de Orlando Mattos foi atrelada ao universo da charge de contestação, mas as obras que Mattos publicou na *Folha de São Paulo*, nesse início do regime ditatorial, não estão consoantes com essa característica, como se verá no segundo capítulo dessa dissertação.

Um dado interessante sobre os dois artistas é a inserção deles no ambiente das artes plásticas, uma vez que as obras dos dois artistas foram apresentadas em diversos salões de artes plásticas pelo país, tanto Nelson Coletti quanto Orlando Mattos tem influência desse ambiente erudito das artes plásticas.

Os chargistas consagrados no cenário nacional foram participantes da imprensa alternativa no período ditatorial brasileiro. Os chargistas que estavam inseridos no Brasil durante esse período, circulavam entre os veículos de imprensa alternativa, como a revista *Pif-Paf*, e os Jornais *O pasquim*, *Movimento* e *Opinião* e os periódicos da grande imprensa. Exemplo disso é Millôr Fernandes, que é um dos idealizadores da revista alternativa *Pif-Paf* e

⁷⁰ Idem, P. 4.

⁷¹ Entende-se aqui o conceito de Imprensa Alternativa baseado em Bernardo Kuscinski, que define como periódicos da imprensa alternativa aqueles que se mostravam enquanto a alternativa ao governo ditatorial; tinham tiragem e venda em número reduzido e eram caracterizados pelo regime militar como publicações de resistência. Muitos chargistas conhecidos figuraram em periódicos da imprensa alternativa, como Jaguar, Millôr Fernandes e Henfil; o que não é o caso de Orlando Mattos.

em 1968 entra para a revista *Veja*, da editora Abril, que é um representante da Grande Imprensa⁷².

Entretanto, Orlando Mattos e Nelson Coletti não estão nesse meio. Publicam somente na *Folha de São Paulo*, não havendo participação nos veículos da imprensa alternativa. A única alusão a Orlando Mattos, que vincularia ele de alguma maneira ao ambiente da imprensa alternativa é a de Ziraldo, que ao citar Orlando Mattos, no prefácio do livro *Uma professora muito maluquinha*, fala da influência de Mattos para sua iniciação como cartunista, entretanto esse vínculo é transmitido através de um acesso de Ziraldo aos desenhos de Mattos quando criança e adolescente, através da grande imprensa.

Sendo assim, a participação dos dois chargistas que publicavam na *Folha de São Paulo* no período estudado foi apenas demarcada pela passagem deles na grande imprensa, sem que tivessem qualquer vínculo com a imprensa alternativa.

O fato dos artistas em questão, Orlando Mattos e Nelson Coletti, terem uma formação erudita, voltada para a carreira acadêmica das artes, pode ser explicada pela reestruturação que a *Folha de São Paulo* foi submetida no início dos anos 1960. Em busca de uma nova roupagem para as publicações, os proprietários que uniram as *Folha da Manhã* e *Folha da Noite* reestruturaram as equipes editoriais, montando através de uma perspectiva mais empresarial a nova equipe da *Folha de São Paulo*⁷³. O fato de os ilustradores, que participaram da equipe do Jornal, serem de uma área acadêmica possibilitou a construção de uma imagem mais séria para a publicação.

1.4 A CHARGE COMO OBJETO PARA A HISTÓRIA – ANÁLISE E DEFINIÇÕES CONCEITUAIS

Para conceituarmos melhor o surgimento da charge, devemos nos aprofundar sobre o conceito de caricatura, que carrega o que podemos determinar como a origem do desenho de humor.

Georges Minois, no livro *História do riso e do escárnio* remonta o aparecimento da caricatura ao contexto europeu do século XVI. Os conflitos religiosos estimularam a criatividade, tanto das partes religiosas e principalmente dos tidos como heréticos, que zombavam da religião. Para os mais radicais, como calvinistas e puritanos, faltas graves eram

⁷² A historiografia brasileira carece de uma pesquisa mais aprofundada sobre a participação desses artistas em veículos da Grande Imprensa e ao mesmo tempo na imprensa alternativa.

⁷³ PIRES, op, cit. 2008.

cometidas por aqueles que ousavam relacionar o humor e a religião: “aos olhos dos religiosos extremistas, o riso e a fé são incompatíveis” ⁷⁴.

E diante disso, foi através do realismo artístico que a caricatura surgiu, pois através dos retratos particulares, por encomenda que a percepção do outro, do adversário, detalhes grotescos e características passíveis de destaque foram criadas, ridicularizando o outro ⁷⁵.

E a importância que é dada a aparência nesse século XVI é tomada como força impulsionadora para a degradação do adversário. Exemplo utilizado por Minois, o “asno-papa” ou *Papstesel* foi uma descrição de Melancton sobre o papa, que ganhou uma escultura de madeira feita por Lucas Cranach em 1546.



Figura 2.

CRANACH, Lucas. **The Papstesel**, 1546 ⁷⁶.

⁷⁴ MINOIS, Georges. **História do Riso e do Escárnio**. Trad. Maria Elena O. Assunção. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p 298.

⁷⁵ Idem, p 299.

⁷⁶ **Caricaturas anticlericais e sátiras XVII: Reforma e Contra-Reforma** / compilados e ed. por Alois Payer. Acessado em: 20/05/2013 às 19:26 hrs.

Essa representação antropomórfica demonstra para Minois a criatividade desacralizante das caricaturas da época, em ataque ao papa, a figura é representada com um rosto de asno, a mão direita é uma pata de elefante, que representa o poder temporal e o tronco feminino a lubricidade, são signos importantes utilizados para desmoralizar a religião através da figura do “asno-papa”. Minois determina que a definição própria do termo “caricare” veio somente no século XVII, com Annibal Carrache.

Diante dessa localização temporal, na qual podemos encontrar a “transformação” do humor combativo que estava em forma textual, (escrita, falada) em um humor representado visualmente, podemos nos debruçar sobre o contexto nacional do humor gráfico.

A caricatura, charge e cartum estão há tempos figurando na imprensa brasileira, principalmente através da imprensa escrita de jornais e revistas que sempre a apresentam, bem como desenhos cômicos sobre assuntos ligados ao cotidiano do leitor. Porém, as primeiras publicações de desenhos de humor eram feitas de forma avulsa, como painéis e artes que satirizavam o cotidiano. Herman Lima cita o que seria uma propaganda em um jornal de uma publicação do gênero:

Saiu à luz o primeiro número de uma NOVA INVENÇÃO ARTÍSTICA, gravada sobre magnífico papel, representando uma admirável cena brasileira e vendida pelo módico preço de 160 réis cada número... A bela invenção de caricaturas tão apreciada na Europa, aparece hoje pela primeira vez no nosso país, e sem dúvida receberá do público aqueles sinais de estima que ele tributa às coisas úteis, necessárias e agradáveis ⁷⁷.

Considerada uma arte “importada”, o desenho de humor começou a ser desenvolvida nas oficinas gráficas e lojas de livros da capital do Império no século XIX. No início do século, muitas revistas humorísticas foram fundadas, baseando-se na caricatura e no humor. Mais tarde esse tipo de desenho vai ganhar maior espaço nas publicações periódicas em jornais e revistas brasileiras de circulação mais ampla como, por exemplo, na revista *O Cruzeiro* que foi fundada em 1928 ⁷⁸ e no jornal *Folha da Noite*, fundado em 1921.

E para empreender tal tarefa no jornal *Folha da Noite*, o ilustrador Belmonte foi o responsável por desenvolver as figuras que ilustravam as páginas do jornal *Folha da Noite*. O personagem Juca Pato, célebre pelo sucesso que fez na cidade de São Paulo, surgiu nas páginas ilustradas por Belmonte. ⁷⁹

⁷⁷ LIMA, Herman. **História da Caricatura no Brasil**, V.4. Rio de Janeiro, José Olympio Editora: 1963. P. 71

⁷⁸ GAWRYSZEWSKI, Alberto (org.) **O Cruzeiro**: Uma revista (muito) ilustrada. Coleção História na Comunidade. Vol.3, Londrina-PR: Universidade Estadual de Londrina, 2009. P 58

⁷⁹ SILVA, Zélia Lopes da. O traço de Belmonte desvendando São Paulo e o Brasil (1922-1924). **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 15, jul.-dez. 2007, p. 163-179.

Portanto, no surgimento da *Folha da Noite*, o desenho de humor foi uma importante ferramenta discursiva, que até hoje vem sendo utilizada no jornal *Folha de São Paulo*. Isso possibilita percebermos como a linguagem da charge teve importância desde o início da trajetória do jornal, sendo publicadas até hoje na *Folha de São Paulo*.

O reconhecimento da importância do desenho de humor na imprensa brasileira impele-nos a delimitar alguns conceitos. Procuramos desenvolver uma reflexão acerca das diferenças conceituais dos termos que abarcam o humor gráfico, buscando assim auxiliar o leitor na compreensão da escolha que faço pelo termo charge.

Os termos *charge*, *cartum* e *caricatura* muitas vezes são confundidos entre si, causando uma equiparação entre eles. Entretanto, busco compreender a diferença conceitual entre esses termos, uma vez que a aplicação deles denota a importância de se identificar suas diferenças, tanto na apresentação quanto no discurso levantado por esses gêneros gráficos. O objetivo é deixar claro como compreendemos a charge, o que possibilita entender o discurso chargístico de uma maneira mais clara.

Para compreendermos melhor a charge, trago o significado dessa palavra através de Paulo Ramos: “a charge é um texto de humor que aborda algum fato ou tema ligado ao noticiário. De certa forma ela recria o fato de forma ficcional, estabelecendo com a notícia uma relação intertextual”⁸⁰.

Com esse entendimento de charge, compreendo que o sentido da narrativa disposta pelos signos da charge são compreendidos de acordo com a ligação desse gênero gráfico com o noticiário, trazendo o vínculo dessa narrativa com as notícias do jornal e, portanto, também entendendo a charge enquanto um modo de noticiar. Nesse sentido, ao utilizar a definição de charge para o desenho de humor, compreendemos que a representação desse desenho tem algum caráter político, vinculado ao factual. Dito isso, é essa ligação entre a imagem representada e o discurso presente nos signos da gravura que o difere de caricatura.

Para se entender melhor o emprego desses termos, trago Rodrigo Patto Sá Motta, que em seu livro *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*⁸¹ trabalha com uma ideia mais ampla, utilizando o termo caricatura para referir-se aos desenhos humorísticos de sua pesquisa com periódicos brasileiros, tratando-o como um termo mais genérico que abarca mais amplamente o objeto:

⁸⁰ RAMOS, Paulo. **A leitura dos quadrinhos**. São Paulo: Contexto, 2009.

⁸¹ MOTTA, op, cit, 2006.

Nesse estudo, optei pelo uso da expressão caricatura, embora muitos dos desenhos utilizados possam ser classificados como charges... A escolha decorreu de suas razões: caricatura permanece a designação genérica para as diversas formas de humor gráfico; além disso, a maioria dos desenhos reproduzidos e analisados aqui, efetivamente, consiste em caricaturas de personagens retirados da ‘grande’ política, mesmo que, em sua maioria, ultrapassem o formato de retrato pessoal.⁸²

Caricatura, o termo oriundo do italiano caricare que significa carregar, é surgida por volta do século XVII, com a obra de, Annibal Carrache, que “carregou” nos traços para descansar, como determinou o publicador de uma coletânea desses desenhos em 1646.⁸³

A definição de caricatura é, portanto, voltada para uma ideia de um desenho humorístico em que a pessoa retratada tem seus traços exagerados, “carregados”, expondo aspectos físicos que chamam a atenção diante do artista e também do público.

Para Henri Bergson, no livro *O Riso*, o ato de caricaturar alguém é constituído em desenvolver as expressões faciais de uma pessoa de uma forma ampliada, destacando determinados aspectos:

Discerniremos sempre a indicação de um cacoete que se insinua, o esboço de uma possível careta, enfim, certa deformação em que se desenhe de preferência a natureza. A arte do caricaturista consiste em captar esse movimento às vezes imperceptível, e em torná-lo visível a todos os olhos mediante ampliação dele.⁸⁴

Ou seja, o ato de caricaturar alguém constitui na ação de deformar, ou aumentar características fisionômicas de um indivíduo, seja através de traços destacáveis ou através de expressões faciais identificáveis desse indivíduo.

Para demonstrar, utilizarei aqui o mesmo exemplo que Silveira utilizou, a caricatura do rei Luís Felipe I, que foi retratado em forma de pera, numa tentativa de unir o derrisório termo Poire, que em gíria de língua francesa tem o significado de palerma/paspalho, e o próprio formato de seu rosto, que para o autor, o artista Daumier, lembra a fruta⁸⁵.

⁸² Idem, p. 15.

⁸³ MINOIS, op, cit. 2003.

⁸⁴ BERGSON, Henri. **O Riso**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1983. P. 17.

⁸⁵ SILVEIRA, Mauro César. **A batalha de Papel**: A guerra do Paraguai através da caricatura. 1ª Ed, Porto Alegre: L&PM editores: 1996. P. 29.

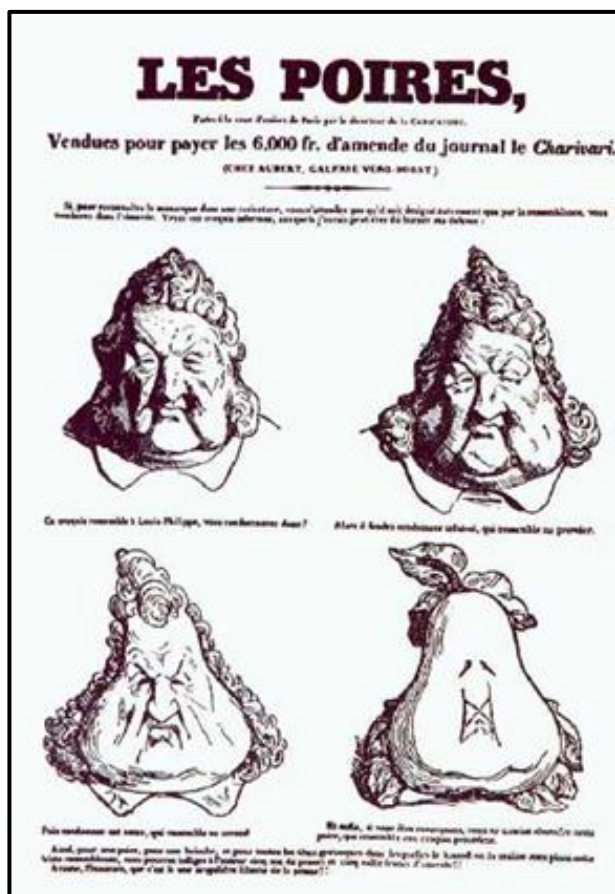


Figura 3

– DAUMIER, Honoré-Victorien, **Les Poirés** 1830. Disponível em:

http://www.lievwilliamson.com/writing/functions_graphic_design.php

Podemos perceber como o rei Luiz Felipe I é transformado em uma pera, tomando o próprio formato de seu rosto como fator para a associação. O fato é que a caricatura consiste em investir nessa deformação proposital, encontrando traços peculiares no sujeito retratado e arrancando daí sua comicidade.

Também são utilizadas características temperamentais como um político tido como sisudo ou mal humorado será retratado com essa característica que lhe é atribuída, geralmente supervalorizada pelo artista.

Como Rodrigo Pato Motta afirmou, a caricatura está presente nas charges, uma vez que a referência a determinado político é feita por meio da semelhança da imagem retratada com a feição do político. A figura retratada é caracterizada conforme a visão do artista sobre ele, ou seja, ao observar um político, o artista vai perceber aspectos que dizem respeito a essa figura, sejam essas características físicas como um nariz avantajado ou a semelhança com uma pera, temperamentais como uma pessoa nervosa ou serena, sisudo ou sorridente. Essas

características variam muito de artista para artista, que por vezes ao retratar o mesmo sujeito, apresentam de modo diferente a imagem do retratado.

Entretanto, devo salientar a importância da caricatura na constituição da charge, uma vez que o fato de a charge ser construída com referência a um cenário político específico traz a necessidade de que as figuras políticas retratadas sejam reconhecidas pelos leitores, cabendo a caricatura a aproximação das características que tornarão o sujeito reconhecível.

Nesse sentido, a caricatura tem como motivo o riso, fator esse que muitas vezes está ausente na charge, como podemos observar na figura 3 deste texto.

Além disso, a caricatura não é presa ao momento retratado como a charge. Tomando novamente como exemplo a figura do Rei Luiz Felipe I, podemos perceber que a significação do monarca com uma pera está desvinculada de um fato específico, como a posse do Rei ou algum episódio da história política francesa, (apesar de fazer referência ao período de governo dessa figura em específico). Assim, compreendemos a charge enquanto um termo que define não só o vínculo do humor gráfico com o universo político, mas também a representação de fatos concretos através da imaginação do artista.

O termo charge foi cunhado na França, e significa carregar/carga. Oriunda dos conflitos da Revolução Francesa, a charge foi utilizada neste contexto para atacar os inimigos revolucionários. A utilização de acontecimentos factuais que eram retratados em panfletos, e a possibilidade de reprodução com a liberdade de imprensa em 1789 facilitam a produção e a reprodução da charge.

A meu ver a definição de caricatura pode estar ligada ao humor de zombaria, sem cunho político, e a charge necessariamente tem esse vínculo com o ambiente político. Entretanto podemos notar que a caricatura tem em seu próprio nascimento uma origem política, como podemos ver na charge sobre o Rei Luiz Felipe I.

Minha escolha pelo termo charge é oriunda de uma tentativa de definição mais precisa do objeto que estudo, pois ao definir os desenhos estudados como charge, estou denotando o significado que necessariamente é retratado nessas gravuras, a política.

Desse modo, a concepção de que a charge é estruturada a partir do político é fator determinante para minha análise, uma vez que não é somente o ato de satirizar que importa, como o pode ser na caricatura. Na charge, o conhecimento do contexto faz-se muito importante para o leitor compreender a abordagem buscada pelo artista, o que não necessariamente acontece com a caricatura. Pois, apesar de tratar-se do rei Luiz Felipe I, na caricatura acima mostrada é facilmente interpretado que o artista buscou comparar o rosto

humano a uma pera. Diante disso, apenas exagerar nos traços de uma determinada pessoa não implica em uma prática discursiva política, apesar de também poder significar, não necessariamente o faz, em todas aplicações. O que faz da charge um signo de natureza distinta da caricatura é exatamente a vinculação desse mecanismo de significados com o universo político. Essa delimitação é necessária para dar sentido a charge, pois não trata-se somente de um exagero aos aspectos físicos de rostos conhecidos, mas sim um conjunto de signos na imagem que representa um determinado fato ou ação política.

Para Rosinaldo Miani, a charge é “uma representação humorística, caricatural e de caráter político, satirizando um fato específico, é herdeira da caricatura; mudou de nome, mas continua a mesma em significado e função”⁸⁶. Portanto, para Miani podemos compreender a charge como uma forma de discurso, e distinta da caricatura, que em determinados contextos e aspectos tem um discurso desvinculado do universo político. Assim, compreendendo a charge como um ícone do humor gráfico, que satiriza através do humor, e constitui principalmente a questão política presente em sua natureza de sentido. Entendemos a afirmação de Miani a partir da origem da charge, que seria herdeira da caricatura, mas que ao ter modificada sua delimitação de ação, extrapola os usos que a caricatura tinha, ressignificando os sentidos impostos na aplicação desse gênero gráfico.

De forma que a caricatura pode ser tomada como uma representação livre, que busca determinar expressões faciais de determinado sujeito, podendo não constituir um formato de representação de fato ou ação vinculados a política, natureza essa a que a charge não pode ser desvinculada.

Portanto, com a utilização do termo charge é importante compreendermos o objeto estudado e percebermos como alguns apontamentos conceituais podem nos ajudar a compreender essa natureza de gravura. A natureza do discurso a que essa se vincula. Pois, a caricatura tem em sua constituição uma necessária vinculação com causar o riso, ao deformar os aspectos físicos de um determinado personagem. E a charge, pode vir a ter esse mesmo vínculo com o risível, uma vez que se utiliza da distorção caricatural, mas está embebida por uma representação de cena maior, em um contexto específico, e muitas vezes atrelada a um sentido pedagógico.

Georges Minois, em *História do Riso e do Escárnio* desenvolve o raciocínio acerca do ambiente de criação da caricatura, que através de sua origem, o zombar, a tentativa de tornar

⁸⁶ MIANI, Rosinaldo. Op. cit. 2001.

algo digno de riso, é desenvolvida na Itália do século XVI ⁸⁷. E mais tarde foi levada para outros países, que desenvolveram novas formas e novos usos para esse humor satírico.

Assim, quando passa a ser utilizada na França durante principalmente os embates da Revolução Francesa, a caricatura é rebatizada enquanto charge. A partir daí o termo *Frances* foi cunhado, partindo dos usos do humor gráfico nesse país. Essa trajetória feita pelos usos da charge é que possibilita diferenciarmos a caricatura como um instrumento que modifica a aparência dos sujeitos retratados e a constituição de uma cena maior, específica vinculada a acontecimentos factuais e noticiosos, que leva o termo charge.

Definimos a charge enquanto uma prática que pode estar também vinculada ao risível, e, portanto, vamos compreender em quais os sentidos que o riso é tomado para se desenvolver a charge. Assim tratando, o humor, segundo Jacques Le Goff, ele é “um fenômeno social. Exige pelo menos duas ou três pessoas, reais ou *imaginárias*: uma que provoca o riso, uma que ri e outra de quem se ri. É uma prática social com seus próprios códigos, rituais, atores, palcos” ⁸⁸. Para tanto, ao praticar e provocar o riso através de seu traço, o chargista tem em sua mão o ato de ser o provocador do riso, sendo que a segunda pessoa que Le Goff cita seria o leitor, e a terceira o elemento de que se ri, seja ele um líder comunista ou um político conhecido. Ao constar a pessoa retratada na charge, o chargista faz com que seu traço tenha como objeto a pessoa “de quem se ri” e toda a abordagem possível através de sua representatividade ⁸⁹. Esse signo, de quem se ri, está vinculado a caricatura, pois é através dela que o leitor irá identificar a presença de um líder político, por exemplo. Mas, levando em conta a charge, entendemos que além da possibilidade de provocar o riso, a charge também causa outras reações, como a indignação, a revolta, a simpatia, diversos outros sentidos que também são resposta do uso da charge.

Dessa maneira, os gêneros gráficos caricatura ou charge, por mais que estejam fora do real, com demonstrativos surreais de acontecimentos que não poderiam ocorrer, através dela é construída a associação com este real. Ela está em referência aquela realidade pautada pelo cotidiano e pela vivência tanto do artista quanto do leitor de tal obra, dando assim o tom do discurso através do riso, da ideologia e da interpretação para os envolvidos em seus mecanismos de ação. Ana Maria de Moraes Beluzzo diz:

⁸⁷ MINOIS, Georges. Op, cit. 2003.

⁸⁸ LE GOFF, Jacques. O riso na Idade Média. In: BREMMER, Jan; ROODENBURG, Herman, (orgs). **Uma história cultural do humor**. Tradução de Cynthia Azevedo e Paulo Soares, Rio de Janeiro: Record, 2002. P. 65.

⁸⁹ Idem, p. 65.

Em sentido geral a linguagem é sempre uma forma de relação social e de relação com a existência real, mesmo quando servindo-se de mediações pareça disso se distanciar. A linguagem do caricaturista realiza-se precisamente na relação imediata com o real.⁹⁰

A partir disso percebemos o quanto o artista, está vinculado ao real e que o discurso de sua arte está passando determinada ideologia. Portanto não existe uma análise pura e simples da imagem, ela não tem uma existência em um estado de “pureza”. Em suma, não é possível desvincular essa imagem, a charge de seu contexto de publicação e de seu idealizador. Ao apresentar assim a concepção, tanto de charge quanto do humor, percebemos que todas essas relações que estão vinculadas ao “produto final” discurso. Essas relações possibilitam transformar a imagem em uma prática discursiva.

A charge como representação de uma cena política, acaba por desnudar muito mais do que apenas o fato representado, também agrega os sentidos atribuídos ao sistema, ao regime político vivenciado naquele contexto específico. E isso seja em forma de combate, crítica a esse sistema quanto em forma de apoio.

Como Rodrigo Pato Sá Mota determinou, as concepções conceituais acerca da definição de caricatura ou charge não são canônicas, e também não são eliminatórias entre si. Mas a compreensão que busquei aqui é delimitar o conceito, para utilizar o termo que acredito fazer jus ao problema proposto para o estudo.

⁹⁰ BELUZZO, Voltolino e as raízes do modernismo. *apud* SILVEIRA, Mauro César. **A batalha de Papel: A guerra do Paraguai através da caricatura**. 1ª Ed, Porto Alegre: L&PM editores: 1996. P. 25

CAPÍTULO II – O POSICIONAMENTO POLÍTICO DA *FOLHA DE SÃO PAULO* E O DISCURSO DAS CHARGES.

2.1 POSIÇÕES POLÍTICAS E SUA A EFETIVAÇÃO ATRAVÉS DO DISCURSO DA *FOLHA DE SÃO PAULO*

O golpe militar de 1964 foi repercussão de uma articulação que remonta no mínimo a 1954, durante o governo de Getúlio Vargas. Com a proposta de um aumento substancial no salário mínimo, e sem a visibilidade de aumentar os vencimentos dos setores militares brasileiros, 82 coronéis assinaram um documento que fora conhecido como “memorial dos coronéis”, contrario as políticas empreendidas pelo governo de Vargas.

Segundo Armando Boito Junior, o presidente Vargas pretendeu melhorar o apoio das massas populares ao governo federal nomeando João Goulart como ministro do trabalho em 1953.⁹¹ Após a greve dos 300 mil, a situação de crise se agravou, o apoio popular ao governo estava em decadência.

Mas com a nomeação de Goulart, o outro lado da balança pesou, pois, quando a proposta de aumento salarial surgiu, através de Goulart, os setores militares e alguns setores da sociedade civil como os industriais, e alguns jornais da grande imprensa, acusaram veementemente o governo Vargas de atenuar a crise econômica e favorecer um ambiente de radicalização do populismo, o que seria um fator importante para o estopim do golpe de 1954⁹². O fato é que, a atenuação das contradições dentro do governo Vargas fizeram com que, em 1954 ele destituisse o ministro do trabalho, João Goulart, para agradar aos setores burgueses. Mas pouco depois, o aumento salarial proposto por Jango foi aprovado por Vargas, numa tentativa de tomar o apoio dos trabalhadores. Em agosto de 1954 Getúlio Vargas suicidou-se, deixando a cadeira da presidência para Café Filho.

Nessa conjuntura, as articulações de setores industriais, da imprensa e militares tiveram sucesso na derrocada do golpe, que para Boito não foi completo. Mas esse golpe deixará no ambiente a ideologia que o populismo deve ser combatido, e que a representação de um presidente popular é perigosa aos interesses da nação, além de permitir uma aproximação com o tão temido comunismo.

⁹¹ BOITO JR, Armando. **O golpe de 1954 a burguesia contra o populismo**. 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 1982. p, 76.

⁹² Idem, p, 85.

No início dos anos 1960, com a vitória da UDN através de Jânio Quadros, o Brasil entrou num período conturbado de crise política, econômica e social, além da radicalização das posições ideológicas dentro da esquerda e da direita, depois de uma progressão econômica que agradou muitos centristas, do governo de Juscelino Kubitschek.

O perfil de Jânio Quadros foi muito utilizado pela UDN, que o queria como candidato, procurando sua popularidade para angariar votos e por manter-se ideologicamente alinhado com o partido, “como a intransigência com a corrupção, a suspeita em relação a obras faraônicas, a preferência pela livre empresa e a ênfase nos valores do lar e da família”⁹³.

Juntamente com a vitória, Jânio foi cercado de expectativas pelos setores da imprensa nacional. A *Folha de São Paulo*, em editorial dia 01 de fevereiro de 1961, um dia após a posse de Quadros, aconselhou com o então empossado presidente: “para continuar o progresso, consertar o errado e salvar o abandonado em nossa terra, não será preciso nem sangue nem lágrimas. Bastará suor, esforço, tenacidade, patriotismo. È o que se espera do Sr. Jânio Quadros, que ontem assumiu a chefia da nação”⁹⁴.

A *Folha de S. Paulo* era simpática a UDN, e por tanto a eleição de Jânio Quadros agradou os editores do jornal. Segundo Thomas Skidmore, muitos setores da sociedade brasileira estavam satisfeitos com a eleição de Quadros, “Jânio assumiu em janeiro de 1961, cercado de enorme prestígio político. Sua campanha (tinha por símbolo uma vassoura) convencera tanto amigos como inimigos que ele pretendia cumprir o que prometera”⁹⁵.

Mas a UDN não conseguiu vitória completa com a eleição de Jânio Quadros. Seu candidato a vice, Milton Campos, perdera para o petebista João Goulart, que assumiu o posto de vice presidente. Nesse período os candidatos a presidente e a vice eram eleitos separadamente, o que possibilitava a formação de um governo com representantes de duas legendas diferentes.

Empossado em fevereiro, João Goulart não estava agradando a *Folha de São Paulo*, que via as ações do vice presidente como perigosas e perniciosas ao país. Em editorial, no dia 19 de abril de 1961, a *Folha* condenou a intenção de João Goulart de continuar com os aumentos salariais, o que, segundo o jornal, estaria indo contra as ações de austeridade que estavam sendo aplicadas pelo governo para frear a inflação do período:

⁹³ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**, 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988. p. 28.

⁹⁴ **Nem sangue, nem lágrimas**. Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, página três da edição nº 11.287, 01 de fevereiro de 1961.

⁹⁵ SKIDMORE, p. 28.

O debate em torno das dificuldades brasileiras do momento está-se resumindo, em grande parte, a uma batalha de “slogans”. O governo justifica suas medidas consubstanciadas na Instrução 204, de tão profundas expressões como uma tentativa de restabelecer a “verdade cambial”. O sr. João Goulart, travestido em líder das massas trabalhadoras mais atingidas pelas providências governamentais anuncia uma luta para construir a “verdade salarial”. De um lado e de outro, participaram com o jogo de palavras para impressionar o povo. E num caso, no do Sr. João Goulart, simplismo e demagogia ou talvez os dois juntos ⁹⁶.

Juntamente com esse editorial, uma charge desenhada por Orlando Mattos continua a criticar a postura de Jango com relação às ações para recuperar a economia nacional.



FIGURA 4.

Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, terceira página da edição nº 11.634, 19 de Abril de 1961.

Na charge, podemos perceber o presidente, Jânio Quadros, carregando o pesado fardo da “política de austeridade” no intuito de frear a derrocada econômica nacional. Jango, confortavelmente escorado na parede, está comendo bananas, e jogando as cascas na calçada por onde Quadros está passando.

⁹⁶ **Simplismo ou demagogia.** Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, página três da edição nº 11.634, 19 de abril de 1961.

A força de linguagem presente na charge é constituída através do símbolo que a casca da banana traz ao leitor, através do censo comum de que ela faz escorregar, é do entendimento que as ações de João Goulart estejam fazendo o governo de Jânio Quadros escorregar, derrubando assim a tentativa de reestabelecer o que o jornal indica em editorial como a “verdade Cambial”, através da política de austeridade.

Também podemos perceber que a figura de João Goulart não está disposto a ajudar a presidência da república a carregar o pesado fardo da política de austeridade, e além de não se mostrar disposto a ajudar, está atrapalhando com as cascas de banana.

Assim, podemos perceber como o discurso construído pela *Folha de São Paulo*, tanto através das charges, quanto em editoriais, demonstram insatisfação com a atuação de Jango na política brasileira. Essa posição está clara para Mota e Capelato, que definem a *Folha* como “anti-jango”⁹⁷.

Desse modo, os apontamentos constantes contra a figura de João Goulart estão partindo desde o início do mandato de Jânio Quadros. Podemos interpretar isso de maneira que, parte dessa insatisfação se deu por Jango ser do PTB, partido que era oposição da UDN, e também por ser uma figura política que estava ligada fortemente aos movimentos sindicais, sendo inclusive ministro do trabalho durante o governo de Getúlio Vargas (1953-1954). A aproximação de Jango com os sindicatos era um dos grandes motivos que incomodou a *Folha de São Paulo*, que atribuiu a ele campanhas de greves sindicais e apoio a essas, tanto durante o governo de Getúlio Vargas quanto durante seu governo.

A charge acima ataca as ações de João Goulart, na tentativa de aumentar o salário mínimo, enquanto Jânio Quadros tenta contornar a crise econômica e a inflação. A postura de Jango, voltada a agradar os trabalhadores com o aumento de salários, foi criticada perante a tentativa do então vice presidente, que foi acusado de buscar o apoio incondicional dos trabalhadores, inclusive prejudicando o país.

Percebemos que a crise política e econômica que está instaurada no país nos anos 1960 fizeram com que o governo fosse alvo constante de críticas e da vigilância da *Folha de São Paulo*. A caracterização das políticas de austeridade, que diminuiriam a inflação galopante em 1961 estava sendo prejudicada pela figura de Jango, e consequentemente do PTB.

Após a renúncia de Jânio Quadros, alguns dias de crise se sucederam, sendo que o vice presidente estava em viagem a República Popular da China, o que curiosamente atenuou o pensamento sobre a ligação de Goulart ao comunismo. Além disso, os generais militares

⁹⁷ MOTA, CAPELATO, op, cit. 1981. P. 189.

Odílio Denys, ministro da guerra do governo Jânio Quadros, Sílvio Reck, Ministro da Marinha e Gabriel Grun Moss, Ministro da Aeronáutica emitiram parecer contrário a posse de João Goulart a presidência, em um comunicado conhecido como Manifesto dos Generais.

Essa alegação por parte dos ministros gerou discussões dentro dos partidos e das forças armadas. O movimento pela legalidade foi mobilizado pelo PTB, e por alguns militares, que defendiam o respeito a constituição. Esses conflitos levaram a discussão para o poder legislativo, que decidiu pela república parlamentarista, reduzindo os poderes do presidente⁹⁸.

Nesse conflito de interesses, o jornal *Folha de São Paulo* permaneceu na defesa da constituição, bradando que deveriam ser respeitados os meios constitucionais que o presidente e o vice haviam sido eleitos.

Mas com a aprovação do parlamentarismo, a *Folha de São Paulo* mostrou-se empolgada com a redução dos poderes do presidente. Em editorial do dia 3 de setembro de 1961, quando da decisão do congresso pelo parlamentarista, a afirmação de que “os ministros militares, que erraram ao desejar o impedimento do Sr. Goulart, tem a oportunidade de dar ao país a definitiva prova de que só por excesso de zelo e patriotismo incorreram naquela atitude”⁹⁹. Definindo assim uma linha sem maiores críticas, tanto aos ministros militares quanto ao congresso, pelas decisões políticas. O editorial ainda pede que Goulart respeite a decisão democrática, e trabalhe sob o regime parlamentarista.

Após essas turbulentas crises, o governo de Goulart seguiu com conflitos e dificuldades na administração pública, recebendo críticas constantes e com o país tendo uma radicalização muito forte em relação as políticas públicas do governo federal.

Quando o editorial do dia 03 de setembro foi publicado, o texto dizia que esperava uma postura de respeito e que nem o presidente nem os ministros militares guardassem “magoas” do episódio da posse de Jango.

Entretanto, a própria *Folha de São Paulo* estimulou e cobrou uma posição ativa das forças armadas em relação as políticas de Jango, já durante as ebulições da articulação golpista, menos de um mês da efetivação do golpe.

Depois de uma preparação e criação de grande expectativa para um comício realizado no estado da Guanabara, dia 13 de março de 1964, João Goulart foi duramente criticado pela

⁹⁸ SKIDMORE, op, cit. 1988. p, 31.

⁹⁹ **Sem vencidos nem vencedores.** Jornal *Folha de São Paulo*, São Paulo, página quatro da edição nº 11.771, 03 de setembro de 1961.

execução de tal ato político. No dia seguinte, 14 de março, O editorial da *Folha de São Paulo* era especialmente dedicado a tecer críticas ao evento político. Intitulado *Para que?* o ponto alto desse editorial segue ao final, ao determinar que o comício havia sido uma “pré-candidatura” de João Goulart a presidência, o editorial cobra uma posição das forças armadas:

Resta saber se as Forças Armadas, peça fundamental para qualquer mudança desse tipo, preferirão ficar com o sr. João Goulart, traindo a Constituição e a pátria, ou permanecer fieis aquilo que devem defender, isto é, a Constituição, a pátria, e as instituições. Por sua tradição, eles não haverão de permitir essa burla¹⁰⁰.

A *Folha de São Paulo* não cansava de atacar o presidente João Goulart, através de reportagens, editoriais e charges. Definia o presidente como comunista e o acusava constantemente de ser o responsável pela “comunização” do país.

Em outro editorial, do dia 06 de março, o comunismo já era apontado como o grande perigo para a nação:

Não se podem alimentar ilusões sobre a nociva atividade do comunismo neste país, ou daqueles setores que, a ele aliados, lhe servem aos desígnios. Ai estão o desvirtuamento dos sindicatos, as falsas organizações sindicais que montaram uma fábrica nacional de greves, a infiltração comunista na administração federal¹⁰¹.

Em um primeiro momento, nos meses que antecederam o golpe, houve uma investida muito grande na depreciação do governo de Jango, que era figurinha carimbada nos artigos assinados e nas charges do jornal:

Ao chefe da nação se atribui a afirmativa de que o sindicalismo constitui hoje o V Exército, e que ele é um dos poderes da república... Os generais desse exército sem soldados encontram-se colocados em postos chave, mercê da generosidade ou da leviandade governamental, e por isso podem, de fato, intranquilizar, incomodar e prejudicar a nação.¹⁰²

Esse artigo de opinião sobre os movimentos sindicalistas demonstra a crítica dos articulistas do jornal a João Goulart, que aqui é tratado como “chefe da nação”. A postura do presidente, de fato nunca agradou a *Folha de São Paulo* nesses aspectos. Já podemos perceber isso com a charge que trata das políticas de alteridade, publicada no ano de 1961 (figura 4). Também a charge, na mesma página do editorial tem João Goulart como figura central:

¹⁰⁰ **Para que?** Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, página quatro da edição nº 12.690, 14 de março de 1964.

¹⁰¹ **Radicalização.** Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, página quatro da edição nº 12.652, 06 de março de 1964.

¹⁰² **Exército sem soldados.** Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, página quatro da edição nº 12.651, 04 de Fevereiro de 1964.

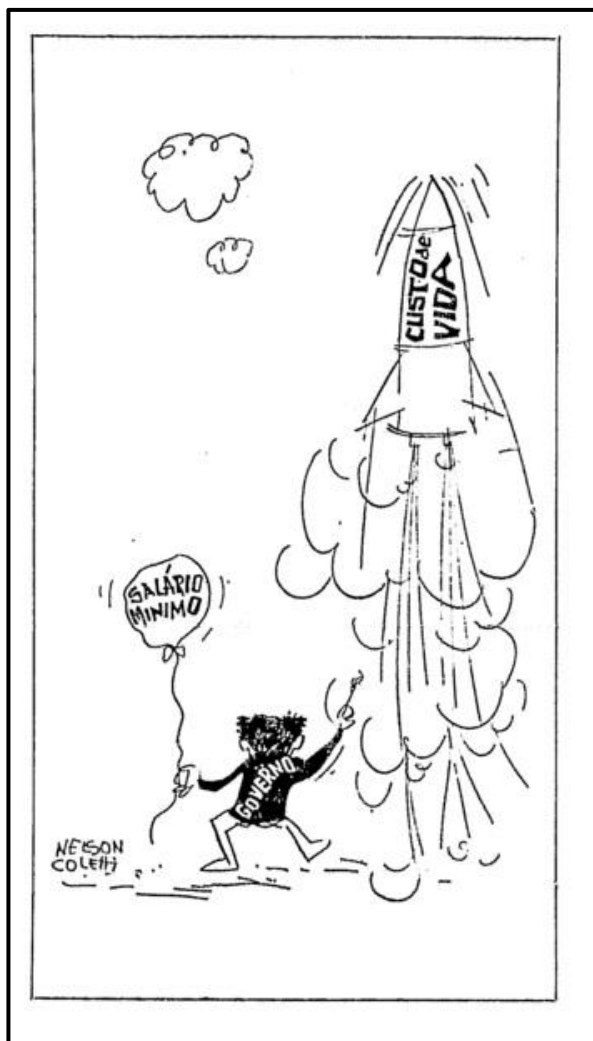


FIGURA 5.

Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 12.651, 04 de fevereiro de 1964.

Na charge acima, João Goulart aparece de costas, segurando na mão esquerda um balão, meio murcho que representa o salário mínimo, e na mão direita, ele acabou de dar a ignição a um foguete, que representa o custo de vida.

A Jango foi atribuída a responsabilidade de aumentar a diferença entre o salário mínimo e o custo de vida, em uma crítica a inflação que se apresentou nesse momento, e no artigo, a responsabilidade do governo pela influencia que o movimento sindical tem no período, o que “incomoda e prejudica” a nação.

O fato é de que, assim como no artigo e na charge, a crítica ao governo federal estava cada vez mais forte, inclusive cobrando posições por parte de outros setores da sociedade, como dos militares. Assim, a pressão construída pela *Folha de São Paulo*, atribuindo a

responsabilidade de falhas, e de ações prejudiciais ao país tornam o discurso do jornal fortemente anti-janguista, engrossando fileiras das opiniões críticas ao governo de Jango.

Percebemos como, a partir da construção da imagem de João Goulart, ocorre uma tentativa de mobilização da opinião dos leitores, a partir da responsabilização pela inflação, e, em comparação, pela elevação “murcha” do salário mínimo. Essa construção chargística visava muito mais do que simplesmente tecer críticas ao governo de Jango, mas também tinha como consequência o enfraquecimento da imagem do governo, deteriorando a imagem do presidente perante os leitores da *Folha de São Paulo*.

Segundo Rodrigo Pato Sá Motta, no livro *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura*, os veículos da grande imprensa podem não ter participado efetivamente do Golpe Militar, mas com certeza seus artigos e charges que depreciavam a imagem de João Goulart ajudaram a enfraquecer a imagem do presidente e de seu governo perante a população, abrindo caminho assim para o sucesso do Golpe¹⁰³.

Depois do Golpe Militar, a *Folha de São Paulo* passou a apoiar o regime ditatorial, tendo como primeiro presidente o general Castelo Branco. Suas charges e artigos tiveram como base as opiniões sobre o que e como fazer para melhorar o Brasil.¹⁰⁴ Essa informação não foi destacada pelos autores de *História da Folha de S. Paulo*.

Também, segundo o site da *Folha de São Paulo* na internet, “A Folha apoiou a deposição de Goulart, mas não participou de nenhuma conspiração”.¹⁰⁵ Tendo sua imagem atrelada ao Regime Militar, o esforço da equipe da *Folha de São Paulo* para colocar ressalvas em sua participação é percebido através dessa empreitada, e de outras.

O livro *História da Folha de S. Paulo* é um desses artifícios, publicado em 1981, em comemoração aos sessenta anos da empresa, foi encomendado e produzido pela própria *Folha de São Paulo*. No livro, é construída uma trajetória da empresa, que perpassa todo o tempo de existência, e essa é dividida em quatro períodos, de acordo com seus proprietários.

No que diz respeito ao período relacionado ao Golpe Militar, o livro faz uma menção pequena, na atuação da opinião do jornal perante o governo de João Goulart e o apoio ao golpe. A opinião do jornal durante o período do golpe é mesclada pelos autores do livro com avanços tecnológicos e mudanças empresariais, deixando uma interpretação um pouco obscura sobre as posições do Jornal na época. Mas é possível perceber algumas afirmações:

¹⁰³ MOTTA, op, cit, 2006. P. 23.

¹⁰⁴ MOTA, CAPELATO, op, cit. 1981, p. 189.

¹⁰⁵ Folha Uol.Folha online [internet]. São Paulo: Folha online. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-02.shtml . Acessado em 21 de outubro de 2013.

O Brasil, então com 80 milhões de habitantes, seria sacudido de seu sonho reformista, Jango seria apeado do poder e a “Folha” seria envolvida – mais tarde – nas malhas do autoritarismo. Durante certo tempo, chegaria até a suspender seus editoriais em face das pressões que recebia do regime implantado pelo golpe de 1964. Isso, apesar de ter apoiado o movimento na primeira hora, dadas suas posições antijanguistas.¹⁰⁶

As afirmações contidas no trecho acima fazem referência às posições do jornal diante do Golpe Militar através de uma publicação financiada e planejada pela empresa. Desse modo, não é interessante para a empresa, atrelar a “história” do jornal com o regime que se instaurou em 1964. Entretanto, não é possível simplesmente apagar os vestígios do passado, ou mentir sobre tal posição, tal empreitada poderia ser facilmente desmascarada. Mas foi possível cercear muitas informações sobre o apoio ao golpe, bem como omitir muitas das informações que se fazem relevantes para entender as posições do jornal na época.

A construção da frase citada acima coloca a efetivação do Golpe Militar em primeiro plano, seguido do cerco do regime militar aos meios de imprensa, que foi mais duro a partir do Ato Institucional nº 5, em 1968: “a “Folha” seria envolvida – mais tarde – nas malhas do autoritarismo”, e as consequências disso para o jornal, como a supressão de editoriais devido a “pressão do regime”. E somente por último é mostrado o envolvimento da “Folha” no apoio ao Golpe Militar.

Assim, antes de afirmar, ou “confessar” o apoio ao Golpe Militar, é construída uma imagem de vítima desse Regime Militar, para assim demonstrar ao leitor que, apesar do apoio inicial, a postura do jornal foi modificada de acordo com as “convicções” dos editores e proprietários.

Diante disso, é importante perceber essas nuances para se analisar uma construção de opiniões do jornal perante o governo militar. Ao analisar as charges da *Folha de São Paulo* é necessário esse caminho, de perceber como o discurso do próprio jornal foi construído, para isentar, ou legitimar uma posição em relação ao governo e para a população.

Importante esse exercício de observar a imprensa, e os sujeitos que a constituem como um objeto de articulações políticas e sociais, e que lança sua versão dos acontecimentos cotidianos da sociedade. O que afasta das pretensões de “objetividade” e “neutralidade”¹⁰⁷, que os sujeitos da imprensa defendem como qualidades indispensáveis à sua constituição. Tendo assim o objetivo de desvendar as articulações em que estão inseridos os atores dentro desses órgãos.

¹⁰⁶ MOTA, CAPELATO, op, cit. P. 192.

¹⁰⁷ Idem, P. 189.

Para tanto, a análise que faço das charges presentes nas páginas do jornal *Folha de São Paulo* deixa evidente a importância atribuída a esse tipo de arte gráfica, muito presente da imprensa brasileira. Segundo Gilberto Maringoni, que foi chargista do Jornal *O Estado de São Paulo*, a charge é uma espécie de “editorial gráfico”, não a toa colocada na página de editoriais do Jornal ¹⁰⁸.

As charges apresentadas no Jornal *Folha de São Paulo* foram publicadas na quarta página do jornal, juntamente com os editoriais de opinião dos editores. Podemos perceber assim a importância relegada a opinião através da charge. Como Maringoni afirma, a charge é um texto de opinião, que apresenta a posição ideológica de seu autor a partir de uma leitura e interpretação dos acontecimentos noticiados pelo periódico.

Assim, a charge também é um texto que pode ser interpretado como uma opinião, uma interpretação dos fatos que, ao serem apresentados no corpo do jornal tornam-se disseminadores de uma prática discursiva que pretende passar uma determinada mensagem, que aqui pretendemos entender.

Pretendemos agora, perceber através das charges de Orlando Matos e Nelson Coletti, publicadas pela *Folha de São Paulo*, como os discursos estavam atrelados a um apoio efetivo do regime ditatorial, em uma campanha constante, na construção da ideia de “revolução” e citação aos problemas do país, frutos da administração de João Goulart. Através dessa análise das charges é possível perceber como esse discurso de um regime “renovador” da *Folha de São Paulo* foi construído e disseminado para seus leitores.

2.2 O COMUNISMO NA PONTA DO LÁPIS

¹⁰⁸ MARINGONI, op, cit.1996.



FIGURA 6.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 12.711, 04 de Abril de 1964.

A charge apresentada acima foi publicada no Jornal *Folha de São Paulo* em 04 de abril de 1964. Como já trabalhado no capítulo anterior, a charge é datada, ou seja, seu discurso e sentido ideológico só se completa no contexto e no período específico de sua criação. Portanto, não podemos deslocar esse tipo de arte desse ambiente, isso esvaziaria todo o sentido que está apregoado a essa arte.

O Golpe Militar de 1964, que sempre era referido pelos textos (reportagens, editoriais, colunas) da *Folha de São Paulo* como “Revolução” ¹⁰⁹ tinha acontecido efetivamente há 4 dias e a charge que foi apresentada na quarta página do Jornal *Folha de São Paulo* tratava dos comunistas. Para essa associação com o comunismo tornar-se efetiva para o leitor da época, Orlando Mattos, criador da charge teve como foco, dois personagens, caricaturizados. O primeiro, desenhado de costas para o leitor é Nikita Khrushchev, que foi Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética entre 1953 e outubro de 1964, um dos líderes políticos

¹⁰⁹ Como o Editorial do dia 08 de Abril de 1964, que referiu ao Golpe como “Vitoriosa Revolução”.

do regime soviético. Também apresentado na charge, abraçando Nikita, Fidel Castro, que no ano de 1964 ocupava o cargo de primeiro ministro em Cuba.

Além das duas figuras caricaturizadas, aos prantos, consolando um ao outro, outros elementos são fundamentais para a interpretação da charge. O signo símbolo do regime comunista, a foice e o martelo está estampado na vestimenta de Nikita. Para completar o sentido do discurso pretendido através da charge, temos o jornal caído ao chão, com a manchete: “Brasil”.

O conjunto da charge constitui na sugestão de que, ao ler a notícia do sucesso do Golpe Militar, no jornal já atirado ao chão, os dois personagens, representando o comunismo, consolam-se, como quem tivesse perdido um importante aliado político, o governo brasileiro. Essa formatação da charge sugere que, o sucesso do Golpe Militar tenha, de fato, retirado o “perigo comunista” da administração do Brasil, ao depor João Goulart.

Muitas das charges apresentadas pelo Jornal continham temas que abordavam as consequências desse impedimento, apresentando dentro do discurso desse texto as figuras mostradas acima, lamentando o ocorrido. Portanto, o sucesso do Golpe Militar de 1964 no Brasil é apresentado como uma derrota para os regimes comunistas da União Soviética e de Cuba, que estariam perdendo um aliado: João Goulart.

Outras charges com alusão ao comunismo foram publicadas nas páginas da *Folha de São Paulo*, no dia 12 de abril de 1964 outra arte de Orlando Mattos teve como foco principal o comunismo:



FIGURA 7.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 12.719, 12 de Abril de 1964.

A apresentação das duas palavras: “comunistas” e “corruptos” na charge acima tem suma importância para se acompanhar o discurso que é proferido pelo desenho. A cela da esquerda, que é reservada aos comunistas está lotada, com pessoas até o topo da grade frontal, lotação também indicada pelos traços na parte superior, que denotam exclamação, movimento.

Já a cela da direita está reservada para os corruptos, que estariam presos por conta de seus crimes contra o patrimônio público e corrupção dentro do governo de João Goulart. O fato de a charge ter sido publicada doze dias depois da deposição de João Goulart pelos militares denota que a efetivação da “revolução” estaria acabando com os indivíduos comunistas e corruptos dentro do país.

Já nos primeiros momentos depois do Golpe, o governo militar efetuou muitas prisões e uma efetiva “caça” as organizações que chamassem a atenção dos militares, e da polícia

política (DOPS). Organizações como partidos de esquerda (Partido Comunista Brasileiro – PCB, Partido Comunista do Brasil – PC do B, e a Organização Revolucionária Marxista Política Operária – ORM-POLOP) e também organizações católicas como a Juventude Universitária Católica, foram alvos das primeiras prisões efetuadas pelo regime militar ¹¹⁰.

Também lideranças políticas como o governador de Pernambuco Miguel Arraes, O superintendente da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) Celso Furtado foram incluídos na lista de cassações do Ato Institucional nº 1, publicado no dia 09 de Abril¹¹¹. Esta lista de cassações tinha 102 nomes, destes inclusive o ex-presidente deposto, João Goulart.

Diante dessas ações já nos primeiros dias do sucesso do Golpe Militar, percebemos a importância da temática para a *Folha de São Paulo*, que construiu um discurso de coesão entre os “agentes comunistas” e os corruptos dentro da máquina pública.

Essa informação pode também ser contemplada ao ler o editorial que está presente na mesma página da charge, com o título “Revolução definida”, na qual foi citado o discurso do então ministro da guerra, General Costa e Silva. A atenção especial que a reportagem trouxe sobre o discurso do general se refere ao combate aos elementos comunistas presentes no Brasil. Também a fato do discurso do general ser dirigido a imprensa nacional, e que o “Alto Comando Revolucionário” não faria cerco a publicações da imprensa, a não ser com conteúdo de cunho ideológico comunista:

Dessa entrevista, cabe destacar antes de tudo a afirmação de que entre os objetivos da Revolução figura o da moralização das instituições. Outros chefes militares já haviam dito, é certo, e este jornal repetidamente tem insistido neste ponto. A luta anticomunista é imperiosa e deve realizar-se implacavelmente, sem todavia descambar para a perseguição, que sob o rotulo de anticomunismo, se faça para fins políticos.¹¹²

Podemos perceber a consonância da temática da charge com o trecho do editorial, que desenvolve uma linha de raciocínio em cima da entrevista do Ministro da Guerra. A questão do comunismo foi muito cara aos militares, como um ponto de partida para a articulação do Golpe Militar. Gláucio Ari Soares desenvolve um estudo em que percebe como uma das primeiras preocupações foi a questão do comunismo dentro do país, analisando entrevistas de

¹¹⁰ SKIDMORE, p. 55.

¹¹¹ Idem, p. 56.

¹¹² **Revolução Definida.** Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, página quatro da edição nº 12.719, 12 de abril de 1964.

militares que participaram do golpe e do regime militar ¹¹³. Podemos compreender que esse combate a ideologia comunista não foi somente uma preocupação dos setores militares, mas também órgãos da sociedade civil, como a *Folha de S. Paulo*, tinham como pauta importante o combate a esses elementos perigosos em seus discursos.

A charge está dialogando diretamente com o texto, caracterizando assim uma construção discursiva que ataca o comunismo não só através da charge, mas também com o editorial. O fato de a charge ser publicada dialogando com o texto mostra, mais uma vez a postura ideológica da *Folha de São Paulo*, que está apontava contra a “doutrina comunista” que estava impregnada no governo de João Goulart. Não somente o jornal, mas também o chargista, Orlando Mattos, tem essa postura, haja vista o teor da charge.

A ilustração de duas celas separadas, uma lotada com “comunistas” e outra, quase vazia com “corruptos” denota o sentido da imagem. A alusão aos elementos tomados como comunistas pelo discurso do jornal, também seriam os elementos corruptos dentro do governo federal, por isso que a cela dos corruptos estaria vazia, os indivíduos comunistas também seriam os responsáveis pela corrupção no país.

Outra alusão presente no discurso do jornal diz respeito a ação implantada pela junta militar de uma limpeza na folha de pagamento do governo federal, através da primeira lista de cassações publicada juntamente com o Ato Institucional Nº 1. Ação que teria implantado, logo de início, uma caça a corrupção e a indivíduos que estariam ligados ao comunismo internacional. Essa “política de limpeza” foi amplamente divulgada e aclamada pela *Folha de São Paulo*, ao falar do Ato Institucional nº 1, o editorial referiu-se a postura que deveria ser adotada pela junta militar, que controlando os poderes através do AI-1, estava “retirando aos elementos comunistas, assim como aos políticos corruptos a possibilidade de continuar a fazer a situação econômica do país o tremendo caos em que ela se vinha tornando”¹¹⁴

Acompanhando a publicação da *Folha de São Paulo* podemos perceber como a orientação discursiva em apoio as ações do governo militar foi levada a cabo, através de charges e editoriais, a charge do dia 08 de setembro de 1964 tratou do comunismo não só como um tema que preocupava o país, mas também em uma abordagem internacional.

¹¹³ SOARES, Gláucio. D'ARAUJO, Maria (org.). **21 anos de regime militar**. Rio de Janeiro : Editora Fundação Getúlio Vargas, 1994.

¹¹⁴ **O Ato Institucional**. Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, página quatro da edição nº 12.717, 10 de abril de 1964.

E as charges também não ficavam atrás nessa prática discursiva, apontando as atitudes tomadas pelo novo governo militar, e por vezes indicando ações que deveriam ser tomadas pelos novos governantes.

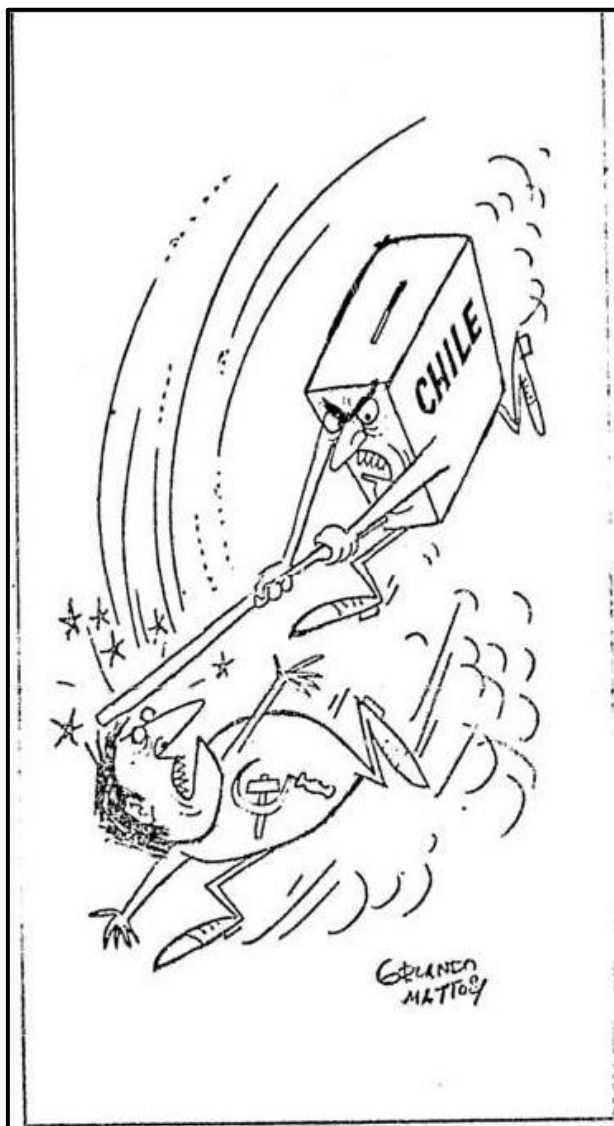


FIGURA 8.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 12.868, 08 de Setembro de 1964.

Não só as questões nacionais ligadas ao comunismo eram tratadas pelos chargistas. O comunismo, como apresentado na primeira charge desse capítulo, compreendia uma preocupação internacional. Além das figuras que representavam o comunismo, outra questão foi abordada pelos chargistas, as eleições chilenas de 1964. Nesse ano, Salvador Allende (que era tido como um dos maiores representantes do “comunismo” na América Latina) era

candidato a presidência pela segunda vez, tendo como adversário de urnas o candidato Eduardo Frei Montalva, que pleiteava a presidência pelo Partido Demócrata Cristão.

Montalva ganhou as eleições ocorridas em 4 de setembro de 1964 com 56% dos votos válidos. Sendo que Salvador Allende conseguiu atingir 40% dos votos válidos.¹¹⁵

A charge que foi apresentada no dia 8 de setembro de 1964 mostra uma urna, com uma feição raivosa, empunhando um bastão e batendo em uma figura que corre com os braços abertos, em ato defensivo. Na urna a inscrição CHILE, que representa as eleições presidenciais de 4 de setembro.

O sentido da charge se completa ao contemplarmos que na figura que corre, (que utiliza óculos, em referência a Salvador Allende) ao ser atingida pelos golpes da urna está estampado o símbolo do comunismo, a foice e o martelo. Símbolos esses que já haviam sido utilizados por Orlando Mattos para fazer referência ao comunismo (ver figura 6). Nesse sentido, o discurso apresentado nessa charge refere-se a derrota do projeto socialista pela via democrática, que é representada pela urna. O projeto político de Salvador Allende buscava uma “transição pacífica para o socialismo”¹¹⁶. E isso demonstrava a entrada do perigoso regime socialista no poder chileno. O embate contra os regimes socialistas e comunistas era recorrente na época, através de grandes jornais e o discurso da *Folha de São Paulo* não fugia a esse pressuposto.

A ainda quente comemoração do sucesso da chamada “revolução democrática”¹¹⁷, no Brasil presente nas folhas da *Folha de São Paulo* demonstra a reprovação do comunismo pelos jornalistas desse folhetim. Bem como o forte apoio perpetrado após o golpe, ao general Castelo Branco.

Desse modo, Allende representava o perigo de uma “socialização” do país vizinho, e a construção de um discurso que ridicularizasse a tentativa da eleição no país vizinho, e a vitória de Eduardo Frei Montalva propiciou essa charge “comemorativa” dos resultados das eleições chilenas de 1964.

No dia 17 de outubro de 1964, o Comunismo é novamente alvo dos cartunistas da *Folha de São Paulo*. Agora é a questão da saída de Nikita Khrushchev do posto de Primeiro Ministro da União Soviética, que ocorrera no dia 14 de outubro.

¹¹⁵ SADER, Emir. **Democracia e ditadura no Chile**. São Paulo, Brasiliense: 1984.

¹¹⁶ Idem, p. 15

¹¹⁷ Revolução Democrática foi um termo utilizado por diversas vezes pelo jornal *Folha de São Paulo* para referir ao Golpe Militar de 1964 brasileiro. A suposta tentativa de implantação do comunismo pelo ex-presidente João Goulart no Brasil significava a supressão da democracia, que teria sido “restaurada” graças ao Golpe.

A questão foi tratada com importância, uma vez que a matéria de capa da *Folha de São Paulo* trouxe essa notícia, apontando críticas a liderança de Krushev por parte de seus sucessores “O novo governo soviético aponta erros de Krushev”¹¹⁸.

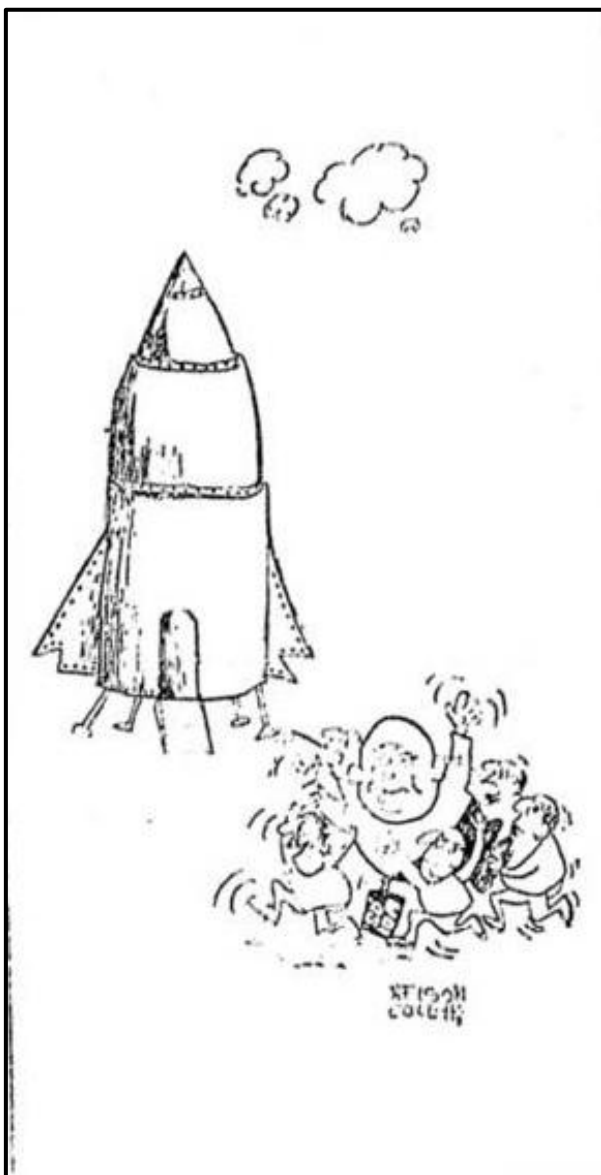


FIGURA 9.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 12.907, 17 de Outubro de 1964.

No dia 17 de outubro de 1964, o Comunismo é novamente alvo dos cartunistas da *Folha de São Paulo*. Agora é a questão da saída de Nikita Khrushchev¹¹⁹ do posto de Primeiro Ministro da União Soviética, que ocorrera no dia 14 de outubro.

¹¹⁸ Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, capa da edição nº 12.907, 17 de Outubro de 1964.

A questão foi tratada com importância, uma vez que a matéria de capa da *Folha de São Paulo* trouxe essa notícia, apontando críticas a liderança de Krushev por parte de seus sucessores “O novo governo soviético aponta erros de Krushev”¹²⁰.

O desenho contempla o tema do programa espacial soviético, que aqui é representado pelo foguete, à esquerda da imagem. Na parte direita, cinco homens carregam Nikita Krushev, em direção ao foguete, que está pronto para ser lançado. Ainda, em detalhe, há uma etiqueta pendurada no ex-líder soviético com a inscrição “só ida”. A saída de Krushev da liderança da União soviética é mote da charge do dia, construída a partir de um discurso que coloca a figura de Krushev como dispensável para o regime soviético, mostrando que ele não era mais bem-quisto na URSS, e portanto deveria partir.

O foguete representa aqui uma figura de linguagem, que pode ser percebida em dois sentidos, o primeiro com referência ao programa espacial soviético, que em 1961 envia o primeiro homem ao espaço. O segundo sentido corresponde a uma construção de figura de linguagem utilizada no Brasil, o termo “mandar para o espaço” tem o significado de expurgar, expulsar. O que estaria acontecendo com Krushev com sua saída da liderança da URSS.

Como disse anteriormente, não podemos retirar a charge, de seu contexto de criação senão a mesma permanecerá sem sentido para o leitor. O fato de a charge ter sido publicada logo após o sucesso do Golpe Militar, é imperioso para entendermos seu significado. Muitos discursos contrários ao governo de João Goulart tomavam esse presidente como simpático a ideologia comunista, visto as próprias publicações do jornal *Folha de São Paulo*, que muitas vezes, ao tratar do governo de João Goulart, acrescentavam adjetivos como, “Ditadura comunista”¹²¹, ou “A ação comunista no governo da República”¹²². Essa associação do governo de João Goulart com os regimes comunistas é também utilizada como discurso pelos militares que ascendem ao poder em 1964. A pesquisa de Glaucio Ary Dillon Soares, publicada no livro *21 anos de regime militar* buscou compreender quais as justificativas mais utilizadas para o Golpe Militar de 1964 dentro dos quartéis, e uma das mais frequentes foi a de que o governo de Goulart estava se aproximando “perigosamente” do comunismo. Gláucio Soares, em entrevistas com militares que participaram ativamente do golpe, como o General

¹¹⁹ Nikita Khrushchev foi secretário geral e líder político do Partido Comunista da União Soviética entre 1953 e 1964. No período foi o maior representante político da URSS.

¹²⁰ Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, capa da edição nº 12.907, 17 de Outubro de 1964.

¹²¹ **Expurgos.** Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 12.711, 04 de Abril de 1964.

¹²² **Comunismo e corrupção.** Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 12.715, 08 de abril de 1964.

Meira Matos, que era oficial de gabinete do ministro do trabalho em 1961, localiza a resistência dos setores militares a posse de João Goulart, em 1961:

A posse do João Goulart foi muito contestada no Exército. Isso não há dúvida: havia uma reação muito grande. Eu tenho a impressão de que a posse do João Goulart aconteceu por um acidente, porque, se dependesse das forças armadas...Ele não tomaria posse...Havia a convicção no Exército de que João Goulart era um elemento que viria para o governo prestar serviço ao comunismo internacional.¹²³

Diante desse discurso, que era corrente dentro do exército, e também corrente nas páginas dos jornais de grande circulação, como a *Folha de São Paulo*, é possível entender o sentido do discurso que se apresentava nas charges sobre o comunismo.

Através desse discurso que a *Folha de São Paulo* produziu, a associação do ex-presidente João Goulart com o comunismo era tomada como ameaça real ao país, e a aclamada “revolução” teria impedido esse perigo.

Também podemos perceber como o discurso construído pelas charges contribuíram para reforçar a ideia de que o país estava eminentemente nas mãos de “agentes comunistas”. Ao trazer a temática do comunismo para a charge, a *Folha de São Paulo* atribuiu significados muito fortes com relação a própria constituição do comunismo como uma ameaça a democracia, termo que a *Folha de São Paulo* utilizava indiscriminadamente para referir-se ao regime político ideal. Mas ao mesmo tempo que defende uma democracia e o “respeito a constituição”, a *Folha de São Paulo* apoiava as ações do regime autoritário que foi formado a partir do golpe militar.

As charges presentes na *Folha de São Paulo* que trataram do comunismo, tanto internamente quanto externamente buscam ridicularizar a ideologia comunista, apresentando traços de comicidade em relação a isso.

O cômico é um dos traços constituintes da charge. Mas, diante dessas charges apresentadas sobre o comunismo, outras características se impõe: a agressividade e a tentativa de ridicularizar os personagens. Para Marcelo Silvestrin Siqueri, essa junção de significados pode ser classificada como derrisão, que seria a junção entre o humor e a agressividade, com o objetivo de desqualificar o sujeito representado na charge¹²⁴.

A abordagem temática do comunismo através das charges é levada a cabo justamente com esse objetivo, o de construir um discurso derrisório contra o regime comunista, bem

¹²³ SOARES, D'ARAUJO, op, cit, 1994. P 40.

¹²⁴ SIQUERI, Marcelo Silvestrin. **Caricatura política e a produção de discursos derrisórios**. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Cuiabá, 2006. P. 11.

como contra as figuras participantes desse regime. Esse discurso presente nas charges da *Folha de São Paulo* é significativo para, através do humor da charge, desqualificar o inimigo comunista, que teria sido derrotado com o Golpe Militar de 1964.

Também levamos em conta que o comunismo era o grande inimigo público que se apresentava no período. O alto comando militar estava descontente com os acontecimentos durante o governo de João Goulart, segundo Gláucio Soares, citando Hernani D’Aguiar, três principais motivos levaram a execução do golpe militar:

Três importantes acontecimentos abalaram o mês e desencadearam, afinal, a Revolução: o comício do dia 13, a rebelião dos marinheiros e fuzileiros navais no sindicato dos metalúrgicos no dia 20, e a reunião dos sargentos no automóvel clube, no dia 30 ¹²⁵.

E esses motivos não foram somente explorados pelos militares golpistas, que estavam claramente percebendo uma crise hierárquica dentro das forças armadas. Dessa maneira, a percepção da *Folha de São Paulo* com relação ao comunismo continua depois da efetivação do golpe, e a partir disso o discurso passa a utilizar o comunismo como o grande inimigo do regime militar. Para tanto, a *Folha* reforça a ideia de uma comunização, o perigo que isso representava para o estado brasileiro, reforçando também a ideia de que o golpe militar foi benéfico ao país, pois freou esse processo que estava desencadeando-se a partir da administração de João Goulart.

2.3 O GOVERNO MILITAR COMO “HIGIENIZADOR” DA MÁQUINA PÚBLICA: A CORRUPÇÃO.

Além de discursos que indicavam o alinhamento do governo de João Goulart com o temido comunismo, a corrupção também era um tema recorrente nas charges apresentadas pela *Folha de São Paulo*. Uma das grandes temáticas, que os escritores da *Folha* não cansaram de abordar é a limpeza sumária que deveria ser feita nas repartições públicas, que estavam cheias de corruptos:

Assentada na administração, a corrupção mina todos os valores. A estrutura toda emperra, os impostos transmutam-se em subsídios e não em serviços, a aplicação da lei afrouxa-se, e para torcê-la segundo a vontade dos poderosos logo surgem abalizados interpretes que fazem do Direito mera caricatura, quando não simples catavento que gira ao sabor dos poderosos. Da cúpula

¹²⁵ D’AGUIAR, Hernani. **A revolução por dentro, 1976.** *Apud:* SOARES, Gláucio. D’ARAUJO, Maria (org.). **21 anos de regime militar.** Rio de Janeiro : Editora Fundação Getúlio Vargas, 1994. P 42

chegam ela as raízes da sociedade, tornando flagrantes por toda a parte injustiças sociais que não encontram remédio em parte alguma¹²⁶.

Sobre essa temática da corrupção, a *Folha de São Paulo* mostrou-se mais empolgada do que com relação ao comunismo, apesar de em alguns momentos fazer uma associação entre os dois temas (figura 7). Nesse sentido, a charge abaixo trouxe o assunto a tona:



FIGURA 10.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 12.768, 31 de Maio de 1964.

Com relação a temática da corrupção, Orlando Mattos produziu um discurso que tendia a pressionar o governo do General Castelo Branco a combater efetivamente a

¹²⁶ **Comunismo e corrupção.** Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 12.715, 08 de abril de 1964.

corrupção. Na charge acima, o primeiro personagem lê o “Listão”, que seria a lista de cassações de mandatos produzida pela junta militar. O segundo personagem indaga, “tem corruptos aí?”.

Esta lista foi publicada logo após o golpe, e teve impacto importante na opinião pública de um modo geral. Para a *Folha*, a lista teve grande importância e a destituição desses cargos que eram nocivos para o país foi recebida com louvor. Mas para o jornal, ainda faltava a caça aos corruptos, que, com a primeira lista foi parcialmente efetivada, mas era importante dar continuidade nessa empreitada.

A charge denota a crítica à perseguição efetuada pelo governo aos elementos comunistas dentro do poder, interpretação essa que pode ser observada com as charges do segundo tópico deste segundo capítulo (ver figuras 6 a 9). O discurso transmitido pela charge de Mattos refere-se à efetividade das cassações dos políticos que estariam corrompendo a máquina administrativa nacional. Portanto, o descontentamento do artista seria com relação a caçada aos comunistas e a falha do governo em procurar os corruptos, que seriam os merecedores da atenção do novo governo.

Para Eni Orlandi, o discurso é construído através do dito e não dito. Percebemos na charge que a fala do personagem não faz uma alusão direta a caça aos comunistas, mas está presente no discurso da charge, uma vez que é a memória desse discurso de que irá estabelecer uma relação entre o discurso dito na charge, da lista de cassações, com a caça aos comunistas¹²⁷, o que deixa latente a alusão das cassações privilegiarem mais os comunistas do que os corruptos, efetivando assim a crítica através da pergunta do personagem.

Também o editorial do mesmo dia referiu-se a essa temática, executando uma consonância entre o tema do editorial e da charge, permitindo um gênero textual diferente sobre a mesma temática, e com o mesmo teor: o combate à corrupção.

Várias notícias, que começam a reportar com mais insistência nos jornais, revelam que agora o governo se volta agora, com maior atenção e energia para o combate à corrupção. E não é sem tempo porque o povo não reconhecerá a Revolução enquanto esta não houver de fato afastado a corrupção de todos os setores em que ela se aninha¹²⁸.

Sentimos assim uma determinada “pressão” por parte da *Folha de São Paulo* com relação a essas atividades de combate a corrupção. Mais uma vez a o jornal coloca-se como

¹²⁷ ORLANDI, Eni P. op, cit. 2002, p. 83

¹²⁸ **Vez dos corruptos.** Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 12.768, 31 de maio de 1964.

interlocutor entre o desejo do povo, que a corrupção seja efetivamente destituída dos órgãos públicos, e o governo, para quem o discurso do editorial estaria sendo dirigido.

Outra charge que teve como tema principal as listas de cassações foi a publicada no dia 09 de junho de 1964:

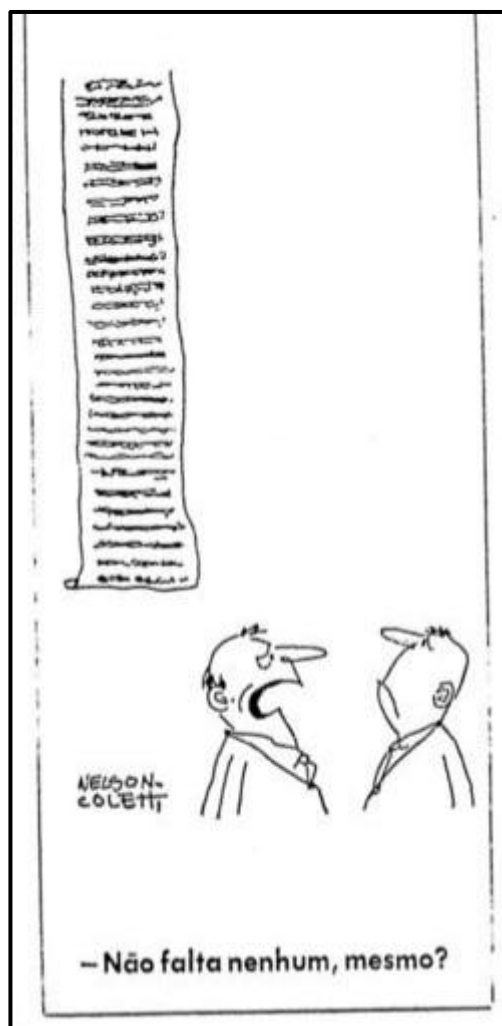


FIGURA 11.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 12.777, 06 de junho de 1964.

Nessa charge, observamos dois personagens conversando sobre a publicação da nova lista de cassações. Podemos perceber na expressão facial deles que a publicação desse documento não é nenhuma surpresa. Aparentemente já virou rotina a leitura dos nomes cassados. Entretanto, a fala do personagem “não falta nenhum, mesmo?” denota o sentido de que apesar da frequência das listas, sempre ficam elementos que não foram condenados pelo novo governo.

Entretanto essa crítica ao governo militar foi construída de modo que, o principal alvo seja o elemento corrupto, e não o governo. Pois quando os chargistas abordaram o discurso com relação aos corruptos, a ridicularização dessas figuras denota uma tentativa de impor um discurso contrário a essa corrupção, impelindo o leitor a um levante, um sentimento de luta contra o sujeito retratado, como afirma Wladimir Propp: “a sátira levanta e mobiliza a vontade de lutar, cria ou reforça a reação de condenação, de não compactuação com os fenômenos representados e, por isso mesmo contribui para intensificar a luta para removê-los e erradicá-los”.¹²⁹ Assim, ao satirizar essas práticas do governo, o discurso apresentado está contra os indivíduos corrompidos, mas não tece uma crítica maior com relação às práticas do governo militar, que por vezes foram comemoradas pelo discurso dos cartunistas da *Folha de São Paulo*.

Devido a certa empolgação de Orlando Mattos e Nelson Coletti com relação ao governo do general Castelo Branco¹³⁰, o discurso propalado através de suas gravuras tendia a uma pretensão de demonstrar aos militares o que fazer, no sentido de determinar algumas sugestões dos caminhos a serem tomados pelos militares, como se pode compreender na charge seguinte.

¹²⁹ PROPP, *apud* GAWRYSZEWSKI, op, cit, 2009. P 67

¹³⁰ MOTTA, op, cit. 2006. P. 23.



FIGURA 12.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 12.773, 05 de Junho de 1964.

Na charge acima podemos perceber um militar, identificável devido a sua farda e quepe, que está observando minuciosamente um microscópio. Logo atrás dele, um sujeito alerta “Não precisa microscópio não!”. A fala do sujeito é colocada em consonância com a fala do cartunista, que transfere para o personagem sua própria fala. Com a intenção de alertar o governo militar de que não há a necessidade de uma busca tão minuciosa do governo para encontrar os “elementos corruptos” que estão na máquina pública. Esse sentido encontrado no discurso dessa charge pode ser percebido através dos três personagens ao fundo da imagem,

que estão com a inscrição “corruptos” em sua vestimenta. Desse modo, a procura por corruptos com o auxílio do microscópio não é necessária, pois os corruptos estão expostos, ao lado do militar. A charge, portanto, discursa no sentido de fazer com que os militares percebam que os elementos corruptos não estão escondidos, pelo contrário. O texto apresentado no dia 31 de maio de 1964 na *Folha de São Paulo*, busca aconselhar o governo militar de que os corruptos estão mais expostos do que se pensa, “Este é um processo a muito identificado pelos órgãos competentes e talvez não seja muito difícil rastrear, a qualquer tempo, os caminhos da sua infiltração”¹³¹.

Essa temática veio a tona depois da notícia que o prazo de cassações dos mandatos políticos, que foi firmado pelo Artigo 10 do Ato Institucional nº 1 não seria prorrogado¹³². Desta maneira, a abordagem da charge visa aconselhar o governo de que a busca minuciosa que estaria sendo feita, representada pelo microscópio, não era necessária para cumprir as cassações de mandatos que deveriam ser executadas, discurso esse que também se avaliza por conta do prazo das cassações, que estava finalizando e a ausência das cassações de alguns políticos que a *Folha* julgava necessários. Esse era o grande ponto de crítica que a *Folha* estava fazendo com relação ao governo militar: “A Revolução, entretanto, continua a ser julgada, por grande parte da opinião pública, não ainda pelos corruptos que vem punindo, mas pelos que até agora não puniu”¹³³.

O texto completa o sentido do discurso proferido por Orlando Mattos na charge, pois na também se tem o objetivo de alertar o governo militar de que não seria difícil encontrar os elementos corruptos dentro da máquina administrativa, uma vez que eles estariam facilmente localizáveis.

¹³¹ **Vez dos corruptos.** Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 12.768, 31 de maio de 1964.

¹³² Artigo 10, Ato Institucional nº 1:

No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluía a apreciação judicial desses atos.

Parágrafo único - Empossado o Presidente da República, este, por indicação do Conselho de Segurança Nacional, dentro de 60 (sessenta) dias, poderá praticar os atos previstos neste artigo. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm] Acessado em 04 de Janeiro de 2014.

¹³³ **Aperta-se o cerco.** Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 12.779, 11 de junho de 1964.



FIGURA13.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 12.779, 11 de junho de 1964.

Na charge anterior, o apoio a cassação de mandatos de elementos corruptos continuou, agora com um sentido mais agressivo imposto pelo discurso da charge. A figura do soldado empunhando o cassetete e acuando o personagem corrupto dão ao leitor a compreensão de que a “revolução”, representada pelo soldado estava efetivamente em busca dos indivíduos culpados pela corrupção no país.

Dessa maneira, percebe-se uma acentuação no discurso das charges que primeiramente tiveram um sentido de crítica ao governo militar e posteriormente apoiaram as ações desse governo com relação as cassações dos mandatos parlamentares, de funcionários públicos e também militares.

No dia 11 de junho, a *Folha de São Paulo* trouxe editorial que tratava da cassação do mandato de Juscelino Kubitschek, e que essa cassação estaria ligada ao relatório do Conselho de Segurança Nacional, que atribuiu a Kubitschek vínculos com redes de corrupção e de subversão:

Assim, pois, o ex presidente da república, pela lógica mais plausível, acabou sacrificado por ter incorrido naqueles que parecem ser, para a Revolução, os mais graves pecados mortais: a subversão e a corrupção... O importante é a indicação que o governo revolucionário, para fazer valer a sua justiça e ser fiel a sua filosofia, não poupou nem mesmo um político da projeção do sr. Juscelino Kubitschek¹³⁴.

Desse modo, apesar de as cassações não serem suficientes, para a *Folha*, a cassação de Juscelino Kubitschek foi uma maneira simbólica de provar a seriedade do governo militar.

A representação de uma “árvore da corrupção” permitiu o artista apresentar o ditado popular “cortar o mal pela raiz” nas entrelinhas do desenho. Um personagem, que certamente representa os militares está em cima da árvore, cortando os galhos da corrupção, enquanto outro personagem pergunta “e a raiz não vai?”. O sentido imposto pelo chargista demonstra que a cassação de mais de 200 pessoas suspeitas de corrupção, entre elas o ex-presidente João Goulart¹³⁵ não foi suficiente para extirpar completamente os “elementos corruptos” do domínio público. Desse modo, as ações do governo deveriam continuar, buscando cortar o mal pela raiz. Para Thomas Skidmore, a cassação de Kubitschek demonstrou que o governo militar estava dando sintomas que recaia para a “linha dura”¹³⁶. Mas, para a *Folha*, como podemos perceber, essa característica não foi percebida, ou não foi feita uma referência por interesse de manter seu discurso de apoio ao regime, tecendo, ao invés de críticas, sugestões de como deveria proceder o governo de Castelo Branco, efetuando cassações efetivas, tomando como molde o processo de Juscelino Kubitschek.

O desejo de que os corruptos fossem realmente retirados da máquina pública brasileira colocou o posicionamento de Mattos enquanto apoiador do regime militar, uma vez que ele transmitiu através de seus desenhos a crença na solução dos problemas nacionais a partir dessa prática do novo governo.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Acervo da ditadura [internet] Rio grande do sul: Acervo da luta contra a ditadura. Disponível em <http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao.htm>. Acessado em 14 de novembro de 2013.

¹³⁶ SKIDMORE, op, cit, 1988. p, 67.

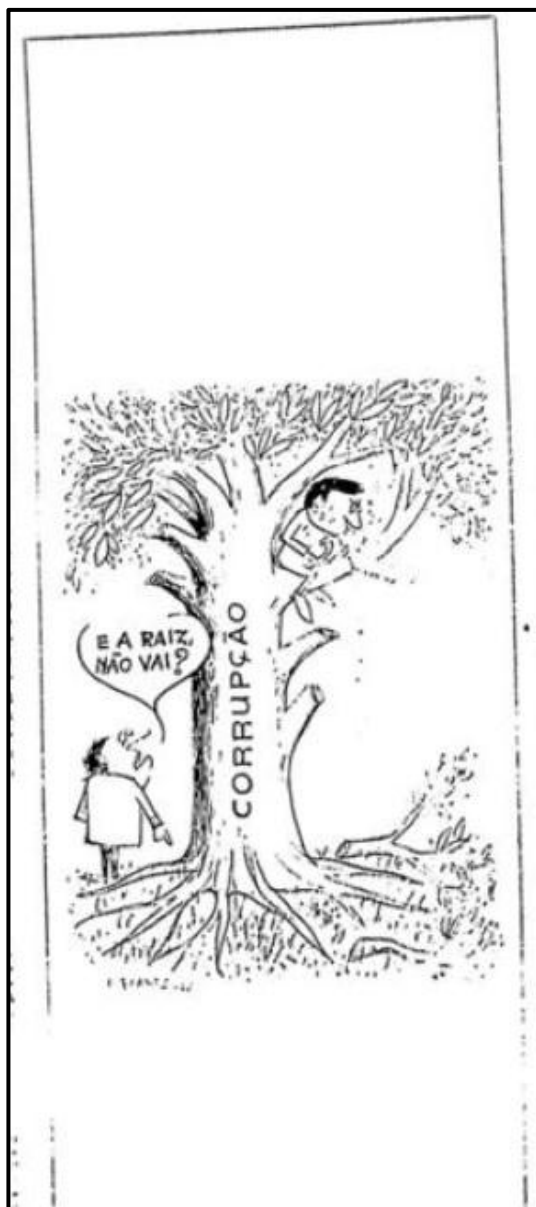


FIGURA 14.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 12.783, 15 de Junho de 1964.

A figura 14 demonstra mais uma charge que tem como tema principal as cassações de mandatos, ela vai no mesmo sentido das anteriores (figuras 12 e 13), que fazem muito mais uma sugestão do procedimento adequado que os militares deveriam tomar, do que uma crítica a perseguição política vigente.

Esta charge, que podemos primeiramente compreender como uma crítica, que iria deixar a raiz da corrupção, na verdade tem outro sentido, o de legitimar as ações de cassação do governo, apenas atuando como uma sugestão de que as raízes também deveriam ser

cortadas. Ou seja, para além do entendimento dos signos perceptíveis, o discurso da charge apresenta a ideia de que as cassações deveriam não só continuar, mas ir mais a fundo na dissolução dos corruptos.



FIGURA 15.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 12.844, 15 de agosto de 1964.

A imagem propõe que a corrupção estava sendo tratada de maneira errada, pois, o aviso indica que “só pode pescar lambaris” no rio da corrupção. O lambari é um peixe de

pequeno porte, isso completa o sentido da charge, que os “peixes grandes” da corrupção não estariam sendo “pescados” pelas ações governamentais.

A partir do decreto do Ato Institucional nº 1 (AI-1)¹³⁷, que legitimou os militares das forças armadas como o supremo poder político da nação, houve uma corrida para se acelerar a caça aos corruptos, pois o período de cassações foi limitado em dois meses, “E muitos parlamentares, ex-ministros, funcionários públicos e militares perderam os seus cargos e/ou seus direitos políticos por 10 anos”.¹³⁸

As críticas presentes nas charges de Orlando Mattos sobre essas ações demonstram um teor de crença nas práticas do governo militar. A junta militar iniciou primeiramente a caça aos comunistas, e somente depois os corruptos seriam perseguidos, em uma tentativa de retirá-los da máquina pública. No tocante a limpeza da máquina pública nacional, Soares indica que antes do golpe, a imagem pública que o político nacional tinha era associada a corrupção.¹³⁹ O roubo nos cofres públicos era o grande problema visto por Orlando Mattos, e com o sucesso do Golpe Militar, o desejo de ações que combatessem essa corrupção foi exposto através das charges apresentadas.

O discurso que as charges de Mattos tinham para com o governo ditatorial é mantido pela tentativa de convencimento do leitor de que a obrigação do novo governo era de extirpar efetivamente os corruptos da máquina administrativa. A opinião pública a respeito do poder político brasileiro serviu como um agente que alavanca a prática discursiva de Orlando Mattos, permitindo assim que ele explorasse a própria opinião da população em relação à corrupção. Dessa forma, Mattos criou um vínculo bastante estreito de seu discurso em relação à opinião do leitor. Pois se o leitor tinha uma imagem do político enquanto corrupto, a limpeza dessa parcela de políticos torna-se necessária para que houvesse o reconhecimento do governo ditatorial enquanto um governo que efetivamente estava exercendo mandato para a população.

Desse modo, o discurso de Mattos em relação as práticas de cassação leva em conta a influência da opinião do jornal *Folha de São Paulo*, ao tender para uma crítica tão amena que pode ser classificada como um “aconselhamento” para os militares no poder. E também leva

¹³⁷ O Ato Institucional nº 1 foi o primeiro de uma sequência de Atos de emenda a Constituição que delegava poderes especiais para o governo militar que assumiu o poder no Brasil. Entrou em vigência dia 09 de abril de 1964, sendo substituído pelo Ato Institucional nº 2 em 27 de outubro de 1965. Os Atos Institucionais eram decretos diretos do poder executivo, sem a necessidade de passar pelo senado ou pela câmara, o que já caracterizava um desrespeito a Constituição.

¹³⁸ SOARES, D'ARAUJO, op, cit. 1994. P 170.

¹³⁹ Idem, P.19

em conta o descrédito que os políticos civis tinham perante os olhos da população, durante o governo de João Goulart.

Podemos perceber como o governo de João Goulart está o tempo todo implícito no sentido ideológico das charges. Pois o fato de que os militares no poder tinham a obrigação de expurgar os políticos corruptos denota o sentido de que esses políticos estavam no governo anterior, sob o mando de João Goulart. Sendo assim, a significação que Mattos deu ao governo de Jango perpassa pela ideia de que o governo era um refúgio de corruptos, e que mais uma vez a “revolução” veio a cabo para extirpar esse tipo de problema.

2.4 O NOVO GOVERNO: OS MILITARES E AS AÇÕES PARA “SALVAR A PÁTRIA”.

Os chargistas Nelson Coletti e Orlando Mattos mantiveram uma linha de raciocínio no tocante aos assuntos do governo federal, seus posicionamentos críticos eram muito cuidadosos, deixando margem para uma ambiguidade a partir das charges que faziam ao governo militar. Essa ambiguidade foi explorada principalmente nas charges tocantes a efetividade do governo perante a cassação aos corruptos. Criticando e ao mesmo tempo mantendo a posição de incentivador das ações do novo regime perante a administração pública. Pois, ao mesmo tempo em que a charge apresenta uma aparente crítica as atuações do governo, ela também estabelece um apoio a essas ações, tendo muitas vezes o papel de mostrar os caminhos que esse governo deveria seguir.

Mas as esperanças depositadas no governo do general Castelo Branco pelos dois artistas estavam sempre presentes na produção das charges. A construção de um discurso que reconhecesse o novo governo militar como o “salvador da pátria” dos brasileiros era constante. Mantinham a pedra de toque de sua produção sempre na tentativa de convencer o leitor a reconhecer o novo governo, que teria vindo com o intuito de reestabelecer a ordem do país.

No dia 16 de abril de 1964, duas semanas após o golpe que depôs João Goulart, o jornal *Folha de São Paulo* estampou sua capa com a seguinte frase: “Castelo pede ajuda a todos os brasileiros”¹⁴⁰ e no editorial da quarta página desta mesma edição, Castelo Branco torna-se “O presidente de todos”¹⁴¹.

¹⁴⁰ **Castelo pede ajuda a todos os brasileiros.** Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, capa da edição nº 12.723, 16 de abril de 1964.

¹⁴¹ Idem. **O presidente de todos.** Quarta página.

O discurso que se apresentou nessa edição do jornal é um discurso de unidade, recobrando as vozes destoantes diante do golpe militar. A ideia de que o povo estava apoiando o sucesso do golpe é um discurso presente na *Folha*, e a partir disso o jornal entoou o discurso de que toda a população estava apoiando o regime.

Muitos opositores do regime foram sumariamente perseguidos e cassados, presos políticos e exilados engrossavam a lista de opositores ao regime militar logo após o dia 31 de março. Sindicatos, organizações estudantis como o Centro Popular de Cultura foram invadidos e tiveram seus membros presos mediante a acusação de subversão. Mas para a *Folha de São Paulo*, o discurso de unidade nacional em torno do regime militar é tomado como unanime, e transformado em uma opinião nacional.

Uma campanha de apoio a posse do general Castelo Branco é desenvolvida no corpo do jornal *Folha de São Paulo*. E a charge desse mesmo dia não é diferente. O discurso que procura convencer os leitores a apoiarem o novo governo está também na charge.



FIGURA 16.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 12.723, 16 de abril de 1964.

Um braço com a inscrição “povo” está oferecendo para Castelo Branco uma cédula, que seria o “voto de confiança” no novo governo. O discurso proferido pelo jornal *Folha de São Paulo* nessa edição remete a um reconhecimento do novo governo por parte da população, e esse reconhecimento está sendo respaldado pelo próprio jornal. Sendo assim, o jornal estava tentando convencer o “povo” de que o general Castelo Branco é o “presidente de todos”, em uma alusão a entrada efetiva da figura do general na presidência da república.

E a charge desse dia veio reforçar esse discurso, versando que a população estava dando um “voto de confiança” para a junta militar que assumira o poder. A representatividade ideológica que a palavra *voto* tem perante o discurso da charge denota o sentido do termo, pois ao empregar tal palavra, não significa literalmente que a população votou no general. Mas a palavra não pode ser esvaziada de sentido quando empregada na charge, o que ideologicamente manteve o significado da palavra, assim levando a uma interpretação ligada ao sufrágio da população. Mas que na verdade, a tomada do poder se deu de modo arbitrário através do Golpe Militar.

Nesse sentido, a maneira com que o discurso da charge é apresentado, demonstra simpatia com os militares golpistas, e este discurso foi utilizado para convencer o leitor de que deveria dar um “voto de confiança” aos militares. Também podemos perceber como através da charge, o jornal *Folha de São Paulo* coloca-se enquanto o porta voz autorizado da população.

O sentido dado para a charge leva em conta o processo mais significativo de participação dos cidadãos em uma democracia representativa, o voto. O Golpe Militar foi dado na democracia ao destituir um poder que havia sido eleito pelo povo. Também passou por cima da constituição quando, forçou João Goulart a deixar o cargo. Segundo Thomas Skidmore, para declarar vaga a presidência, com um presidente vivo, seria em três casos, Impeachment, a saída do país sem a aprovação do congresso ou a renúncia. Como nenhum dos três aconteceu efetivamente, o presidente do senado, Auro Moura Andrade simplesmente delcarou a presidência vaga, passando por cima da Constituição e sem nenhum amparo legal. Mas ao fazê-lo, quem ocupou a presidência foi Ranieri Mazzili, presidente da câmara dos deputados, e nesse ponto a Constituição foi respeitada¹⁴².

¹⁴² SKIDMORE, op, cit. 1988. p, 46.

Nesse sentido, ao pedir o “voto do povo” para o governo militar, a *Folha de São Paulo* compactua com os procedimentos adotados durante o Golpe, mesmo que estes ignoraram a constituição.

Continuando no mesmo discurso, a charge apresentada no dia 26 de maio de 1964 apresentou o general castelo branco segurando uma rocha, que despencava de um penhasco.



FIGURA 17.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 12.763, 26 de maio de 1964.

Na rocha, podemos ver as inscrições “injustiças, perseguições, abusos” novamente em alusão a efetiva atuação do governo golpista, perante a herança administrativa do governo de João Goulart.

A figura de Castelo Branco foi colocada em cena de modo que representasse o poder máximo do poder executivo, trazendo consigo a ideologia dominante na *Folha de São Paulo*, de reconhecer o governo militar como o novo mandatário nacional. Além do mais, o título do editorial “preservar a federação” demonstra que era essa a missão delegada à junta militar agora no poder¹⁴³.

A referência ao governo deposto de João Goulart é novamente efetuada, sendo que no editorial é citado da seguinte maneira “No governo do Sr. João Goulart, rudes golpes sofreu a Federação. Em muitos instantes, chegou-se a pensar que a subversão alimentada por aquele governo se decidira a destruir o equilíbrio e a harmonia dos Estados”.¹⁴⁴ E a consonância do editorial com a charge contribui para acertar o sentido ideológico do discurso apresentado pela *Folha de São Paulo*. Ao colocar o general “Castelo Branco” segurando a rocha que rola da colina, Orlando Mattos incitou o leitor a entender que os militares que estão no poder, assumiram a missão de frear os supostos abusos ocorridos durante o governo deposto de João Goulart.

Além do discurso produzido que coloca o governo ditatorial enquanto salvador do país, em relação ao governo anterior que estaria levando o país ao caos e a desordem, as ações do governo militar são estimuladas através de outras charges apresentadas na *Folha de São Paulo*.

Segundo Gláucio Soares, uma das mais utilizadas justificativas dos militares para a efetivação do Golpe Militar era o “caos e a desordem”¹⁴⁵ do governo de João Goulart. Podemos perceber que o discurso da *Folha de São Paulo* busca agregar esses valores quando determina a arbitrariedade com injustiças, perseguições e abusos do poder executivo nacional.

Abaixo, a charge do dia 28 de maio de 1964, que traz o presidente Castelo Branco interagindo com o “povo”. Nessa interação, o fantasma da “sonegação” está assombrando a população, e o conselho que o povo dá para o general é de que o governo deveria voltar sua atenção para frear essa prática. Pois, como estaria terminado o trabalho de “caça aos comunistas” a próxima medida que deveria ser tomada pelo governo seria o combate a sonegação. Mais uma vez o discurso da charge impõe-se enquanto o porta-voz do povo, sendo colocado enquanto a fala autorizada para aconselhar os militares do que fazer diante da administração pública.

¹⁴³Idem, **Preservar a federação**.

¹⁴⁴Idem, **Preservar a federação**.

¹⁴⁵ SOARES, D'ARAUJO, op, cit. 1994. P. 30.



FIGURA 18.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 12.765, 28 de maio de 1964.

A ideia de que a *Folha de São Paulo* estaria auxiliando o governo dos militares está o tempo todo presente nessas charges. O fato do jornal se posicionar a favor da deposição de João Goulart, e apoiar o regime militar, é tomado como fator decisivo para que o discurso proferido pelo jornal reivindique sua parcela de influencia nas decisões do novo governo.

A charge acima traz um novo tema para o qual o governo militar deveria estar voltado. A *Folha de São Paulo*, considera-se um vetor das atividades governamentais, e a partir disso cria temas que acha importante o governo militar atentar-se, criando assim uma áurea de “auxiliar” do governo militar. Neste sentido, o apoio do jornal é claro, partindo de pretensa influencia orientadora das ações do governo militar.

O discurso apresentado nas charges da *Folha de São Paulo* tentou construir uma ideologia que não só reconhecia o regime militar, como também se colocava enquanto agente ativo de uma “reconstrução” do país, diante dos rumos a serem tomados pelo novo regime. A partir disso, podemos perceber como essa tentativa de influencia esteve presente nas charges da *Folha de São Paulo*. Seja na construção de inimigos ideais, como os comunistas e os corruptos, ou na tentativa de colocar-se como conselheiro do general Castelo Branco, através das charges e editoriais. Nesse sentido, as práticas discursivas que presentes nas charges da *Folha de São Paulo* tiveram um sentido pedagógico, muitas vezes desnudando o inimigo do país, no caso do comunismo e da corrupção, e outras tentando demonstrar como a administração do governo militar deveria ser desenvolvida.

Principalmente no ano de 1964 a empolgação da *Folha de São Paulo* com relação a vitória do golpe militar e a instauração do regime foi grande. Tratando de encarregar-se como porta-voz da população em relação à política (Figura 16), a *Folha* estava dando um “voto de confiança” para o general presidente Castelo Branco, em nome do povo.

A *Folha* manteve-se na linha editorial fiscalista, que constituía-se assim desde a década de 1950, a partir da direção de Nabantino Ramos¹⁴⁶, em que sempre procurava denunciar as ações governamentais, podemos perceber isso principalmente com os últimos meses do governo de João Goulart. Porém, quando do sucesso do Golpe Militar, a postura de observadora do governo é mantida, mas com uma característica que nem de longe era a mantida durante o governo de João Goulart. Seus editoriais e charges vão dar lugar a uma fiscalização mais branda, que procura sugerir, auxiliar e elogiar as ações do governo, quase como um porta-voz das ações e um conselheiro de plantão, pronto para dar o suporte público ao governo golpista.

Ao adentrarmos no ano de 1965, o editorial de 1º de janeiro faz um balanço geral das ações governamentais, colocando-se mais uma vez como porta voz da opinião pública, tendo como base sua atenção voltada a vida política do país. Nesse sentido, a compreensão do ano de 1964, em que findou o governo de João Goulart mediante golpe, tem como base o acontecimento mais importante essa mudança de governo, que causou grandes transformações no país.

¹⁴⁶ Esta ideia de uma postura fiscalista encontra-se no livro *História da Folha de S. Paulo*. E com a análise mais detida dos editoriais e das charges apresentadas pela *Folha*, de fato podemos perceber que, principalmente durante o governo de João Goulart, as denúncias, fundadas ou não, sobre o governo eram abundantes. Uma postura de observador desse governo manteve-se após o golpe, mas o discurso muda de figura, sendo que a *Folha* mostra-se mais como conselheira do que como inquisitória desse governo.

Se cotejarmos esta época com a mesma do ano passado, veremos que a situação do país melhorou. Iniciamos 1964 sob o signo de um governo que já destruíra toda ilusão que se pudesse alimentar quanto a sua capacidade de promover o bem-estar social, a recuperação econômica e a pacificação política do país. Nos meses que se seguiram, radicalizaram-se os antagonismos que separavam os brasileiros, sob a égide e o influxo do próprio governo. Em princípios de março estavam evidentes, de um lado, a extrema fraqueza de quem deveria encarnar a autoridade do país e, de outro, paradoxalmente, os esforços desenvolvidos para tentar restaurá-la por meios espúrios, como a agitação das massas, a mobilização de sindicatos controlados por pelegos, a divisão das Forças Armadas, a subversão e a desordem – de onde, talvez, se contava pudesse emergir um governo totalitário de esquerda.

Contra isso se fez uma Revolução. Iniciada nas ruas, por grandes parcelas do povo, incontaminadas da pregação demagógica do governo deposto, tomou forma e chegou a vitória por obra e graça das Forças Armadas, que fiéis a sua vocação patriótica e democrática, em tempo reagiram aos que a queriam desunir. Realizaram assim os militares aquilo que a maioria da população brasileira, cristã, ordeira e visceralmente contrária ao comunismo, estava desejando¹⁴⁷.

A celebração do ano que se iniciou foi marcada, no editorial, por uma crítica ao governo que terminou, traçando os aspectos do governo de João Goulart como incapaz de promover as melhorias necessárias como o bem-estar social, a recuperação econômica e a pacificação política do país, além dessas características, a agitação das massas, a agitação dos sindicatos controlados por “pelegos” e a divisão das forças armadas foram fatores lembrados sobre o governo de João Goulart. Termina o parágrafo dizendo que desses acontecimentos poderia surgir um governo de cunho totalitário e de esquerda, ao que parece o grande temor do jornal.

Vimos como para a *Folha de São Paulo*, o governo de Jango era extremamente perigoso e incapaz de efetivar as transformações necessárias para o desenvolvimento do país.

Conseguimos através deste editorial compreender como o discurso acerca da política nacional pautou-se principalmente na relação de comparação entre o governo deposto e o novo governo. Essa noção de que o governo de anterior ao golpe só prejudicou o país e ainda levantou a hipótese da formação de um estado comunista é desenvolvida na égide do novo governo, que, apesar de ser originário de um golpe, se mantém enquanto grande prova de justiça e de mobilização social para melhorar a administração pública.

Assim, formada a base da argumentação do editorial, é desenvolvida a interpretação da atuação dos militares com o golpe. Essa interpretação do golpe, chamado de Revolução,

¹⁴⁷ **Ano novo.** Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 12.983, 01 de janeiro de 1965.

perpassa pela noção de que a “maioria da população brasileira, cristã, ordeira e visceralmente contrária ao comunismo” estava desejando fazer, que era depor o governo de Goulart e estabelecer um governo democrático novamente.

Essa interpretação coloca a noção de que para o jornal, houve uma participação massiva da população, pois o porta voz das categorias brasileira, cristã, ordeira e anticomunista seria o próprio jornal, em uma atuação de crítica ao governo de Jango e apoio ao governo militar, com um discurso de unidade novamente construído (figura 16). Também o discurso que o novo governo estaria reconstruindo a democracia, pautada na relação entre a destituição de um governo arbitrário e populista e a entrada em cena de um governo orientado pela democracia. Essa empatia ao governo, mais precisamente a figura do general Castelo Branco gerou um discurso em que a *Folha* demonstrava como os procedimentos com relação ao comunismo, a corrupção e ações governamentais eram traços dessa reforma nas estruturas políticas brasileiras.

CAPÍTULO III – O SURGIMENTO DA PERSONAGEM FALSA DEMOCRACIA NAS PÁGINAS NA *FOLHA DE SÃO PAULO*.

Diante do balaço positivo da atuação governamental durante o primeiro período de atuação dos militares no governo, o ano de 1965 iniciou-se de modo positivo para a *Folha de São Paulo*. Entretanto, ainda em novembro de 1964, ocorreu a intervenção federal no estado de Goiás. Segundo Thomas Skidmore, o governador Mauro Borges, (PSD) fez muitos inimigos durante seu mandato 1961-1964, inclusive membros da Linha Dura do regime militar. Diante disso, numa tentativa de beneficiar a UDN, o presidente Castelo Branco pediu intervenção no estado, através de documentos que associavam Borges a grupos guerrilheiros anti-revolucionários¹⁴⁸. Diante disso, o pedido de retirada de Mauro Borges do governo do estado só poderia ser aprovado pelo congresso, o que realmente ocorreu. Para Skidmore, essa intervenção após o término do prazo dos expurgos, nos primeiros meses depois do AI-1, demonstrou o poder de interferência que a linha dura¹⁴⁹ da ditadura militar tinha nas decisões políticas.

Após essa intervenção, os olhos da *Folha de São Paulo* também se voltaram para a Linha Dura, a intervenção em Goiás despertou o alerta sobre as cisões presentes no governo. Principalmente com relação ao parlamento nacional, que foi responsável por aprovar o pedido de intervenção no estado de Goiás. Se no início do governo militar as cisões dentro do governo não foram observadas pela *Folha*, ainda no final de 1964 essa observação começa a ser feita a partir do episódio de Goiás:

Houve denúncias de que o governo federal e o próprio presidente, pessoalmente, ‘trabalharam’ intensamente alguns congressistas, para obter deles assentimento a medida. Quem pode porém criticar isso, que no fundo não passa de uma praxe seguida por todos os governos? Lamentável sim foi a falta de coesão verificada dentro dos partidos, quando se achava em jogo assunto de tamanha relevância. Mais lamentável ainda, o açodamento com que se discutiu e aceitou a mensagem, sem procurarem os votantes conhecer as provas reais contra o Sr. Mauro Borges¹⁵⁰.

¹⁴⁸ SKIDMORE, op, cit. 1988. p, 93.

¹⁴⁹ A chamada Linha Dura do regime militar foi uma espécie de grupo de pressão durante o governo de Castelo Branco, e depois teve participação ativa no executivo através dos generais Artur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici, que assumiram a presidência. Foi caracterizada por uma maior pressão para manter os militares no poder e uma verdadeira caçada política sob as justificativas de subversão e a traição dos “verdadeiros valores da Revolução”. Ver: FICO, Carlos. Prezada Censura: cartas ao regime militar. **Topoi** - Revista de História, Rio de Janeiro, v. 5, p. 251-286, 2002.

¹⁵⁰ **Episódio encerrado.** Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, página quatro da edição nº 12.952, 01 de dezembro de 1964.

Podemos perceber que a *Folha* destaca a participação direta dos interesses do poder executivo na decisão do congresso, mas “naturaliza” a ação destacando a prática como normal, presente em todos os governos. Percebemos aí que, apesar do reconhecimento da intervenção, o reconhecimento da legitimidade da prática efetiva um discurso que isenta o poder executivo, ou seja, Castelo Branco, de executar uma prática que poderia ser considerada antidemocrática.

Além disso, o parlamento é tido como frágil, sendo necessária a intervenção do poder executivo nas decisões desse órgão.

3.1 A FALSA DEMOCRACIA E AS ELEIÇÕES DA CIDADE DE SÃO PAULO.

Na charge do dia 04 de fevereiro de 1965 o temor do cancelamento das eleições municipais de São Paulo é o pano de fundo para o surgimento da personagem Falsa Democracia:



FIGURA 19.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 13.017, 04 de fevereiro de 1965.

Podemos perceber a personagem, vestida elegantemente, ornada por brincos e colares e um chapéu que denota uma determinada “classe”, elegância e tenta convencer o presidente Castelo Branco que “eleição é bobagem”. Diante desse argumento, está aparente o temor de que as eleições para prefeito de São Paulo sejam canceladas, e que a intervenção do governo militar seja ativada na cidade. Os expurgos políticos e o programa de estabilização econômica fizeram muitos eleitores se indisporerem com o governo de Castelo Branco, o que, para Skidmore, foi o grande temor das eleições e seu resultado não ser agradável para a UDN, partido do governo militar¹⁵¹.

Diante dessa previsão, o cancelamento das eleições estava sendo cogitado, e a *Folha de São Paulo* via isso como mais uma intervenção da linha dura do militares. Portanto, no discurso do jornal, a personagem Falsa Democracia representa a linha dura e há a isenção de Castelo Branco desse impasse, uma vez que a personagem está tentando persuadir o general, o que representa uma atitude externa a ele, presente em outros segmentos do governo que estão tentando impedir as eleições.

A charge surge como um conselheiro, no sentido de indicar ao presidente Castelo Branco que a Falsa Democracia está tentando intervir nas decisões governamentais. Encontramos aí a crença do jornal de que o general Castelo Branco se diferenciava dos setores mais radicais dos militares e também que ele prezava pelas mesmas orientações políticas que a *Folha*, a democracia, e que o regime democrático tinha nas eleições o maior dos instrumentos.

Diante das denúncias que o pleito eleitoral poderia ser cancelado, o presidente Castelo Branco foi a São Paulo, e em editorial, a *Folha de São Paulo* pediu: *Ouçã São Paulo, presidente*¹⁵². Neste editorial, procura aconselhar o presidente a ouvir a população de São Paulo sobre a campanha para as eleições municipais, pois, ocorreram denúncias de que graves campanhas contra os militares estavam sendo produzidas por partidos e candidatos.

¹⁵¹ SKIDMORE, op, cit. 1988. p, 93.

¹⁵² **Ouçã São Paulo, presidente.** Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, página quatro da edição nº 13.020, 07 de fevereiro de 1965.

Ouça São Paulo presidente, ouça entidades de classe, empregadores e empregados, para saber se também elas vislumbram perigos na realização do pleito. Procure saber se estão alarmadas com os excessos da campanha, e se convencerá que os excessos existem apenas na imaginação dos que se encontram desesperadamente certos da derrota de suas greis e seus candidatos nas urnas¹⁵³.

Juntamente com esse editorial que criou um discurso de convencimento ao presidente, na tentativa de manter o pleito eleitoral foi publicada uma charge, que novamente temos a personagem da Falsa Democracia como grande protagonista.



FIGURA 20.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 13.020, 07 de fevereiro de 1965.

¹⁵³Idem, *Ouçá São Paulo, presidente*.

Podemos perceber que a personagem está falando das campanhas eleitorais, dizendo que são virulentas, para se referir as acusações enviadas a presidência da república. Percebemos ainda que na televisão ao fundo está a passar a referida campanha e quatro telespectadores estão dormindo, o que tem a intenção de simbolizar a não preocupação, ou a não surpresa com o que os candidatos estão falando. Essa charge tem a intenção de construir um discurso de normalidade com relação as campanhas. E para isso utiliza-se da contradição, os personagens ao fundo estão indicando a normalidade, e a Falsa Democracia denuncia, contraditoriamente, que é uma campanha virulenta.

Seis dias depois, o jornal *Folha de São Paulo* publicou uma charge em que novamente a Falsa Democracia aparece, contracenando com o presidente Castelo Branco.



FIGURA 21.

Fonte: Jornal *Folha de São Paulo*, São Paulo, quarta página da edição nº 13.026, 13 de fevereiro de 1965.

Mas desta vez, a ordem parte do presidente, que sentencia, Eleições sim! Essa expressão foi motivada pela notícia que o governo federal não iria cancelar as eleições municipais, o pleito estava garantido e as campanhas poderiam continuar. A Falsa Democracia protesta, com os braços para o alto, reclamando da decisão do presidente.

Podemos perceber que essa personagem representava o grupo de pressão que estava no governo militar, este grupo constituído por militares que queriam a “linha dura” do regime. Nesse sentido, podemos perceber o discurso do jornal no sentido de enaltecer o acontecimento das eleições, e o apoio à decisão do presidente de continuar com o processo eleitoral municipal.



FIGURA 22.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 13.062, 21 de março de 1965.

A outra charge foi publicada dia 21 de março, no dia das eleições, novamente a charge é caracterizada pela figura da Falsa Democracia, que está com uma expressão de inconformada, suando de nervosismo pelo acontecimento das eleições. O personagem que está em pé em frente a urna deposita sua cédula eleitoral e pronuncia: Democracia é voto!

Podemos perceber que esse surgimento da personagem Falsa Democracia vai ao encontro das ideias da *Folha de São Paulo*, que as eleições são estritamente importante para o exercício da democracia. O surgimento das investigações e dos inquéritos na tentativa de impugnar as eleições paulistas estimulou o surgimento da personagem, que, demonstra uma postura rígida com relação ao recrudescimento do regime. Entretanto isso não significa que a *Folha de São Paulo*, ou a personagem estavam questionando o regime instaurado em 1964, muito menos questionando as ações do presidente Castelo Branco.

Pelo contrário, o surgimento dessa personagem projetou o discurso de radicalização das ações antidemocráticas exclusivamente fora do governo de Castelo Branco, o que denota muito mais uma conivência com as ações do governo do que o questionamento dessas ações, depositando em uma personagem que representava “forças” dentro do governo, mas sem, em nenhum momento citar nomes.

Com relação aos candidatos para a prefeitura de São Paulo, o candidato que fora lançado pela UDN, partido que era apoiado pelo governo golpista era Paulo Egydio Martins, que fora colocado na disputa de maneira rápida e sem muitas chances de vitória. Sabemos que a *Folha de São Paulo* tinha uma posição de apoio a UDN, mas não localizamos campanha para a disputa eleitoral em São Paulo.

O fato de Paulo Egydio Martins ser amigo de Julio de Mesquita Filho¹⁵⁴, que inclusive foi quem o indicou a candidatura apoiado pela UDN é fator decisivo para compreendermos a posição da *Folha de São Paulo*, em não apoiar a candidatura de Martins. Embora o candidato apoiado pela UDN ter sido derrotado nas eleições, o maior interesse do governo federal não era em ganhar o pleito, já que os militares realmente não lançaram nenhum candidato de fato, pois foi por influencia de Mesquita Filho que o partido aceitou a candidatura de Martins¹⁵⁵. O principal fator de derrota das eleições municipais de São Paulo foi por causa do candidato

¹⁵⁴ Julio de Mesquita Filho herdou o jornal *O Estado de São Paulo* de seu pai, Julio de Mesquita. O *OESP* e a *Folha de S. Paulo* eram os principais rivais no mercado de periódicos de São Paulo, e divergiam em muitas opiniões políticas.

¹⁵⁵ MARTINS, Paulo Egydio. **Paulo Egydio**: depoimento ao CPDOC / FGV / Organização Verena Alberti, Ignez Cordeiro de Farias, Dora Rocha. São Paulo: Imp. Oficial do Estado de São Paulo, 2007. 584 p.

vitorioso, José Vicente Faria Lima, que havia sido secretário de Viação e Obras Públicas na administração de Jânio Quadros. Quadros apoiou a candidatura de Lima, que conseguiu a vitória nas eleições de 1965, o que o governo militar considerou uma primeira derrota vinda das urnas¹⁵⁶.

A vitória de Faria Lima, para a *Folha de São Paulo*, foi uma vitória legítima, pautada pela democracia. Mas, a *Folha* aproveitou-se da vitória de Lima para atacar o então governador do estado de São Paulo, Adhemar de Barros, que lançara Auro Soares de Moura Andrade, pelo PSD. Segundo a *Folha*, Adhemar de Barros era um dos políticos que queriam o término das eleições diretas para prefeito, portanto um dos representados pela personagem Falsa Democracia. Em editorial dia 26 de março de 1965, podemos perceber o discurso da *Folha*:

Não Abandonou o povo seus ideais. Agiu com decisão. Dele divergem, é claro, os que lutaram contra as eleições e os que foram derrotados nas urnas, mas não se justifica apresentar a soberana decisão de uma tão grande maioria, na quase totalidade dos bairros da capital, como um conluio de gente interessada em votar contra a Revolução. Gente que representaria todos os matizes, segundo algumas vozes, desde a extrema esquerda á extrema direita. Quem sobraria então? Ou a extremíssima direita ou a extremíssima esquerda, se há tais radicalizações. Também não se pode, interesseiramente anunciar que a vitória do Sr. Faria Lima e a consequente derrota do candidato do Sr. Adhemar de Barros, resulte no desgaste da Revolução em vista das medidas econômico-financeiras contra as quais tanto se tem falado o governador de São Paulo¹⁵⁷.

O discurso da *Folha de São Paulo* era dirigido principalmente contra a figura de Adhemar de Barros, que fora ferrenho defensor da deposição de João Goulart, mas depois, criticou o governo de Castelo Branco.

Ao entender da *Folha*, a vitória de Faria Lima não significou o desgaste da “Revolução”, mas sim significou uma disputa eleitoral justa, que foi desenvolvida em pleno acordo com as normas “legais” para uma disputa democrática.

3.2 A DISPUTA ELEITORAL PARA GOVERNADOR E OS DISPOSITIVOS LEGAIS PARA AS ELEIÇÕES.

¹⁵⁶ SKIDMORE, op, cit. 1988. p, 93.

¹⁵⁷ **Interpretações facciosas.** Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, página quatro da edição nº 13.066, 25 de março de 1965.

Após essa polêmica disputa na prefeitura, em que o candidato do governo ficara em apenas quinto lugar, e o candidato apoiado por um ex-presidente com os direitos políticos cassados ganhara a eleição, os olhos da *Folha de São Paulo*, através da Falsa Democracia se voltaram para as eleições estaduais, marcadas para outubro de 1965 e para as presidenciais, marcada para 1966. Diante disso, em 24 de março foi publicada mais uma charge com a Falsa Democracia.

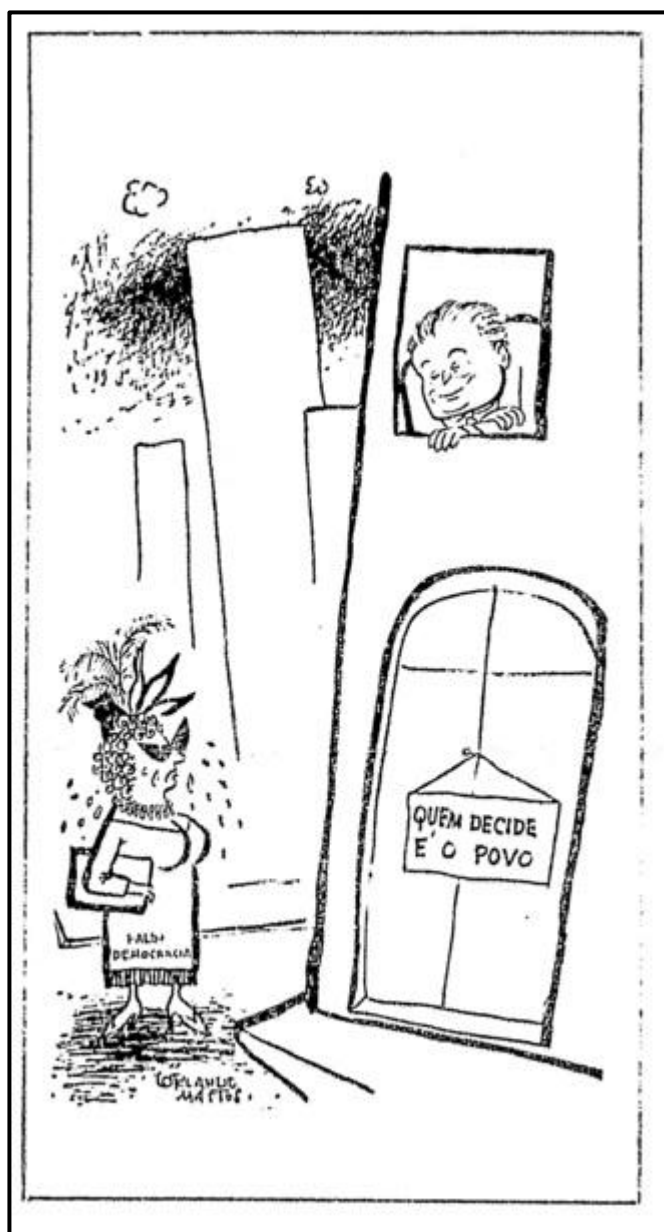


FIGURA 23.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 13.065, 24 de março de 1965.

Na charge, podemos ver o presidente Castelo Branco olhando com satisfação, de cima para baixo a Falsa Democracia, que é representada nervosa ao ler a placa “quem decide é o povo”. A simbologia do presidente olhando de cima é intencional, uma vez que o olhar superior pode ser entendido como diminuidor do outro, que no caso seriam os partidários do adiamento das eleições.

Essa charge foi publicada juntamente com o editorial intitulado *Eleições, sim*, em que o então ministro da Justiça, Milton Campos divulga a decisão de Castelo Branco de manter as eleições estaduais.

A boa fé nas retas intenções do mal. Castelo Branco encontram-se acima de qualquer dúvida, e em mais de uma oportunidade, o presidente reafirmou que a Revolução não temia eleições e as desejava firmemente. Não obstante isso, o chefe da nação chegou a afirmar de maneira inequívoca, há algumas semanas, que considerava inconvenientes os pleitos estaduais deste ano, por poderem ensejar agitações e intranquilidades incompatíveis com os superiores interesses do país¹⁵⁸.

Apesar da pronuncia de Castelo Branco, o discurso da *Folha* permanece firme na sua posição de apoio as decisões do presidente militar. A construção da linha dura, através da Falsa Democracia expressa a fé de que o presidente se mantém democrático e fiel aos preceitos revolucionários. Mas quais preceitos seriam estes, se a chamada revolução derrubou um governo constitucional e democrático e instaurou-se, já estabelecendo no Ato Institucional nº 1 a caça aos direitos políticos de mais de duzentas pessoas. O fato é que a *Folha* estava realmente apoiando o governo de Castelo, posicionando-se o tempo todo em defesa dos “princípios da Revolução”.

As eleições se mantiveram, mas com o desenrolar dos conflitos políticos dentro do próprio governo e o temor de resultados negativos nas eleições, houveram mudanças significativas nas ações do governo militar, na tentativa de frear a possibilidade de uma vitória da oposição em qualquer dos onze estados onde as eleições ocorreriam.

Em 19 de maio de 1965, novamente a Falsa Democracia, agora mais radical do que nas primeiras aparições, surge nas charges da *Folha de São Paulo*.

¹⁵⁸ **Eleições, sim.** Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, página quatro da edição nº 13.065, 24 de março de 1965.



FIGURA 24.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 13.121, 19 de maio de 1965.

Percebemos na atitude da Falsa Democracia a radicalização do discurso em relação às eleições, a utilização da força para representar a morte das eleições é um signo muito importante para percebermos a crítica as ações dos políticos taxados como antidemocráticos. Agora a referência é o governador do estado de Minas Gerais, Magalhães Pinto, que escreveu ao presidente Castelo Branco, pedindo que as eleições fossem adiadas: “O povo não está

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 13.137, 04 de junho de 1965.

As eleições para estavam colocando em perigo o governo militar, pois, o próprio partido governista, UDN, que tinha como representantes na Guanabara, Carlos Lacerda, e em Minas Gerais, Magalhães Pinto, eram críticos do governo federal, o que causava uma incongruência na própria organização do governo militar¹⁶¹, o temor de que o governo perdesse o pleito nesses dois estados fez com que o próprio Castelo Branco tomasse atitudes para controlar melhor as eleições. Para isso, foi aprovada uma emenda constitucional que exigia dos candidatos quatro anos de domicílio eleitoral no estado por onde pretendessem concorrer, que foi aprovada com o pretexto de reduzir a corrupção eleitoral. Outra ação tomada pelo governo foi a “lei da inelegibilidade” que impedia qualquer candidato que fora ministro no governo de João Goulart de se candidatar¹⁶². Com essas ações, o governo federal pretendia imobilizar a oposição e eleger seus candidatos.

Temos, além dessas ações tomadas pelo governo federal, a construção de Inquéritos Policiais Militares (IPMs) em vários estados, inclusive na Guanabara e em Minas Gerais, na tentativa de impedir a candidatura de políticos através de decisões locais, tentando assim atacar as possibilidades de uma derrota nas urnas. Essa criação de inquéritos foi atribuída também a linha dura, novamente presente na figura da Falsa Democracia.

Mas, e qualquer maneira, as eleições permaneceram, e até então, a crença de que seriam efetivadas estava em voga na *Folha de São Paulo*. E novamente temos o surgimento da Falsa Democracia, no dia 08 de junho de 1965. Essa charge é semelhante a apresentada na figura 21, sobre as eleições municipais. Estão em diálogo, o presidente Castelo Branco e a Falsa Democracia, em que o marechal afirma firmemente: “eleições não atrapalham”.

O discurso torna-se um pouco repetitivo, pois novamente é a afirmação da convicção de que o presidente esteja firme em manter o pleito eleitoral, apesar das ações que o governo teve, na aprovação dos dois projetos citados acima, serem ações claras na tentativa de frear a oposição e garantir a vitória governista. Diante disso podemos compreender que a *Folha de São Paulo*, através da charge, não só se coloca a favor do presidente como também se posiciona como porta voz deste, mostrando a construção do diálogo de Castelo Branco com a Falsa Democracia, e explicitando não só a posição dele, que não é tão clara assim a favor das

¹⁶¹ SKIDMORE, op, cit. 1988. p, 94.

¹⁶² Idem p, 94.

eleições, mas colocando a própria posição do jornal enquanto apoiadora das eleições, literalmente colocando palavras na boca do presidente.



FIGURA 26.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 13.141, 08 de junho de 1965.

A charge que foi apresentada no final do mês de junho de 1965, que tinha a personagem falsa democracia, fez referência as divergências dentro do governo federal, tendo como base sempre o conflito maniqueísta entre o presidente Castelo Branco e os partidários da Falsa Democracia.

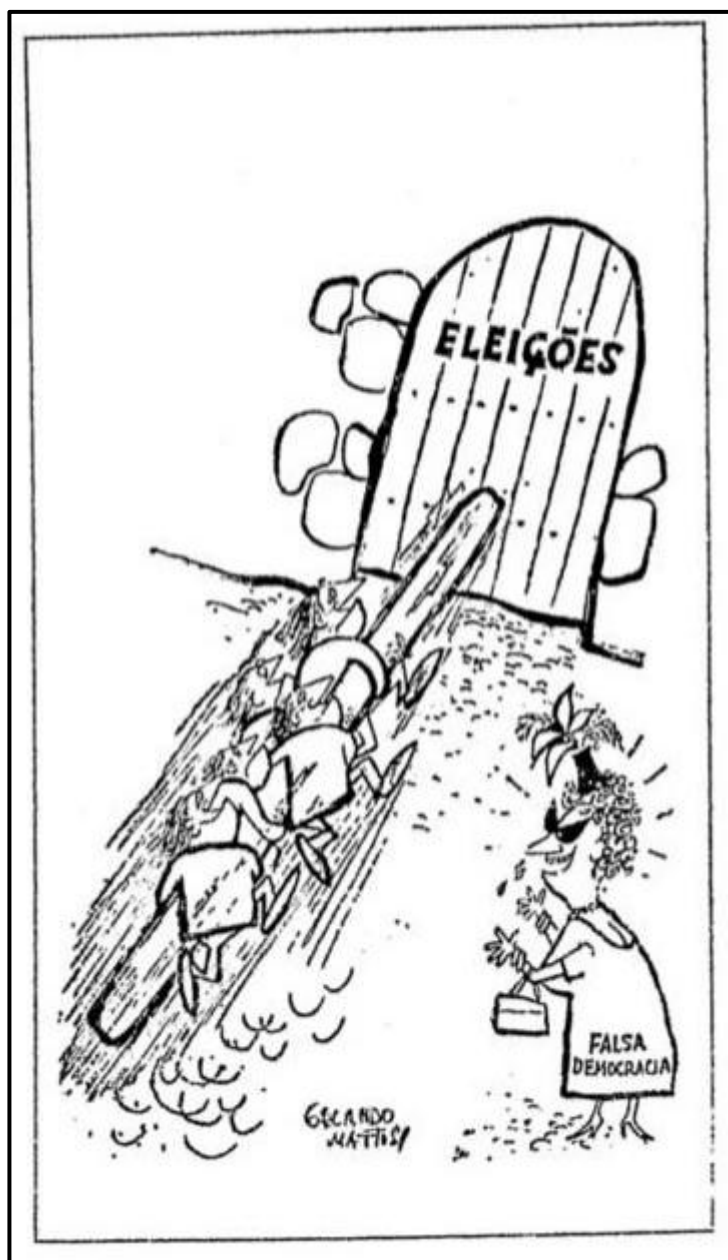


FIGURA 27.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 13.160, 27 de junho de 1965.

Novamente, como ameaça as eleições, a Falsa Democracia demonstra, agora através de um aríete contra a porta do governo que seriam as eleições, a ameaça que o regime democrático estaria sofrendo ao acatar as restrições a eleição. Mas muito mais do que isso, é demonstrado através do editorial que o perigo das divergências dentro do governo poderia ser muito maior do que a própria disputa pelos adversários políticos:

Já muitas vezes se tem demonstrado que a Revolução vem encontrando dificuldades muito maiores dentro de suas próprias fileiras que nas adversárias. Desde as críticas que se fazem a orientação econômico-financeira do governo, até as restrições a sua ação política ou no terreno militar, é sempre de setores que se dizem revolucionários (e alguns com indiscutível participação no movimento de 31 de março do ano passado) que partem as palavras mais duras e susceptíveis a tumultuar o ambiente

Ao lado desses radicais, hoje perfeitamente identificados, alinham-se infelizmente alguns inconformados aos quais é lícito atribuir boas e dignas intenções, são os que da Revolução esperavam mais do que ela pôde dar, e por isso não logram por vezes sopitar o seu desencanto. A esses muito especialmente, é que se deve dirigir uma palavra de advertência e convite a meditação: a quem beneficiaria engrossar o caudal dos descontentes? Quem lucraria com a diminuição da autoridade do presidente da república? Que perspectivas se ofereciam a nação caso começasse a desagregar-se o atual governo?

A fácil resposta a essas perguntas, aconselha todos os revolucionários autênticos, ou os que viram na Revolução o ponto de partida para a recuperação nacional, a julgar com menos severidade os erros e as omissões do 31 de março, e a cerrar fileiras em torno do presidente da república¹⁶³.

Novamente podemos perceber a crítica as ações da linha dura com relação ao governo militar, agora, implantando um temor de que as próprias fileiras dos que deveriam apoiar o governo, estão minando-o. Essa crítica continua sendo apresentada através, principalmente das figuras de Lacerda e Magalhães Pinto, que são os maiores representantes civis, de apoiadores do governo (udenistas), que apoiaram o Golpe, mas estão visceralmente criticando o governo de Castelo Branco.

O temor com a diminuição da autoridade do presidente da república é um dos principais problemas apresentado pelo discurso da *Folha*, que vê justamente nesses conflitos de interesses entre o grupo de pressão (linha dura) e as ideias liberais de Castelo Branco. Esse temor não é somente por conta do perigo que o governo corre em cair em uma ditadura¹⁶⁴ (que a esta altura já estava instaurada, mas mascarada, porém não para a *Folha*), mas sim o perigo de que os “inimigos” dos revolucionários conseguissem, com esse enfraquecimento, derrubar o governo golpista.

O discurso neste editorial é de claro apelo que as forças do governo se unam em prol do sucesso da administração dos militares, e não de crítica ao governo militar, pura e simplesmente pelo discurso de que a “Revolução” esteja sendo traída. Assim como a *Folha de São Paulo* coloca-se vezes enquanto porta-voz do “povo”, buscando uma construção homogênea da opinião pública, ela também tenta determinar que, obrigatoriamente os setores

¹⁶³ **Advertência.** Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, página quatro da edição nº 13.160, 27 de junho de 1965.

¹⁶⁴ MOTTA, op. cit. 2003.

que efetivaram o golpe militar sejam uniformes em seus ideais, e que a “Revolução” encaminhe-se para uma convergência de ideias.

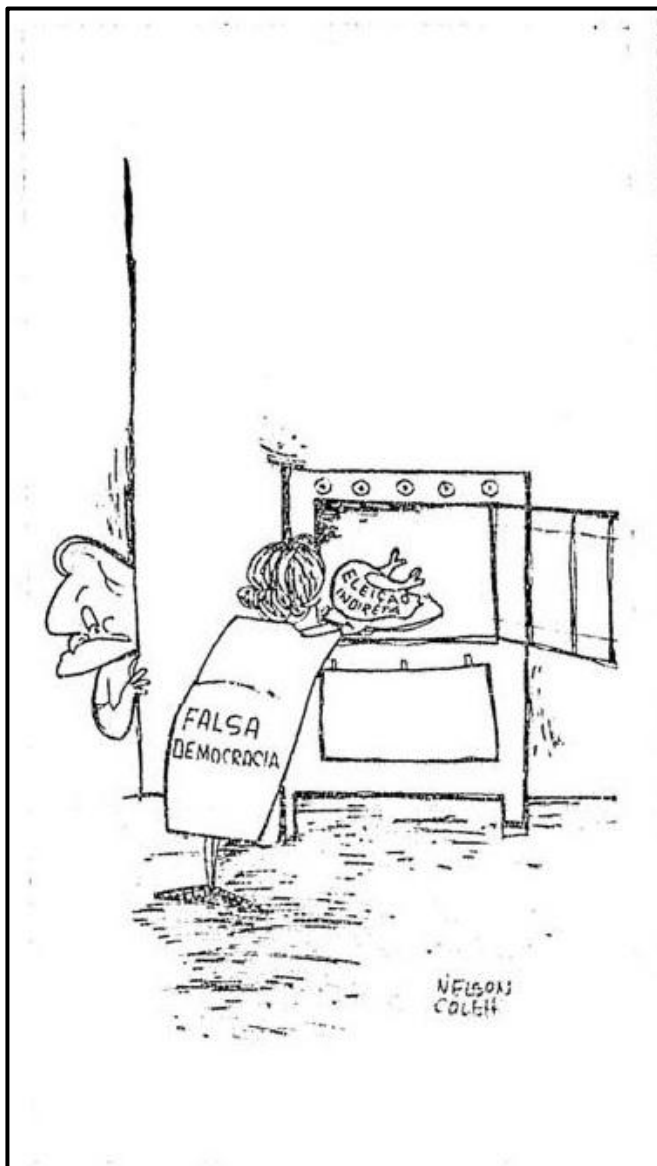


FIGURA 28.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 13.184, 21 de julho de 1965.



FIGURA 29.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 13.203, 09 de agosto de 1965.

Ainda depois desse apelo, a tão desejada convergência ainda não logrou êxito, e os conflitos de ideias dentro do governo mantiveram-se. A figura 28 mostra a Falsa Democracia tirando um prato “quentinho” do forno, em que se lê “eleição indireta”. E a figura 29 apresenta a Falsa Democracia discursando para o povo que as eleições são um perigo. Pois, ainda com relação a essa temática, a *Folha de São Paulo* não desanimou em repetir o seu discurso de necessidade de eleições e de unidade dentro do governo militar.

As especulações sobre a pretensão do governo em implantar eleições indiretas continuaram a sustentar a aparição da Falsa Democracia nas charges da *Folha*. A charge do dia 13 de agosto de 1965 demonstra que para a linha dura, tanto o parlamentarismo ou a ditadura seriam “mascaras” boas para serem utilizadas pelo governo, no intuito de manter-se no poder.

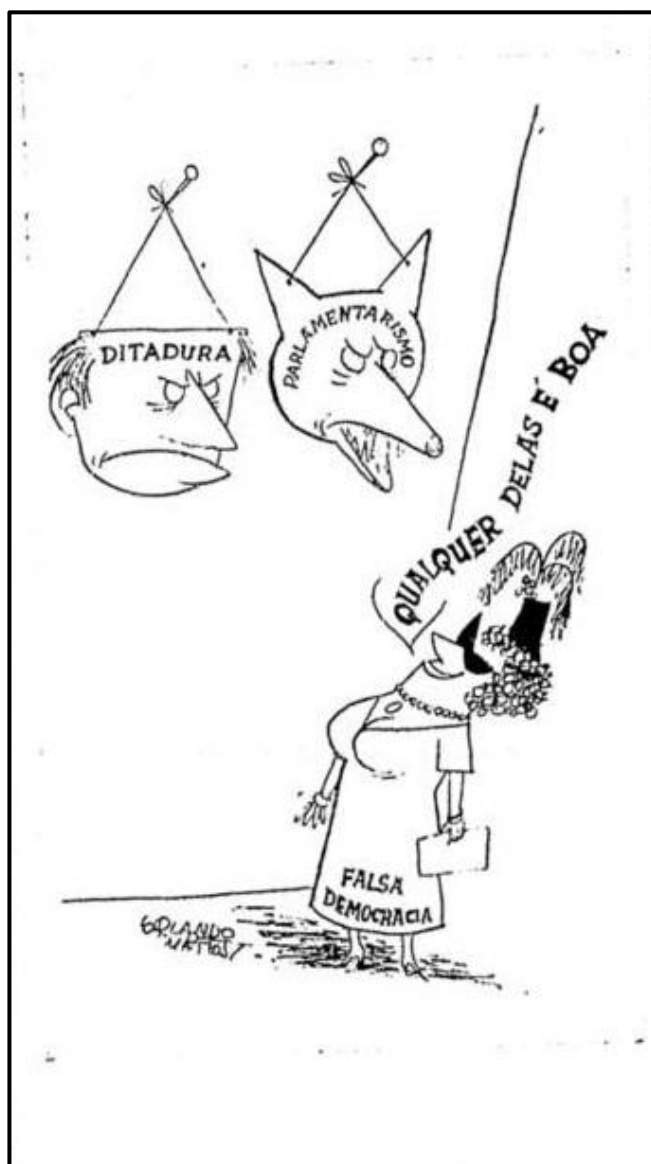


FIGURA 30.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 13.207, 13 de agosto de 1965.

Logo seria perceptível que o governo não conseguiria segurar as rédeas da maneira que estava, como queria a parcela mais “moderada”, liderada por Castelo Branco. E que a ditadura seria instaurada. Principalmente após as eleições estaduais, nas quais, nos estados da Guanabara e Minas Gerais, onde se tinha a prioridade da vitória, os candidatos pelo governo perderam a eleição.

Esse resultado desencadeou uma enorme pressão no governo, que em 27 de outubro resultou na edição do Ato Institucional nº 2, que dava ao governo o poder de abolir os partidos políticos e transformar as eleições para presidente e governador em indiretas, retirando o direito de escolha direta dos eleitores brasileiros, assim como temia a *Folha de São Paulo*.

FALSA DEMOCRACIA

J. M. Roca

109

FIGURA 31.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 13.263, 08 de outubro de 1965.

A figura de linguagem de virar a mesa traz ao leitor a mensagem de que, deveria partir do presidente uma postura firme, e empossar os candidatos eleitos nas eleições para governador, freando assim a reação as eleições por parte da ala radical do regime.

Mas a derrota nas urnas estaduais acabou por resultar em um reconhecimento do governo, inclusive dos moderados, de que seria preciso manipular os atores políticos de uma maneira mais efetiva¹⁶⁶.

3.3 O ATO INSTITUCIONAL Nº 2 E A EXTINÇÃO DOS PARTIDOS.

Com a efetivação do Ato institucional nº 2, muitas medidas foram desencadeadas, o retorno a possibilidade de cassação dos mandatos políticos a partir do governo executivo, o julgamento de civis pela justiça militar, no caso de crimes contra a segurança nacional, a eleição indireta para presidente da república e a extinção de partidos políticos¹⁶⁷.

A aprovação do AI – 2 provocou nos apoiadores de Castelo Branco um mal estar, e muitos de seus apoiadores abriram mão de seus cargos, pois acreditavam que Castelo Branco tinha ido para “o lado dos radicais”. Prontamente, Castelo Branco buscou diluir os mais radicais dentro do governo, fazendo o uso de suas atribuições com o novo Ato, caçou alguns dos mais perigosos representantes da ala radical do governo¹⁶⁸.

Para a *Folha de São Paulo* o maior impacto na promulgação do Ato Institucional nº 2 foi a extinção dos partidos, e a consequente criação de dois únicos partidos a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Isso rendeu uma charge, logo no dia seguinte a promulgação do AI-2.

¹⁶⁶ Idem, p, 100.

¹⁶⁷ LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. Colapso do populismo e regime militar no Brasil. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, v. 93, p. 229-245, 1998.

¹⁶⁸ SKIDMORE, op, cit. 1988. p,104.



FIGURA 32.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 13.283, 28 de outubro de 1965.

A charge demonstrou que, o Ato Institucional foi recebido pela *Folha*, com um certo receio em relação a extinção dos partidos políticos. O impacto da decisão foi tomado como radical demais, pois a partir da extinção dos antigos partidos, e a criação de apenas dois partidos, criou a expectativa de que os conflitos entre partidos e a pulverização de ideais fosse extinta, e a vida política ganhasse novo fôlego, mas também foi criada a falsa expectativa de que através de decreto que as ideias, tão divergentes entre os partidos, fossem agora uniformizadas em dois polos, exclusivamente.

Para além disso, a compreensão dos discursos das charges que versaram sobre isso, ainda no ano de 1965 é feita através de um discurso pouco crítico em relação as decisões governamentais. Pois, além da charge acima, que demonstra uma certa acidez na caracterização da extinção dos partidos, outra charge foi publicada sobre o tema:



FIGURA 33.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, quarta página da edição nº 13.288, 02 de novembro de 1965.

Quase de mesmo teor, as charges sobre a extinção do pluripartidarismo representam a definitiva extinção, ou morte, como na figura 33 dos partidos múltiplos, e a concepção de que

essa velha prática estava sendo extinta, conforme figura 32, onde temos alguns bebês rindo dos partidos, cabisbaixos, se retirando da vida política brasileira. Os bebês simbolizam o novo, a novidade em detrimento do passado, como se a prática do pluripartidarismo estivesse ultrapassada e devesse ser substituída por uma prática diferente, que pudesse reavivar a vida política brasileira. Nesse ponto a os chargistas da *Folha* tinham razão, realmente a vida política brasileira foi transformada completamente. A partir da criação do bipartidarismo, o controle político por parte do governo foi possibilitado com mais facilidade, já que a ARENA recebeu a maioria dos políticos que eram dos quadros da UDN, base do governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para explorar as discussões que possibilitaram essa pesquisa foi necessário adentrar em alguns percursos historiográficos que eu não havia entrado em contato ainda, como as atividades políticas diante do primeiro governo militar, do general Castelo Branco. Também outra perspectiva que se apresentou nova para mim foi a discussão acerca da Análise do Discurso, que permitiu ver além do textual, do que está exposto, nas entrelinhas da prática da imprensa enquanto construtora de discursos e defensora de ideais. O Golpe Militar foi um acontecimento muito importante para o país, e aparentemente as discussões historiográficas acerca desse acontecimento nunca estarão esgotadas, sempre surgindo novas temáticas, novos questionamentos a respeito desse período que durou 21 anos.

Entender que é preciso atentar-se a todos os discursos durante o período ditatorial deixa a compreensão da importância que o desenho de humor teve nesse período. Pois foi durante o regime militar que os mais célebres humoristas de nosso país expressaram sua indignação perante o regime militar, que limitou a liberdade dos brasileiros, inclusive através da censura à imprensa. Mas não somente de esquerdas viveu o desenho de humor. O que por muitos é considerado uma arma amplamente difundida contra o regime autoritário brasileiro, também foi utilizado pelas forças que ajudaram, através de seus discursos, legitimar o governo e apoiar suas práticas.

Constituído através de contradições, muitas vezes, o discurso do jornal *Folha de São Paulo* mostrou-se bastante empolgado com a derrota do governo de João Goulart e a implantação do governo dos militares. Inclusive auxiliando na destruição da imagem do ex-presidente. O discurso liberal e democrático pintado pelo jornal esteve estampado nos editoriais e nas charges, fazendo muitas vezes do próprio regime autoritário seu porta voz, que o discurso da *Folha* teimava em insistir ser um governo que visava a democracia plena.

Uma pequena decepção sofreu a partir das intervenções do governo nas eleições estaduais, a ponto de surgir uma nova personagem, que deu uma nova roupagem ao discurso presente na *Folha de São Paulo*, entretanto, essa personagem, quando parecia fazer duras críticas ao governo militar, na verdade se utilizou de um discurso aparentemente crítico para justificar ações, e isentar o “outro lado” do regime.

A atuação de Orlando Mattos e Nelson Coletti enquanto chargistas demonstrou que algumas limitações se impõem na produção das charges, pois as gravuras analisadas nessa pesquisa, por serem incorporadas às publicações periódicas da *Folha de São Paulo*, tem a necessidade de consonância com a linha editorial que o periódico segue. Conseguimos

perceber isso ao efetuar a análise das charges na *Folha de São Paulo*, e através de entrevista conseguimos constatar que muitas das charges que eram criadas por Nelson Coletti acabavam sendo censuradas dentro da redação do próprio jornal.

Em entrevista, Coletti destaca que a confecção das charges era feita de acordo com a linha editorial do jornal, não só na *Folha*, mas também em outros periódicos que o artista passou. Possibilitando assim que percebamos o discurso do jornal como uniforme, tendo como ponto de partida a visão dos editores chefes, perante as práticas políticas.

A *Folha de São Paulo* demonstra, como uma imprensa formadora de opinião, liberal, e voltada para o crescimento econômico atuou durante o primeiro período da ditadura militar, até a promulgação do segundo Ato Institucional, vendendo a seus leitores um discurso pronto, em que se colocou como porta voz deste mesmo leitor, característica essa que está presente tanto nos discursos editoriais quanto nas charges, que pretendem convencer o leitor das posições mais acertadas a serem tomadas com relação à política. Também demonstrou, como a partir da construção de inimigos ideais, se defende um governo golpista, que, apesar de passar por cima da constituição para institucionalizar um golpe, é justificável sua atuação, em prol do que se chamou de bem comum.

Podemos perceber como, através de uma construção discursiva que se colocava crítica, ao governo, na verdade estava apoiando-o, e reivindicando para si também o direito de intervir na política, como parte integrante da efetivação do Golpe, ou como se referia, da Revolução, sem aspas mesmo.

Essa ideia de Revolução deu ao discurso da *Folha de São Paulo* o tom da aceitação do golpe militar, e conseqüentemente do governo, que foi tido como revolucionário durante a pesquisa inteira. Mas compreenda-se que a aceitação do movimento que depôs João Goulart enquanto Revolucionário fica por conta exclusivamente da equipe que integrava o jornal - não deste historiador que vos escreve.

FONTES

Fontes escritas

Entrevista via e-mail concedida por Nelson Coletti a André Gustavo Ubinski, Marechal Cândido Rondon-PR, 16 de janeiro de 2014, 2 pág.

FOLHA DA MANHÃ, São Paulo, edição nº 1.969, 23 de janeiro de 1931.

FOLHA DA MANHÃ, São Paulo, edição nº 10.666, 31 de janeiro de 1959.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 10.950, 01 de janeiro de 1960.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 11.287, 01 de fevereiro de 1961.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 11.634, 19 de Abril de 1961.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 11.643, 28 de abril de 1961.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 11.771, 03 de setembro de 1961.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 12.651, 04 de Fevereiro de 1964.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 12.652, 06 de março de 1964.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 12.690, 14 de março de 1964.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 12.709, 02 de abril de 1964.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 12.711, 04 de abril de 1964.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 12.715, 08 de abril de 1964.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 12.717, 10 de abril de 1964.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 12.719, 12 de Abril de 1964.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 12.723, 16 de abril de 1964.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 12.763, 26 de maio de 1964.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 12.768, 31 de maio de 1964.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 12.777, 06 de junho de 1964.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 12.779, 11 de junho de 1964.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 12.783, 15 de Junho de 1964.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 12.844, 15 de agosto de 1964.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 12.868, 08 de Setembro de 1964.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 12.907, 17 de Outubro de 1964.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 12.952, 01 de dezembro de 1964.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 12.983, 01 de janeiro de 1965.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 13.017, 04 de fevereiro de 1965.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 13.020, 07 de fevereiro de 1965.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 13.026, 13 de fevereiro de 1965.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 13.062, 21 de março de 1965.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 13.065, 24 de março de 1965.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 13.066, 25 de março de 1965.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 13.121, 19 de maio de 1965.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 13.141, 08 de junho de 1965.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 13.160, 27 de junho de 1965.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 13.184, 21 de julho de 1965.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 13.203, 09 de agosto de 1965.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 13.207, 13 de agosto de 1965.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 13.263, 08 de outubro de 1965.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 13.283, 28 de outubro de 1965.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, edição nº 13.288, 02 de novembro de 1965.

História da Folha. Folha online. Disponível em:

<http://www.folha.uol.com.br/institucional/historia_da_folha>. Acesso em 21 de outubro de 2013.

Nelson Coletti. A3 Comunicação. Disponível em:

<<http://nelsoncoletti.com.br/>>. Acesso em 09 de setembro de 2013.

Militares ameaçam suspender circulação. Folha online. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-02.shtml>. Acesso em 21 de outubro de 2013.

Acervo da ditadura. Acervo da luta contra a ditadura. Disponível em:

<<http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao.htm>>. Acesso em 14 de novembro de 2013.

Ato Institucional nº 1. Palácio do Planalto. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em 04 de Janeiro de 2014.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Adriana Aparecida de. **O Pasquim e O Pasquim21: práticas discursivas jornalísticas de resistência**. Dissertação (mestrado em linguística) UNICAMP. 2006.

BERGSON, Henri. **O Riso**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1983. P. 17

BREMMER, Jan; ROODENBURG, Herman, (orgs). **Uma história cultural do humor**. Tradução de Cynthia Azevedo e Paulo Soares, Rio de Janeiro: Record, 2002.

CRUZ, Heloísa de Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História**. São Paulo: nº 35, dez. 2007. P.265.

FERREIRA, Jorge. Apresentação. **Tempo**, Rio de Janeiro. Nº 28, Junho 2010. P 11-18.

FICO, Carlos. Prezada Censura: cartas ao regime militar. **Topoi** - Revista de História, Rio de Janeiro, v. 5, p. 251-286, 2002.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, vol. 24, nº 47. São Paulo, 2004.

GAWRYSZEWSKI, Alberto (Org.) **Imagem em debate**. Londrina: EDUEL, 2011.

_____. (org.) **O amigo da onça**. Uma expressão da alma brasileira. Coleção História na Comunidade. Vol.1, Londrina-PR: Universidade Estadual de Londrina, 2009.

_____. **O cruzeiro**. Uma revista (muito) ilustrada. Coleção História na Comunidade. Vol.3, Londrina-PR: Universidade Estadual de Londrina, 2009.

GOMBRICH, E. H. O arsenal do cartunista. In: **Meditações sobre um cavaleiro de pau e outros ensaios sobre a teoria da arte**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza, São Paulo: Edusp, 1999.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. São Paulo: Papirus, 1996.

KUCINSKI, Bernardo, **Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da Imprensa Alternativa**, São Paulo, Editora: EDUSP, 2ª Edição, 2003.

KUSHNIR, Beatriz. Pelo viés da colaboração: a imprensa no pós-64 sob outro prisma. **Revista Projeto História**, São Paulo, EDUC, nº. 35, 2007, p. 27-38.

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. Colapso do populismo e regime militar no Brasil. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, v. 93, p. 229-245, 1998.

LIMA, Herman. **História da Caricatura no Brasil**, V.4. Rio de Janeiro, José Olympio

MARTINS, Paulo Egydio. **Paulo Egydio**: depoimento ao CPDOC / FGV / Organização Verena Alberti, Ignez Cordeiro de Farias, Dora Rocha. São Paulo: Imp. Oficial do Estado de São Paulo, 2007. 584 p.

MIANI, Rosinaldo. “Charge: uma prática discursiva e ideológica”. **XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação. Anais**. Campo Grande, 2001.

MINOIS, Georges. **História do Riso e do Escárnio**. Trad. Maria Elena O. Assunção. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MOTA, Carlos G.; CAPELATO, Maria H. **História da Folha de São Paulo**. São Paulo: Impress, 1981.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Topoi**, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 62-85.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas, SP: Editora Pontes, 2012.

_____. Eni P. Efeitos do verbal sobre o não verbal. **Rua**. Nº. 01. Campinas, SP: Labeurb/Unicamp, 1995. p. 35-47.

_____. Eni P. **Interpretação**. Petrópolis: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

PIRES, Elaine Muniz. **Imprensa, ditadura e democracia**: a construção da autoimagem dos jornais do Grupo Folha (1978/2004). Dissertação (mestrado em história) PUC, 2008.

SALIBA, Elias Thomé. Experiências e representações sociais: reflexões sobre o uso e o consumo das imagens. In **O saber histórico na sala de aula**, org. por Circe Bittencourt. São Paulo, Editora Contexto: 1997.

SILVA, Marcos A. **Caricata República**: Zé povo e o Brasil. São Paulo, Marco Zero: 1990.

SILVA, Zélia Lopes da. O traço de Belmonte desvendando São Paulo e o Brasil (1922-1924). **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 15, jul.-dez. 2007, p. 163-179.

SILVEIRA, Mauro César. **A batalha de Papel**: A guerra do Paraguai através da caricatura. 1ª Ed, Porto Alegre: L&PM editores: 1996.

SIQUERI, Marcelo Silvestrin. **Caricatura política e a produção de discursos derrisórios**. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Cuiabá, 2006.

SINET, Maurice. **Siné e Cia**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 1968.

SINGER, A. Nota sobre o papel da imprensa na transição brasileira. In: FILGUEIRA, C. H. & NOHLEN, D. (orgs) **Prensa y transición democrática**: experiencias recientes en Europa y America Latina, Vervuert; Iberoamericana, p. 78-87, 1994.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**, 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.